

Os pecuaristas, como o seu Edgar Guterrez, dizem que não existe boi gordo

O CONFISCO DO BOI

Governo reage à falta de carne no mercado e decide desapropriar os bois gordos

Página 11 à 13

CUSTOS

O controle das ervas daninhas

Última página



A área cresceu em 12%

SAFRA

Cresce a lavoura de milho na região

Página 4 à 6



Muita laranja apodreceu no chão

LARANJA

Uma safra perdida

Página 7

NÚCLEOS

V Encontro de Integração das famílias de associados da Cotrijuí

Páginas 14 e 15



O encontro reuniu mais de 400 associados e seus familiares

COOPERATIVA REGIONAL TRITICOLA SERRANA LTDA.



Rua das Chácaras, 1513 Cx. Postal 111
Ijuí, RS - Fone: PABX (055) 332-2400
Telex: 0552199

CGC ICM 065/0007700
Inscr. INCRA Nº 248/73
CGC MF 90.726.506/0001-75

ADMINISTRAÇÃO DIRETORIA EXECUTIVA

Presidente:
Oswaldo Olmiro Meotti
Vice-presidente/Pioneira:
Celso Bolivar Sperotto
Superintendente/Pioneira:
Antoninho Boiarski Lopes
Vice-presidente/Dom Pedrito:
Tânio José Bandeira
Superintendente/Dom Pedrito:
Valter José Pötter

Vice/MS:
Nedy Rodrigues Borges
Superintendente/MS:
Lotário Beckert

Conselho de Administração (Efetivos):
Luiz Neri Beschornier, Oscar Otto Hoerle, Euclides Marino Gabbi, Antônio Bandeira, Ido Max Weiller, Paulino Ângelo Rosa, Irani dos Santos Amaral, João Santos da Luz, Luiz Parizotto, Remi Bruno Eidt, Krijn Wielmaker, Ivo Vicente Basso, Paulino Stragliotto, Vagner Monteiro Sá, Oscar Vicente Silva, Suleiman Guimarães Hias e Ademir Luiz Comin.

Suplentes:
José Ataídes Conceição, Pedro Giotto, Cláudio Luiz de Jesus, Emílio Uhde, Jorge Alberto Sperotto, Protasio Lottermann, Alvaro Rutili, Aquilino Bavaresco, Arnaldo Hermann, João Eberhardt, Mário Alberto Krüger, Cláudio Pradela, Noel da Silveira Peixoto, Omar Cunegatti, Florício Barreto, Leonildo Anor Potter e Cândido de Godói Dias.

Conselho Fiscal (Efetivos):
Antenor José Vione, Antonio Cândido da Silva Netto e Valdecio Oli Martinelli.

Suplentes:
Valter Luís Driemeyer, Luiz Anildo Brum da Costa e Flóri José de Pelegrin.

Diretores contratados:
Rui Polidoro Pinto, Orlando Romeu Etgeon, Ari Zimpel, Clóvis Roratto de Jesus, Vilmar Hendges, Paulo Roberto da Silva e Walter Frantz.

Capacidade em Armazenagem:

LOCAL	INSTALADA
Ijuí	164.000 t
Ajuricaba	33.000 t
Augusto Pestana	33.000 t
Chiapetta	60.000 t
Cel. Bicaco	40.000 t
Sto. Augusto - Sede	77.000 t
Sto. Augusto - Esq. Umbu	50.000 t
Ten. Portela	60.800 t
Jóia	67.000 t
Rio Grande	220.000 t
Dom Pedrito	91.000 t
Maracaju - Sede	65.000 t
Maracaju - Vista Alegre	17.000 t
Sidrolândia	52.000 t
Rio Brilhante	29.000 t
Dourados - Sede	82.000 t
Itaum (Dourados)	25.000 t
Indápolis (Dourados)	17.000 t
Douradina	17.000 t
Caarapó	17.000 t
Ponta Porã - Posto Guaíba	42.500 t
Ponta Porã	29.000 t
Itaporã - Montese	17.000 t
Campo Grande - Anhanduí	17.000 t
Aral Moreira - Tagi	17.000 t
Bonito	17.000 t

COTRIJORNAL

Órgão de circulação dirigida ao quadro social, autoridades, universidades e técnicos do setor, no país e exterior.

Nossa tiragem: 15.000 exemplares

Associado da ABERJE



Associado da



REDAÇÃO
Dária C. Lemos de Brum Lucchese

CORRESPONDENTES

Mato Grosso: Carlos José Rupp Bindé
Dom Pedrito: João Roberto Vasconcelos
Porto Alegre: Raul Quevedo
Composto no Jornal da Manhã de Ijuí e impresso no Jornal do Comércio, em Porto Alegre.

AO LEITOR

Os produtores iniciaram o plantio das lavouras de verão sem ver a cor do dinheiro. Apesar do governo ter anunciado recursos abundantes, o produtor se viu um vai-e-vem aos bancos em busca do dinheiro que sempre esteve escasso. Mas o governo anuncia que até o final do mês deverá ter liberado grande parte dos recursos necessários ao plantio das culturas de verão. Mesmo com recursos escassos, as áreas com milho, arroz, feijão e sorgo da região estão apresentando um aumento de área. A soja vai diminuir de área, mas em muito pouco. Em Mato Grosso do Sul, área de atuação da Cotrijuí, a lavoura de arroz deverá ter um incremento de 40 por cento, enquanto que a de milho, de 25 por cento. A área de soja, embora ainda seja um pouco cedo para fazer qualquer previsão, poderá ficar semelhante a da safra passada. A matéria está nas páginas 4, 5 e 6.

Depois de vários meses de escaramuças com os pecuaristas, o governo decide por em prática as ameaças que vinha fazendo e confiscar os bois gordos que teimavam em continuar pastando nos campos, para regularizar o abastecimento da carne no país. Para quem não acreditava que o governo fosse enveredar por esse caminho, foi um verdadeiro "estouro da boiada". O governo tentou resolver o problema de abastecimento de carne acenando com medidas mais brandas. Pri-

meiro trouxe carne da França e dos Estados Unidos, mas pouca coisa adiantou. A importação, até por problemas burocráticos, se mostrou inviável. Reduziu o ICM do boi de 12 para um por cento e negociou com os pecuaristas elevando o preço da arroba de Cz\$. 215,00 para Cz\$ 280,00, mas pouca coisa adiantou. Ainda assim, muito pouco boi apareceu para o abate e a carne continuou faltando na mesa do consumidor. O pecuarista, de seu lado, tentava se justificar dizendo que o governo não pode buscar boi gordo onde ele não existe. O gado, segundo o pecuarista ainda não está pronto para o abate. De qualquer forma, o confisco começou e a intenção do governo é, de que a desapropriação que está sendo feita sirva de lição para os demais que estejam escondendo bois gordos. Matéria nas páginas 11, 12 e 13.

Os associados da Cotrijuí e seus familiares pertencentes às Unidades de Jóia, Augusto Pestana, Ijuí, Ajuricaba, Tenente Portela, Chiapetta, Santo Augusto, e Coronel Bicaco tiraram um dia inteiro para discutir a economia brasileira e a situação do cooperativismo neste contexto todo. O encontro aconteceu no dia 8 de outubro na Cripta da Igreja Nossa Senhora Aparecida de Tenente Portela e reuniu, de uma só vez, mais de 400 associados e seus familiares. Matéria nas páginas 14 e 15.

Convênio IAPAS/Cotrijuí

Gustavo Arno Drews

O produtor rural, ao comercializar seus produtos, sente o desconto de uma taxa de 2,5 por cento sobre o valor de venda a título de Funrural. Excluem-se do desconto para o Funrural os itens: sementes, mudas de árvores ou plantas, reprodutores e matrizes animais, pintos de um dia, vacas leiteiras e trigo.

Estes valores destinados ao Funrural, mais os 2,4 por cento sobre as folhas de pagamento de cada empresa e outros, vão formar o fundo que custeará a assistência médico-hospitalar ao seguro previdenciário do meio rural.

Em 1976 as cooperativas foram beneficiadas com uma redução na base de cálculo. Ao invés de recolher os 2,5 por cento sobre o total do valor da comercialização, elas conquistaram o direito de fazê-lo somente sobre 75 por cento. Isto significa que as cooperativas ficaram com 25 por cento do valor devido ao Funrural, a fim de cobrir custos de embalagens, transporte e beneficiamento dos produtos.

De 1984 a 1986 aconteceu um verdadeiro vaivém de leis que acabam ou alteram os convênios. Somente a partir de 18 de junho de 86 acontece uma definição, estabelecendo que o recolhimento será sobre os 80 por cento pago ou creditado por conta do produto e que essas importâncias retidas pelas cooperativas - 20 por cento dos 2,5 por cento devidos - devem ser aplicados em Ações Integradas de Saúde para associados e funcionários e seus dependentes. Para isto acontecer, as cooperativas interessadas estão firmando

convênio com o IAPAS.

A Cotrijuí assinou este convênio em 31 de julho de 86, tendo como prazo até o dia 31 de janeiro de 87 para apresentar sua proposta para desenvolver as Ações Integradas e assinar convênio com INAMPS. As Ações Integradas a nível de cooperativas podem ser desenvolvidas dentro dos seguintes procedimentos:

- Procedimentos básicos: compreende curativos, injeções, tomada do peso, pressão, retirada de pontos, educação para saúde. Esse trabalho de educação para a saúde deverá contar com agentes de saúde, enfermeiros, nutricionistas, economistas domésticas, técnicos do meio rural, educadores.
- Consultas médicas nas áreas de clínica médica, ginecológica, obstétrica e pediátrica.
- Procedimentos ambulatoriais que não impliquem em baixa hospitalar.
- Procedimentos odontológicos.

Diante da questão colocada, faz-se necessário traçar os caminhos que se quer seguir dentro da Cotrijuí. Neste sentido já começaram as discussões a nível das Comissões de Saúde e outros segmentos, para levantar os interesses e, por fim, colher subsídios para aplicação destes recursos.

Eis algumas das cláusulas mais importantes do convênio:

- A Cooperativa recolherá mensalmente ao IAPAS, rigorosamente dentro dos prazos legais, por intermédio do sistema bancário, as contribuições devidas à Previdência Social Rural na forma do artigo 15, item I, da Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, na redação dada pela Lei Complementar nº 16, de 30 de outubro de 1973, e do artigo 5º da Lei nº 6.195, de 19 de dezembro de 1974, calculadas sobre 80 por cento do valor creditado ou pago aos cooperativados pelo recebimento de seus produtos, apurado pelo resultado global das operações realizadas no mês anterior, observados, na fixação daquele valor, os preços correntes de venda pelo produtor, destinando-se a diferença de 20 por cento ao ressarcimento dos gastos da Cooperativa com a prestação de assistência médica e social aos cooperativados e seus empregados e respectivos dependentes, através das Ações Integradas de Saúde, mediante assinatura de convênio com o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social - INAMPS, na forma estabelecida por aque-

le Instituto.

- A Cooperativa remeterá mensalmente à Superintendência Regional do IAPAS a que estiver jurisdicionada sua sede social, demonstrativo das transações efetuadas, bem como cópia do Documento de Arrecadação de Receitas Previdenciárias - DARF, da respectiva contribuição destinada à Previdência Social Rural.
- A Cooperativa renuncia tacitamente à redução prevista na Cláusula Segunda nos meses em que efetuar os recolhimentos com atraso, bem como por comercialização ou industrialização não contabilizada nas contas próprias, segundo for apurado pela fiscalização do IAPAS.
- A não apresentação, pela Cooperativa, à Superintendência Regional do IAPAS, no prazo de até 6 (seis) meses a contar da data de assinatura do presente, de cópia do convênio de que trata a Cláusula Segunda, acarretará, de pleno direito e automaticamente, pelo simples decurso de prazo, independentemente de qualquer aviso, notificação ou interposição, a denúncia deste Convênio.
- O presente Convênio produzirá efeitos somente a contar do primeiro dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, não retroagindo a qualquer pretexto, e vigorará por tempo indeterminado, podendo ser denunciado por qualquer das partes, mediante comunicação com o prazo de 90 (noventa) dias de antecedência.
- Fica excluído do presente Convênio a produção de trigo, em virtude de sua comercialização ser da competência do Governo Federal.
- A inobservância, pela Cooperativa, de qualquer das obrigações estabelecidas neste Convênio, implicará sua imediata rescisão, perdendo a Cooperativa, de então por diante, o direito à redução prevista na Cláusula Segunda.



Gustavo Arno Drews é administrador de empresas, atuando na administração da área de saúde e dos hospitais da rede Bom Pastor S/A.

registro

Dívida ilegal

Um acordo inédito na Justiça brasileira deu por encerrada a pendenga entre a Centralsul e o Bank of America - o Bofa -, dos Estados Unidos. O Bofa, maior banco comercial norte-americano reconheceu que a sua dívida de 22 milhões de dólares com a Centralsul - em torno de 304 milhões de cruzados - era ilegal e desiste da cobrança. A dívida era o resultado de um empréstimo ilegal do do Bofa à Centralsul feita em 1981 e no valor de 13,65 milhões de dólares e dos juros acumulados neste período. A disputa judicial entre a Centralsul e o Bofa já durava dois anos e, pelo acordo, que contou com a aprovação quase unânime das Cooperativas que formam o Conselho de Administração da entidade, o banco norte-americano considera quitada a sua dívida, comprometendo-se a devolver a nota promissória e ainda, inutilizar outros títulos de crédito ou garantia de responsabilidade da Centralsul ou coligadas que possa ter em seu poder. A Centralsul, por sua vez, fica no compromisso de suspender as ações impetradas contra o Bofa no Brasil e nos Estados Unidos, nas quais cobrava 140 milhões de dólares ao banco norte-americano, recursos que teriam sido desviados em transações irregulares na administração Dalmolin. Além de recuperar parte de seu patrimônio que estava hipotecado junto ao Bofa, a Centralsul conta agora, com melhores argumentos para negociar junto aos outros bancos que também forneceram empréstimos a entidade.

O milho de cinco espigas



Seu Antônio: surpresa na lavoura

Quem já colheu um pé de milho com cinco espigas, todas carregadinhas? Pois o seu Antônio Michalski, residente na localidade de Linha 7 Oeste, em Ijuí, teve a chance de colher, na safra passada, não apenas um, mas vários pés de milho com cinco espigas. E ele conta que a lavoura não ficou só nisso. A maioria dos pés de milho produziu uma média de três espigas, quando o normal seriam duas. A lavoura, de 12 hectares, foi plantada em dezembro, logo depois da primeira seca, com uma variedade que o seu Michalski garante não lembrar mais o nome. E diz que em muitos anos de lida na lavoura ainda não tinha visto uma raridade destas, tanto que ele quebrou alguns pés e trouxe para a Cooperativa para colocar de amostra.



A mostra foi aberta no dia da imprensa e apresentou exemplares de jornais de Ijuí

A imprensa no Museu

Um painel sobre a história da imprensa de Ijuí e uma exposição de jornais ijuíenses, aberta de 10 a 20 de setembro no Museu Antropológico Diretor Pestana, marcaram o dia da imprensa. Os dois acontecimentos fizeram parte da programação dos 25 anos do Museu e, tiveram como finalidade, recuperar um pouco da história da própria imprensa de Ijuí. Segundo Leonilda Preissler, diretora do Museu, um levantamento da história, seja através da mostra de jornais ou do painel, seria um primeiro passo para o resgate da própria história do município. "A imprensa, disse por ocasião do painel, na sua função específica de registrar e divulgar todos os fatos do momento, constituiu-se assim, em fonte riquíssima para a reconstituição da história". Nesse sentido, Leonilda Preissler fez um apelo a todas as pessoas da comunidade que ainda possuem em seu poder algum jornal de Ijuí, para que procurem a

direção do Museu para doação ou cadastramento do jornal. Participaram do painel representantes do Correio Serrano, Jornal da Manhã e Cotrijornal. A mostra que foi aberta justamente no dia da imprensa - 10 de setembro - apresentou exemplares dos jornais Kolonista Polski, Die Serra Post, Correio Serrano, Correio da Serra, Folha da Manhã, Jornal do Povo, Alerta, O Ijuíense O Nacionalista, Semanário de Informação Política, Sentinela da Região, O Espaço, o Jornal da Manhã e o Cotrijornal.

O Cotrijornal nasceu em 20 de julho de 1973 e foi o primeiro jornal de cooperativa do país. Criado pelo jornalista Raul Quevedo, ele nasceu da necessidade de maior comunicação entre a diretoria e o quadro social. A tiragem atual é de 15 mil exemplares, sendo distribuído aos associados através das lideranças de núcleos e assinaturas.

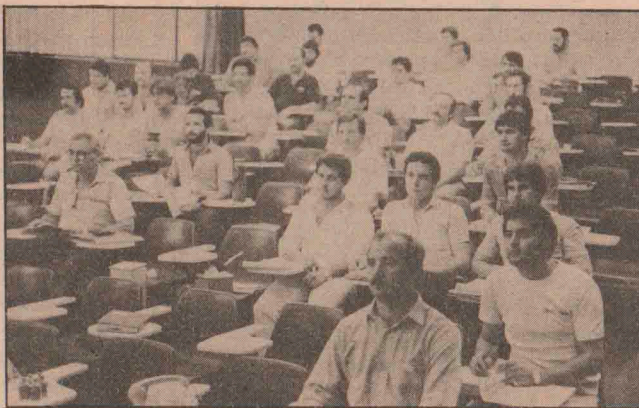
A mulher e a Constituinte

A mulher e a Constituinte é o tema do debate que está sendo organizado pela União de Mulheres de Ijuí. O debate vai contar com a participação de representantes de todos os partidos políticos que, na ocasião, deverão mostrar o que pensam sobre a questão da mulher frente a nova Constituinte. Cada representante de partido vai receber,

através da União de Mulheres de Ijuí, um documento contendo as propostas das mulheres para a nova Constituinte. O debate acontece no dia 25 de outubro, num sábado, às 15 horas, na sede do Sindicato dos Empregados no Comércio de Ijuí, localizado à rua Venâncio Aires, nº 239. Toda a comunidade está sendo convidada a participar das discussões.

Armazenagem: reciclagem

Promover uma reciclagem e aperfeiçoamento do pessoal envolvido na área de armazenagem da Cotrijornal na Regional Pioneira. Essa foi a intenção da Cooperativa ao promover, em conjunto com o Centro Nacional de Treinamento em Armazenagem, um treinamento envolvendo alguns diretores, gerentes de Unidades, chefes de operações e responsáveis técnicos pela área de armazenagem de cada uma das Unidades da Cotrijornal. O treinamento teve uma duração de 40 horas e as palestras e informações estiveram sob a responsabilidade dos dois pesquisadores do Centreinar, o engenheiro agrônomo Mauri Martins Teixeira e do engenheiro agrícola Daniel Marçal de Queiroz. No decorrer de uma



O treinamento teve a duração de uma semana

semana, período em que durou o treinamento, o pessoal muito ouviu falar de psicometria; amostragem e determinação de umidade; equipamentos de transportes e beneficiamento; características dos grãos armazenados; controle de pragas; secagem de grãos; aeração de grãos; seca aeração e termometria.

TRIGO Liquidações automáticas



As vendas serão feitas a prazo

Com as alterações introduzidas pelo governo nas regras de comercialização do trigo para esta safra, as liquidações do produto nas Cooperativas deixam de ser programadas e passam a ser automáticas. "O associado, explica o diretor financeiro e administrativo da Cotrijornal na Regional Pioneira, Ari Zimpel, não precisa mais programar a data de liquidação de seu produto. Ela será feita de forma automática, sempre de acordo com a disponibilidade de recursos emitidos pelo Banco do Brasil". Como essas liberações de recursos vão acontecer sempre de 10 em 10 dias, a Cotrijornal vai vender a produção entregue pelos seus associados dentro desta disponibilidade.

O Ari Zimpel lembra ainda que os minis e pequenos produtores receberão o pagamento à vista, com retenção, pelo banco, das dívidas de custeio e financiamentos. Os médios e grandes produtores receberão o pagamento parcelado. Na primeira parcela o banco vai fazer a retenção dos custeios e investimentos. O saldo será pago em 4 parcelas vencíveis em 30, 60, 90 e 120 dias contados a partir da venda do produto ao banco e representadas por notas promissórias. Essas notas promissórias sairão em nome da Cotrijornal. Toda a vez que a Cotrijornal comercializar um volume de produto, ela vai receber, do Banco do Brasil, uma nota promissória referente ao total da venda. A Cotrijornal vai ter de individualizar essas notas e distribuir a cada um dos associados que entregaram o volume de produção comercializada naquela data.

5% das matas nativas

Dos 9,5 milhões de hectares com matas nativas existentes no Rio Grande do Sul, hoje restam pouco mais de 1,5 milhão. Isso significa que as reservas de matas nativas estão reduzidas a 5 por cento do que existia em todo o Estado. Mas enquanto as reservas nativas vão se extinguindo e pouca coisa vem sendo feita nesse sentido, a demanda de matéria prima florestal continua crescendo. As necessidades anuais andam por volta de 87.486 hectares, enquanto que a reposição anual de área plantada, através de incentivos fiscais, é de 20 mil hectares e mais 30 mil hectares plantados com recursos próprios. O déficit é de 37.500 mil hectares. Essas informações foram dadas pelo delegado Regional do IBDF, Leopoldo Pedro Feldens, ao lançar no final do mês, em Porto Alegre, vários programas procurando incentivar o reflorestamento no Estado. Na ocasião foi lançado o programa "IBDF presente", o projeto "Batalhão Florestal" e "Chegou o Movimento Verde".

Cresce área com culturas de subsistência

Nem mesmo o atraso na liberação dos recursos para a formação das lavouras de verão deverá atrapalhar o crescimento das áreas destinadas a produção de alimentos. A lavoura de milho só não chegará aos 2 milhões de hectares em todo o Estado porque a falta de sementes atrapalhou a intenção dos produtores.

Ao anunciar o plano de metas para a agricultura, o presidente José Sarney prometeu recursos abundantes e ainda lançou o desafio de se chegar a 20 milhões de toneladas de grãos num período de três anos. A arrancada para o aumento da produção já começou mal: faltou dinheiro para o início da formação das lavouras de verão. Essa situação levou os agricultores a um vai-e-vem quase que diário aos bancos em busca de recursos para plantar principalmente o milho e o feijão. E mesmo agora, passada a melhor época de plantio destas duas culturas, os agricultores reclamam de que, embora a lavoura esteja em andamento e a planta em estágio de desenvolvimento, ainda não viram a cor do dinheiro para pagar as despesas com aquisição de sementes, adubos e insumos.

A gritaria das lideranças do setor agrícola, alertando para que se persistisse a falta de crédito para o custeio da safra de verão ia haver um grande desistímulo de plantio, levou o governo a liberar, no início de outubro, recursos para serem aplicados no Estado. Elas alertam para um outro fato preocupante: quebra no potencial de produtividade pela economia que os produtores estão fazendo nos tratamentos culturais e adubação de suas lavouras. Mas a promessa do governo é de que daqui para frente não haverá mais carência de recursos para as lavouras de verão e garante que até 30 de outubro os produtores vão contar com Cz\$ 2 bilhões para fazer suas lavouras.

EM 15 POR CENTO

Mas de qualquer forma ainda se mantém de pé a expectativa de um provável crescimento na área cultivada com produtos de alimentação. O próprio ministro da Agricultura, Iris Rezende se mantém otimista e calcula que o aumento na produção de alimentos destinados ao mercado interno possa chegar aos 15 por cento. Incentivos realmente é o que não tem faltado, tirando é claro, o atraso na liberação dos recursos para o custeio. Os produtos como milho, feijão, arroz, mandioca e sorgo, serão beneficiados, a partir desta safra, com a garantia de preços mínimos plurianuais. Os preços serão corrigidos automaticamente, toda a vez que o Índice de Preços Pagos pelo produto acusar uma variação acumulada de 20 pontos percentuais.

Afora o reajuste automático, todo o mês de agosto, a data-base de correção dos preços mínimos, estes produtos terão um aumento de 80 por cento da variação do IPP. Mas os produtos destinados ao mercado externo, como soja e o algodão,

não terão reajustes em seus preços. Os próprios Valores Básicos de Custeio liberados pelo governo para as lavouras de verão são mais generosos para as culturas de subsistência. No somatório de toda essa nova política do governo está a intenção de levar o agricultor a diversificar melhor a sua propriedade.

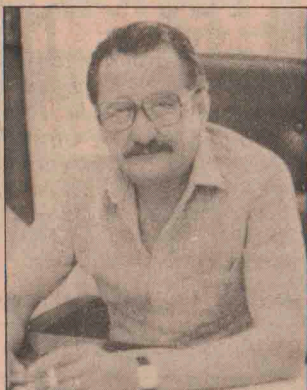
PRIVILÉGIOS PARA O MILHO

Embora tudo indique privilégios para a cultura do milho nessa safra, a verdade é que a lavoura de soja não deverá apresentar índices muito acentuados de redução na sua área. Nem mesmo os limites de financiamento e de expansão da área na região Sul e o quadro negativo no exterior, agravado ainda mais com as quedas acentuadas nos preços de óleo a nível de mercado externo, está tirando o ânimo dos produtores de continuarem a plantar soja. A própria Fecotriga está estimando uma área de 3,44 milhões de hectares de soja para essa safra, ficando apenas 3 por cento inferior a do ano passado.

Na área de atuação da Cotrijuí, a lavoura de soja poderá sofrer uma redução ao redor dos 4 por cento (ver quadro na página 5). Mas na agência do Banco do Brasil de Ijuí a área com proposta de plantio, até a primeira semana de outubro, chegava a 57.138, sendo que perto de 46 mil hectares já estavam com financiamento liberado. Essa área, segundo o gerente da agência de Ijuí, Nereu Patussi, representa apenas 70 por cento da lavoura financiada na safra passada. Ele acha que a procura por financiamento é menor esse ano em função da expectativa em torno de uma boa colheita de trigo. "O produtor está esperando a colheita para custear sua lavoura de soja com recursos próprios", diz.

12 POR CENTO DE INCREMENTO

O milho, apesar de todos os incrementos, terá um aumento em torno de 12 por cento, resultando, em todo o Estado, numa área de pouco mais de 1,8 milhões de hectares. Vontade é que não faltou aos pro-



Nereu Patussi

dutores de milho para responderem melhor aos incentivos do governo. O que faltou foi semente. A situação da falta de semente em algumas regiões de maior incremento da cultura chegou ao ponto de gerar especulações em seus preços.

Só na agência do Banco do Brasil de Ijuí já foram contratadas propostas para o plantio de 3.405 hectares, embora existam ainda em estudo, propostas para plantio de mais 767 hectares, dando um total de 4.172 hectares. No ano passado a área financiada em Ijuí, para a cultura do milho chegou a em 3.777 hectares. O sorgo também está apresentando um incremento muito grande nesta safra. As propostas para financiamento chegam a 1.765 hectares e na área de atuação da Cotrijuí o aumento da lavoura é superior a 200 por cento. Na safra passada a área com sorgo atingiu, em todo o Estado, 66.493 hectares, rendendo uma colheita de 112.533 toneladas.

As perspectivas também são animadoras para a lavoura de feijão, embora a Fecotriga esteja estimando uma área idêntica aos 140 mil hectares cultivados no ano passado. No Banco do Brasil de Ijuí as propostas para plantio são para 202 hectares.

A LAVOURA DE ARROZ

Os arrozeiros foram os que mais gri-



A lavoura de milho da região poderá chegar aos 71 mil hectares

taram pelo atraso na liberação dos recursos destinados a lavoura dessa safra. No final do mês de setembro mais de 500 líderes de associações de arroteiros dos municípios produtores do Estado se reuniram para reclamar da demora do dinheiro para o custeio. Mas enquanto o dinheiro não chegava, as estimativas de plantio continuavam sendo levantadas. Dados da Fearroz indicam uma colheita acima de 3,4 milhões de toneladas, superior as 2,96 milhões de toneladas colhidas na safra 85/86. Isso significa que a área passaria de pouco mais de 690 mil hectares para 720 mil hectares. O arroz, embora os produtores reclamem do preço mínimo abaixo do custo de produção e da comercialização da safra passada que continua estagnada, é um dos produtos que está recebendo incentivo por parte do governo e respondendo com aumento da área nessa safra.

Mais sorgo

O produtor Osvaldo Orlando Tamiozzo, proprietário de 55 hectares em Macieira, município de Ajuricaba, decidiu, nessa safra, plantar menos soja, mais sorgo e mais milho. Plantou na safra anterior, 50 hectares de soja e três de sorgo. Mas agora só vai plantar 40 hectares de soja, 10 de sorgo e 5 hectares de milho. Só não diminuiu ainda mais a área de soja que é para não perder o direito ao financiamento.

A justificativa do Osvaldo para essa decisão de reduzir a área de soja e aumentar a de milho e sorgo, tem muito a ver com o programa de prioridade à produção de alimentos lançado pelo governo no ano passado e reforçado nessa safra. O preço da soja também influenciou na sua decisão. "Hoje, diz ele, é mais fácil de plantar milho e sorgo, que têm preços garantidos pelo governo, do que a soja, que ninguém sabe no que vai dar. Também acho que o governo está certo quando diz que primeiro é preciso produzir o que comer para depois o que exportar". Além disso, acha o sorgo uma

excelente opção para a rotação de culturas na propriedade.

O Osvaldo plantou sorgo na safra passada bem no tarde, em 22 de janeiro, "quando não dava mais para plantar o milho" e tirou uma média de 60 sacos por hectare. Pelo rendimento que tirou, chegou à conclusão que vale a pena fazer uma lavoura certinha, com semente de qualidade e adubo. "É uma planta que compensa investir. O rendimento é bom e, ao contrário do milho, não é uma planta de tanto risco. Outras vantagens do sorgo sobre o milho: dá menos trabalho e resiste mais a seca".



Osvaldo Tamiozzo

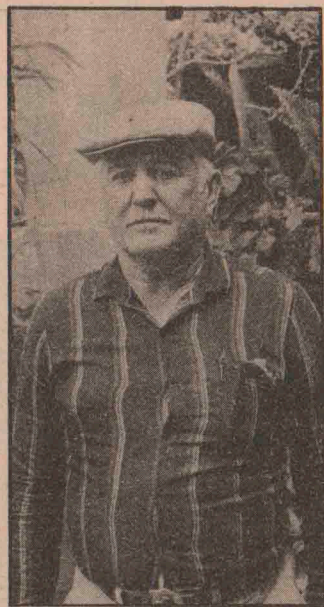
20.000 FONTES DE ABASTECIMENTO
O ALMOXARIFADO COMPLETO PI/O HOMEM DO CAMPO

NO GUIA DE INTEGRAÇÃO RURAL VOCÊ ENCONTRA, TUDO PARA SUA LAVOURA E SEUS ANIMAIS.

ADUBOS - DEFENSIVOS - PROD VETERINÁRIOS - ETC. 400 PÁGINAS DE PRODUTOS & SERVIÇOS PARA O MEIO RURAL.

SOLICITE SEU EXEMPLAR
CHEQUE NOMINAL/CRUZADO - Cz\$ 150,00 OU PELO REEMBOLSO POSTAL - Cz\$ 150,00
MAIS DESPESAS DE REEMBOLSO. ENVIE AO
Guia de Integração Rural - R. Cecília Maerovitch, 74 - conj. 07 - CEP 02561 - São Paulo - SP

O preço compensa



Pedro Bizarello

Dos 30 hectares de milho plantados na última safra, o seu Pedro Bizarello vai passar para 45 nesse ano. Mesmo assim, vai continuar plantando a mesma área de soja — 50 hectares financiados e 50 com recursos próprios. Não pensa em aumentar a área porque considera a soja uma grande ilusão. O seu projeto é, aos poucos, substituí-la por outras alternativas.

A seca atrapalhou bastante o seu Pedro no último verão. O prejuízo com o milho foi tão grande que ele só teve uma saída: lavar toda a lavoura. Mas esse ano está se programando para fazer uma boa safra e torcendo para que o tempo corra de acordo com a planta. Vai fazer quase toda a lavoura financiada e, espera colher uns cinco mil sacos de milho. Vai guardar três mil sacos para o consumo dos suínos, que hoje, entre matrizes e animais prontos para o abate, andam por volta de 280. Seu Pedro já fez a proposta para o financiamento da lavoura de milho, mas não quer pegar o custeio integral. "Vou pegar apenas o suficiente para fazer uma lavoura bem caprichada. O produtor precisa saber que quanto mais dinheiro de banco ele pega, mais tem que devolver no final da safra".

O seu Pedro é proprietário de 115

hectares e também arrendatário em Sítio Olivério, município de Coronel Bicaco. Embora ainda não tivesse pego o dinheiro do financiamento, já havia plantado boa parte da lavoura. Esse milho do cedo ele vai colher em dezembro, onde vai plantar a soja do tarde por conta. "Já fiz esse mesmo sistema em anos anteriores e deu certo", explica. Além de considerar o milho excelente para fazer rotação com o trigo, seu Pedro acha que o preço também está compensando. "O custo de formação da lavoura não é tão alto que nem a da soja e a receita ainda é maior, diz por fim, lembrando que enquanto o produtor recebe Cz\$ 125,00 por um saco de soja, o saco de adubo está valendo Cz\$ 160,00. "Uma diferença de Cz\$ 30,00 é muito alta", diz ele reclamando do fato que apenas os produtores estão segurando o congelamento de preços.

Redução na área

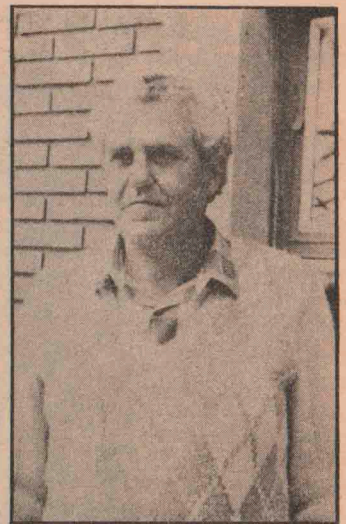
"A idéia do governo de limitar a área de soja no Sul é muito importante na medida em que vai obrigar os produtores a diversificar mais a sua propriedade", diz Carlos Leodony Andrighetto, proprietário de 240 hectares em Turvinhos, Coronel Bicaco. Ele acha que está na hora da soja começar, aos poucos, a ceder lugar para outras culturas. As perspectivas de preço continua ruim e o custo de produção cada vez mais alto.

Seguindo o apelo do governo, o Carlos decidiu que em vez dos 220 hectares de soja, vai plantar 200 e mais 30 hectares de milho. Vai dobrar a área com milho porque tem interesse em investir mais na atividade do leite e na suinocultura. Vai fazer as duas lavouras financiadas porque não tem condições de plantar com recursos próprios. A intenção é fazer uma boa safra, no próximo ano, para diminuir a dependência dos financiamentos.

MAIS RECURSOS

Metade da lavoura de milho já está plantada e o Carlos ainda não viu a cor do dinheiro. Diz que o produtor só está plantando porque as cooperativas estão ajudando e vendendo insumos e sementes sem ver o dinheiro. Acha que se o governo quer realmente incentivar na produção de alimentos e na diversificação na propriedade, precisa colocar mais recursos nas mãos dos produtores e, mais em tempo. "Sem recursos não se pode fazer planos. É como dar a foice, mas não dar o cabo",

diz. A época de plantio de milho já está passando e o dinheiro ainda não saiu".



Carlos Andrighetto

Ele lamenta também que o governo esteja dando tão poucos recursos para a lavoura de soja. Com o dinheiro que

o governo está dando, o produtor vai poder fazer uma lavoura por alto. "O governo teria que dar mais recursos subsidiados para aumentar a produtividade. O produtor não vai ter condições de caprichar na lavoura". Diz que se fala muito em produtividade, mas não existe incentivo. "O produtor teria que receber uma parcela maior de recursos subsidiados para aumentar a produtividade. A tecnologia é uma fonte de aumento da produção, mas o governo tem que oferecer condições para que o agricultor aplique em tecnologia.

Milho: aumento é de 12%

Cresce a lavoura de milho, arroz, feijão e sorgo e diminui a de soja na área de atuação da Cotrijuí na Regional Pioneira. Os números ainda não são definitivos e mostram apenas as primeiras intenções de plantio para a região. De qualquer forma, o milho deverá apresentar um aumento de área ao redor dos 12 por cento. O aumento só não deverá ser maior em função da falta de semente, que, inclusive, chegou a frustrar a expectativa de alguns produtores que pretendiam plantar mais milho nesse verão. A lavoura de sorgo deverá apresentar um aumento superior a 200 por cento, embora os produtores interessados na cultura também tenha enfrentado problemas de falta de sementes.

Se realmente estas primeiras intenções de plantio se confirmarem, as lavouras com soja, sorgo, arroz, feijão e milho e forrageiras da região chegarão aos 380.260 hectares, representante 68,6 por cento dos 553.820 hectares de área

agricultável registrada na área de atuação da Cotrijuí, Regional Pioneira. As áreas destinadas as pastagens de verão ficam ao redor dos 13.300 hectares, o que representa pouco mais de 2,5 por cento. Apenas a lavoura de soja deverá ocupar 285.000 hectares, com uma redução de 3,72 por cento em relação a lavoura passada, que ocupou 296.000 hectares.

Mesmo com uma redução de 3,72 por cento na área, a soja deverá ocupar 51 por cento do total da área plantada com culturas de verão nesse ano. Ela ainda continua na frente das demais culturas, apesar dos preços baixos, dos altos custos de produção, dos limites de expansão de área para a região sul imposto pelo governo e da política de incentivo à produção de alimentos.

O MILHO E O SORGO

O crescimento das áreas de milho e sorgo na região, embora limitado em função da falta de sementes, tem muito

a ver com o preço da soja, com o incentivo do governo e com o programa de diversificação da propriedade colocado em prática pela Cotrijuí na região. O produtor está buscando aumentar suas áreas com essas culturas muito mais no sentido de transformá-las em carne, ovos e leite do que comercializá-las. Afóra essa questão, o governo vem, desde a safra anterior, dando prioridade a produção de alimentos. Os minis, pequenos e médios produtores estão contando, nessa safra, com custeio integral para as lavouras de milho, sorgo, feijão, mandioca e arroz.

Pelas intenções de plantio, o milho deverá ocupar 71.550 hectares na região, com um aumento de 12,30 por cento na área. Na safra passada ele já havia ocupado 63.710 hectares, contra os 54.600 plantados na safra 84/85. O sorgo poderá apresentar nessa safra a maior área dos últimos anos. No ano passado ocupou 1.626 hectares na região e nessa

safra poderá chegar a 4.880 hectares, com um aumento de 200,12 por cento de área. O arroz também deverá apresentar um aumento de área bastante significativo. Dos 1.580 hectares plantados em 85/86, poderá ocupar 2.300 hectares nesse ano, apresentando um aumento de 45,57 por cento. As intenções de plantio também mostram que a lavoura de feijão da região poderá ser a maior dos últimos cinco anos. Dos 2.180 hectares plantados na safra passada, ela poderá ocupar 3.240 nesse ano, com um acréscimo de 48,62 por cento.

A área ocupada com as forrageiras de verão — milheto, pensacola, pânico, setária, entre outras — continua ganhando espaços na propriedade e, principalmente, porque têm se mostrado excelentes alternativas para a redução dos custos de produção das atividades de leite e da pecuária de corte. Pelas intenções de plantios, as forrageiras deverão ocupar 13.300 hectares.

Demonstrativo da área plantada e rendimento médio obtido com as culturas de verão, produtoras de grãos indústria e/ou semente. Região Pioneira. Cotrijuí.

Culturas	1980/1981		1981/1982		1982/1983		1983/1984		1984/1985		1985/1986		1986/1987 (2)		Variação (%)
	Área (ha)	Prod. (kg/ha)	Área (ha)	Prod. (kg/ha)	Área (ha)	Prod. (kg/ha)	Área (ha)	Prod. (kg/ha)	Área (ha)	Prod. (kg/ha)	Área (ha)	Prod. (kg/ha)	Área (ha)	Prod. (kg/ha)	
Soja	303.747	1.607	306.500	1.185 (1)	293.500	1.825 (1)	287.510	1.800	288.170	1.606	296.000	- o -	285.000	- o -	(3,72)
Milho	60.600	3.440	73.640	2.956	74.000	2.551	84.000	2.225	54.600	2.357	63.710	- o -	71.550	- o -	12,30
Arroz	- o -	- o -	1.680	1.486	1.580	1.772	1.700	2.081	1.380	2.014	1.580	- o -	2.300	- o -	45,57
Feijão - 1a.	- o -	- o -	1.920	993	1.930	481	1.620	575	1.448	453	2.180	- o -	3.240	- o -	48,62
Sorgo	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	- o -	580	2.036	739	2.393	1.626	- o -	4.880	- o -	200,12

Fonte: Boletins Informativos Semanais Safras
(1) Média considerando o produto chuvado
(2) Levantamento das intenções de plantio



Cultura do arroz terá grande expansão em Mato Grosso

Mais arroz e milho

Área de soja deve estabilizar em MS

“A safra agrícola 85/86 pode ser considerada atípica, face a interferência marcante de dois choques, um de caráter conjuntural, atingindo-a no segmento produção, representado pela estiagem que assolou o Estado, sobretudo na região centro-sul; e o outro, de caráter estrutural, já no segmento da comercialização em decorrência do Plano de Estabilização Econômica, lançado através do decreto-lei nº 2.283, de 28.02.86”. Esta afirmação está contida em documento elaborado pela Secretaria de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul com o objetivo de subsidiar o Plano Agrícola 86/87 do Ministério da Agricultura, onde se destacam os Valores Básicos de Custeio e os Preços Mínimos.

Ao ser elaborado este documento, a tendência manifesta pelos produtores rurais do Estado, através de suas entidades representativas, era de que as áreas ocupadas pelas principais culturas de verão na safra anterior seriam mantidas na próxima, principalmente em função dos problemas de comercialização, caso da soja, e de armazenagem, do milho, arroz e sorgo. O documento preconizava ainda a necessidade de se reformular as condições de comercialização da safra futura, bem como do financiamento da produção, como forma dos produtores do Estado retomarem a confiança no Governo e, assim, utilizarem toda sua capacidade de trabalho na produção de alimentos.

A divulgação do Plano de Metas para a Agricultura, no mês de agosto, levou, entretanto, os produtores a repensarem o plantio da próxima safra. A tendência hoje é de um maior crescimento nas áreas de arroz e milho, com a soja apresentando um crescimento reduzido ou ainda uma estabilização ao redor de 1 milhão e 250 mil hectares da safra anterior.

ALIMENTOS

O coordenador da Comissão Estadual de Planejamento Agrícola (CEPA-MS) afirma que a tendência agora pede que seja aumentada a área de plantio de arroz e milho, com a soja repetindo a mesma área ou então tendo um acréscimo para 1 milhão e 300 mil hectares. Para Hércules Arce, a política agrícola tem por

objetivo manter estável a produção de soja no País, dando prioridade a produção de alimentos de consumo interno, que teve a demanda aumentada em função do Plano de Estabilização Econômica.

O Plano de Metas para a Agricultura será, segundo ele, bem sucedido. Para justificar a expectativa, afirma que a intenção de plantio revelada pelos produtores mostra o sucesso do programa, embora acredite que só a partir da safra agrícola 87/88 é que apresente resultados mais significativos, ou seja, uma maior expansão da área agrícola do Estado. “Agora, argumentou Hércules Arce, não há tempo para que o Plano de Metas apresente resultados melhores”.

O secretário-adjunto de Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul, José Marques de Souza, concorda que o maior aumento de área se dará nas lavouras de arroz, já que os produtores tem medo de plantar mais milho em função dos problemas de armazenagem e comercialização havidos na última safra e, também, do preço da semente. Quanto a soja, acredita ele, a área deve se manter no mesmo nível da safra anterior.

A confirmação desta tendência, segundo José Marques, depende apenas da liberação dos recursos previstos no Plano de Metas. Com eles, a área de arroz pode crescer ainda mais, enquanto a soja poderá apresentar maior produtividade em função de uma melhor correção do solo, compensando a estabilização da área plantada. Assim, entende o secretário-adjunto, o Plano de Metas poderá mostrar resultados positivos já na próxima safra.

VARIAÇÃO

A nível da Região Cotrijuí em Mato Grosso do Sul o quadro é um pouco diferente. Com base nas vendas de sementes, o coordenador da área prevê uma expansão de 40 por cento na lavoura de arroz e de 25 por cento na de milho. A soja, por sua vez, deverá apresentar uma redução de 25 por cento, enquanto o sorgo terá a maior diminuição de área, estimada em torno de 60 por cento. No caso do sorgo ainda é muito cedo para uma previsão mais acertada, pois o pique do plantio

é em novembro, podendo ser plantado ainda, em segunda safra, no mês de fevereiro.

Hildo Valentim Fogaça dos Santos afirma que a maior procura tem sido por sementes de arroz, vindo após o milho. No caso do arroz, devem ser comercializadas este ano 45 mil sacas de 40 quilos, contra as 27 mil do ano passado. Para o milho, a cooperativa tem à disposição dos associados 425 toneladas de sementes, volume 25 por cento maior que o da última safra.

A maior procura por sementes de arroz e milho se deve ao estímulo dado pelo governo às culturas de mercado interno, diz Hildo, cujos VBCs permitem o plantio com uma pequena sobra de recursos, que serão aplicados na formação da lavoura de soja. A cooperativa colocou à disposição dos associados um total de 200 mil sacos de sementes de soja, volume este que dificilmente será alcançado, podendo chegar a 160 mil, com o que se caracterizaria a redução de 25 por cento da área.

No caso da soja, o quadro ainda não está totalmente definido, segundo Hildo. Pode acontecer da área de plantio na Região Cotrijuí ser igual a do ano passado, tudo dependendo da ampliação da área de milho no Paraná, fazendo com que sobre mais semente para os produtores do Estado, além de ocasionar uma redução em seu preço.

ACORDO

Diante da grande diferença de preços praticados no mercado de sementes em Mato Grosso do Sul, a Associação dos Produtores de Sementes de Mato Grosso

do Sul (Aprosul) realizou no dia 5 de setembro uma assembléia com a participação dos produtores de sementes e agricultores do Estado, buscando a definição de parâmetros para a comercialização de sementes de soja e arroz, justamente as que vinham tendo maiores preços.

Em documento enviado a Delegacia Federal de Agricultura, a Aprosul esclarece ter fixado os preços máximos de venda de sementes com o objetivo de “contribuir com o desenvolvimento da agropecuária estadual e apoiar a política de estabilidade econômica do Governo Federal. Assim sendo, o quilo de semente de arroz de sequeiro ou irrigado não pode ser vendido por mais de Cz\$ 10,00. Para a soja, a tabela de preços acertada entre os produtores de sementes, órgãos oficiais e agricultores, é esta: cultivares tardias, Cz\$ 6,00 o quilo; cultivares semi-tardias, Cz\$ 6,50 o quilo; e, cultivares precoces e semitardias de difícil produção Cz\$ 6,60 o quilo. Como cultivares semitardias e tardias de difícil produção foram consideradas as variedades Dourados, Santa Rosa, Tiarajú e Savana.

Os preços que estão sendo praticados pela Cooperativa na venda de semente estão, via de regra, abaixo da tabela da Aprosul. Isto, segundo Hildo, é bom para os dois lados, ou seja, para os produtores e a Cooperativa. Mas se os preços praticados pela Cooperativa são bons, o mesmo não se pode dizer da semente comprada junto a intermediários. Estes continuam praticando preços acima da tabela acertada pela Aprosul, conforme denunciaram os produtores. (Por Carlos Bindé).

ÁREA PLANTADA COM AS PRINCIPAIS CULTURAS DE VERÃO EM MS

Produto	Safra 85/86 (1.000 ha)	Estimativa Jun/86 (1.000 ha)	Estimativa Set/86 (1.000 ha)
Soja	1.245	1.250	1.250 a 1.300
Arroz	303	310	400
Milho	124	210	250
Sorgo	14	20	30

Fontes: IBGE, CEPA-MS

Produção perdida

As previsões mais otimistas, que garantiam que os pomares da Flórida, atingidos pelas geadas de 84, só voltariam a produzir laranjas num prazo de cinco anos, caíram por terra já no início deste ano. Nem bem passaram-se três anos e os pomares americanos já estavam produzindo e abastecendo grande fatia do mercado de sucos. Com a queda nas cotações no mercado externo, os preços do produto, a nível de mercado interno, sofreram um baque. Os citricultores brasileiros sem outra saída, tiveram que vender suas produções de laranjas destinadas a indústria a preços inferiores aos praticados no ano passado.

O Brasil é responsável por cerca de 85 por cento das exportações mundiais de suco de laranja, mas nesse ano, nem mesmo a forte organização de suas indústrias foi capaz de impedir a queda das cotações no mercado externo. E a expectativa das indústrias de suco do país é de que a exportação atinja 650 milhões de dólares até dezembro, contra os 756 milhões de 84.

GRANDES ESTOQUES

Mas não foi só a recuperação dos pomares nos Estados Unidos a única responsável pela redução no preço da laranja a nível de mercado interno. Também somam-se os grandes estoques de concentrados e a retração a nível de consumo. Como a corrida provocada pelas altas nos preços no final de 83 foi muito grande, as indústrias paulistas não deixaram por menos e trataram de formar estoques. Até meados desse ano, elas mantinham em estoque, em torno de 300 mil toneladas de concentrados ainda da safra anterior e



Edmundo Gottardi: um pomar de quatro hectares

que não estavam conseguindo tocar para frente. Resultado: o citricultor que não quis ver a sua produção de laranjas apodrecer nos pés das laranjeiras, foi obrigado a vendê-la a um preço de Cz\$ 180,00 a tonelada, quando no inverno passado ela valia Cz\$ 185,00.

EXEMPLO PRÁTICO

Um exemplo bem prático da situação é o que aconteceu em Tenente Portela, uma região que tem tradição na produção de cítricos. De 1.000 toneladas de laranjas comuns recebida no ano passado, a Cotrijuí só recebeu nessa safra 20 toneladas. "A produção da região, destinada a indústria foi totalmente perdida", diz o agrônomo e responsável pela área de fruticultura da Unidade de Tenente Portela, o Fernando Frota Dillenburg. Se a Cotrijuí tivesse recebido apenas a metade da produção entregue no ano passado, ou se-

ja, 500 toneladas, daria uma receita de Cz\$ 115.000,00. É um dinheiro que deixa de circular na região. Mas o próprio Frota reconhece que, ao preço de Cz\$. . . 230,00 — nos últimos meses aconteceu uma pequena reação nos preços — os citricultores não conseguem pagar as despesas de contratação de mão-de-obra e nem de frete.

De um lado, o Frota diz que até foi muito bom que essa situação tivesse acontecido tão cedo, pois, de qualquer forma, a produção americana ia voltar ao normal. "Os prejuízos aconteceram muito antes que se fizessem grandes investimentos pensando em se ganhar dinheiro com a fabricação de sucos", diz ainda, lembrando que a situação vem mostrar, mais uma vez, que nunca se deve ficar na dependência de apenas uma cultura. Exemplo bem prático é o caso da soja ou, ainda, o da

cevada. "Essa dependência nos leva a uma fragilidade muito grande frente a qualquer oscilação de mercado, diz. Não existe poder de barganha".

Tenente Portela é uma região que possui um potencial muito grande na produção de laranjas comuns e que, de qualquer forma, precisa ser mantido. O interesse da Cotrijuí em continuar recebendo produto ainda está sendo mantido, embora o Frota admita que a laranja produzida fora de época, como a Valência por exemplo, é um produto com mercado mais acessível, "O citricultor que tem pomar comercial e produz laranjas para o consumo "in natura" sempre será melhor remunerado. A Cotrijuí vai continuar recebendo laranja comum, só que o preço pago aos associados vai ficar sempre na dependência do que as indústrias estabelecerem". Para melhorar essa situação, a própria Cotrijuí está pensando na aquisição de uma máquina beneficiadora de laranjas. Essa máquina, de construção artesanal, lavaria, faria o polimento e a classificação das laranjas comuns e, estas então, poderiam ser colocadas no mercado para o consumo "in natura". "Seria uma forma de aproveitar a produção da região e remunerar melhor o produtor".

Os pomares comerciais começaram a ser implantados na região de Tenente Portela por volta de 1978, com as variedades Valência, uma laranja considerada nobre e a Mont Parnaso, de umbigo. Como os pomares ainda são, na sua maioria novos, a produção não cobre a demanda na região. "Nesse mercado, diz o Frota, estamos com os pés firmes no chão".

Os prejuízos com a laranja

O seu Flori Pommer é proprietário de 38 hectares em São Pedro, Tenente Portela, onde possui um pequeno pomar de laranjeiras dos tipos comum, de umbigo e a variedade Valência. A produção não foi grande coisa nesse inverno, mas mesmo assim, seu Flori não chegou a vender nenhuma carga. Ele até tinha programado na Cooperativa para entregar alguns quilos, mas o tempo atrapalhou e as chuvas não permitiram que ele "apanhasse" laranjas nos pés.

Ele acha que o baixo preço — que no início da safra era de Cz\$ 180,00 a tonelada e depois passou para Cz\$ 230,00 —, não compensava qualquer carro até a cidade. No inverno anterior, quando o preço pago pelas indústrias era bem mais compensador, ele não vendeu nenhum quilo porque a produção foi pequena demais. Achou melhor deixar as frutas para o consumo da família.

Bem ali perto, um outro vizinho do seu Flori, o Danilo Stein, também não vendeu laranjas nesse ano. A produção foi baixa e o preço não cobria as despesas de frete. O pomar é formado por laranjeiras do tipo-comum, destinadas a indústria. Os pés são tão antigos que alguns já beiram os 36 anos de idade. Como eles estavam muito velhos, o Danilo preferiu fazer uma poda de limpeza bem feita para evitar que as árvores morressem. A produção caiu bastante com a limpeza, mas no inverno passado, ele chegou a vender, na Cooperativa, quatro mil quilos de laranjas. "Esse ano, diz ele, não tive interesse

em "apanhar" laranjas para vender. O preço não ajudava e a produção só dava para o gasto da casa e dos vizinhos".

Não tem planos de implantar um novo pomar na propriedade. Danilo trabalha em 27,9 hectares de propriedade do pai, o seu Oscar. "O meu projeto é comprar algumas vacas de leite e aves. O tempo da soja já passou e o produtor precisa encontrar outras saídas".

10 MIL QUILOS

Proprietário de 23,5 hectares em São Pedro há pouco mais de três meses, o seu Edmundo Gottardi não se encabula quando confessa que, ao chegar na nova morada, a primeira coisa que teve vontade de fazer, foi roçar o pomar de laranjeiras. E não foi por falta de conselhos de conhecidos que ele não botou tudo abaixo. Mas hoje ele não se arrepende da trabalheira que teve para tirar todo o "guanxumal" que tomava conta do pomar.

Nesses três meses ele já fez duas safras de laranjas. Na primeira colheu 5.410 quilos e na segunda 3.930 quilos. Como o pomar é formado por laranjeiras das variedades Valência e uma outra de umbigo, que ele não lembra o nome, toda a sua produção é vendida para o consumo "in natura", que o faz levar alguma vantagem sobre os seus vizinhos. A laranja para o consumo "in natura" está mais valorizada no mercado e, quem vendeu nesse inverno, conseguiu um bom dinheiro. As primeiras cargas ele vendeu pelo preço de Cz\$ 1.030 a tonelada e as outras a Cz\$. . . 1.080. Em dezembro e janeiro ele vai fa-

zer a terceira safra, quando espera colher mais uns 3.500 quilos de laranja.

O pomar ocupa uma área de quatro hectares e no meio das árvores, entre as linhas, ele plantou milho, mas pro ano quer ver se planta trevos. O seu Edmundo gostou tanto da lida com o pomar que já anda pensando em comprar um trator e dar para os filhos lidar na lavoura, enquanto ele só vai cuidar do pomar.

Diz que hoje não venderia o pomar por menos de Cz\$ 100.000,00. "A laranja me deu quase mais dinheiro que a soja". Pró ano ele acredita que a colheita possa ficar ao redor dos 50 mil quilos.

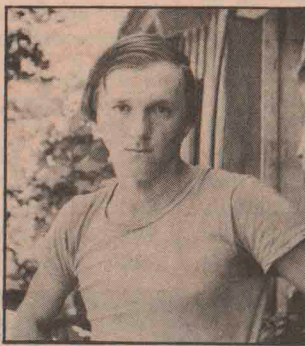
O TABELAMENTO PREJUDICOU

Em Coxilha Ouro, Miraguai, o seu Leonardo Wegner, colheu nesse ano, perto de 5.000 quilos de laranja, também da variedade Valência. O pomar é formado por 550 pés de laranjeiras e, este é o terceiro ano que produz. Na segunda safra, a ser colhida lá pelo mês de janeiro, ele acha que ainda tira mais uns 2.000 quilos.

A dona Nelcinda, a esposa do seu Leonardo, não gostou muito do preço de Cz\$ 1,80 o quilo. Ela acha que o tabelamento prejudicou um pouco o lucro que



Flori Pommer: a chuva atrapalhou



Danilo Stein



Nelcinda Wegner

se poderia tirar com a venda de laranjas, mas mesmo assim, acha que deu para tirar uma boa receita. Na mesma área onde está implantado o pomar, os Wegner ainda plantam soja e pastagem para a criação.

Do pomar de laranjas comum, a dona Nelcinda diz que nem tentaram "arrancar" laranjas para vender. O desestímulo do preço baixo era muito grande. Em anos anteriores sempre vendeu laranja comum, "e, diz ela, naquele tempo o preço era melhor e até compensava o perigo de ter de subir nas árvores para "tirar" laranjas. Nesse ano, além do seu Leonardo, a dona Nelcinda e os seis filhos, até os vizinhos participaram do mutirão para colher 4.000 quilos de laranjas em meio dia.

Trigo a prestação

Logo que saiu o parcelamento do trigo, os produtores não acreditavam que a medida viesse para ficar e, a princípio, chegaram a alimentar alguma esperança de que o governo voltasse atrás e fizesse uma revisão na sua decisão, pelo menos suavizando um pouco as condições de compra a prazo do cereal. Mas depois que o Conselho Monetário Nacional deu parecer favorável à medida, os médios e grandes produtores — os atingidos pelo parcelamento do trigo — se deram conta que a decisão do governo era definitiva. Sentindo-se prejudicados, eles até ensaiaram um boicote à comercialização do trigo, que no final, não passou de um alarde.

Reunidos em Carazinho no dia 24 de setembro, representantes de 26 sindicatos rurais e triticultores da zona Norte do Estado, decidiram pôr fim a idéia do boicote e partir para a elaboração de um documento de protesto. Nesse documento eles pedem o pagamento do trigo à vista, como sempre ocorreu e criticam a medida do governo, dizendo que ela representa "uma quebra de contrato por alteração posterior de suas regras com reais prejuízos, pois os produtores têm compromissos marcados até o final do ano". Ainda pedem o fim das discriminações no financiamento, sugerindo que todos os produtores possam ter acesso aos programas do governo.

A JUSTIFICATIVA

A justificativa do governo para alterar, depois de 24 anos, as regras de comercialização do trigo é bastante simples, embora pouco convincente para a maioria dos produtores: falta de dinheiro em caixa. Sem o parcelamento, o governo seria obrigado a gastar em torno de Cr\$ 20 bilhões somente com a compra do trigo num prazo de apenas três meses. Comprando o produto em cinco parcelas, ele terá condições de distribuir melhor a saída do dinheiro, num prazo de seis meses.

A medida não atinge os minis e pequenos produtores que continuarão a receber, à vista seu dinheiro referente a venda do produto. O banco vai apenas reter, como sempre tem acontecido, a quantia equivalente a financiamentos. Enquanto isso, os médios e grandes produtores — classificação será feita de acordo com a renda bruta relativa ao exercício de 85 — receberão o pagamento do produto em cinco parcelas.

A primeira parcela será correspondente ao montante do débito em custeio mais os investimentos que o produtor tiver contratado junto aos bancos. O restante do valor será dividido em mais quatro parcelas, sem juro. Isso significa que, depois de acertados todos os compromissos com os bancos, o saldo a receber será

parcelado. Por exemplo: se feito todos os acertos, sobrou apenas Cz\$ 100,00, esse valor será parcelado em quatro vezes, cada uma de Cz\$ 25,00. Esse dinheiro será repassado ao produtor através de Notas Promissórias rurais vencíveis em 30, 60, 90 e 120 dias. Estas notas promissórias podem, inclusive, serem negociadas pelo produtor, desde que ele assuma o ônus da transação.

Nem o produtor que plantou o trigo com recursos próprios vai escapar do parcelamento. Esse produtor, segundo o gerente da agência do Banco do Brasil de Ijuí, Nereu Patussi, vai receber à vista, 20 por cento do valor total da aquisição do produto. O restante, ou seja os outros 80 por cento serão parcelados.

DISCORDÂNCIA

"Essa medida do governo não tem explicação", reclama o produtor Albino Ghislene ao mostrar sua inconformidade com o parcelamento do trigo. Ghislene é proprietário de 185 hectares de terra na localidade de São Pedro, no município de Jóia e considerado médio produtor. Ele plantou nesse inverno 20 hectares com trigo financiado e mais 10 hectares, utilizando recursos próprios, com cevada.

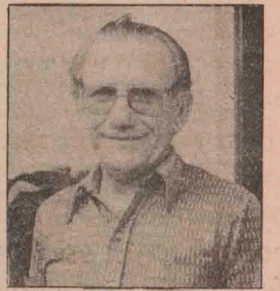
Toda a sorte do seu Ghislene é que não estava contando com o dinheiro do trigo para o pagamento de investimentos extras. "Me considero muito feliz e seguro por não ter feito nenhum negócio para pagar com o dinheiro do trigo", diz, embora admita que vinha planejando dar um tratamento melhor nas suas terras antes de fazer a lavoura de verão. "Um produtor que não quer plantar financiado, vai poder comprar adubo em 60 dias, se o governo está pagando a sua produção em parcelas e sem juros? pergunta. Diz que o produtor que foi mal com a soja e, hoje está totalmente descapitalizado, não tem condições de fazer uma lavoura bem feita com apenas Cz\$ 1.620,00, valor de custeio correspondente aos médios produtores.

JURO SOBRE O CAPITAL

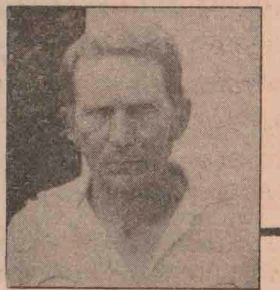
Mas o mais trágico de toda a situação, segundo seu Ghislene, é o fato do governo parcelar o pagamento do trigo sem juros. "Por que só o produtor tem de pagar juros? O mais absurdo, no entanto,



O governo vai gastar Cz\$ 20 bilhões com a compra do trigo



Albino Ghislene



Hugo Weich



Albino Krause

na opinião do seu Ghislene é o produtor ter de pagar juro ao negociar as suas promissórias. "É uma vergonha ter de pagar juro sobre o próprio capital que está retido", reclama.

O seu Hugo Weich, proprietário de 90 hectares e arrendatário de mais 20 em Barro Preto, Ajuricaba, ainda não conseguiu descobrir se essa mudança na comercialização do trigo é uma medida totalmente errada ou é o agricultor que andava mal acostumado. Mas uma coisa ele já conseguiu definir: a lavoura de verão é quem vai sair perdendo. Acha a medida um pouco "brusca" diante da situação em que se encontra a maioria dos produtores.

O seu Hugo não planta financiado há muitos anos, desde que pegou Proagro no trigo três vezes consecutivas. Plantou nesse inverno 44 hectares com trigo, de onde espera colher perto de mil sacos. Se realmente tirar essa produção, terá direito a Cz\$ 40.000,00 já na primeira parcela, que é o valor correspondente a 20 por cento da produção entregue. Mas já adianta que esse valor não cobre o custo de produção da lavoura de trigo, que anda ao redor de Cz\$ 50.000,00.

A SAÍDA: NEGOCIAR

Mas se o dinheiro dessa primeira parcela não vai nem cobrir os custos de plantio de trigo, muito menos vai dar para o seu Hugo comprar uma grade goble como vinha planejando. Na verdade, ele ainda não desistiu da compra da grade e como não dispõe de recursos, vai tentar negociar suas notas promissórias. "Sei que vou perder dinheiro, mas qual a saída para o produtor?" Além disso, ele vai precisar de recursos para fazer a lavoura de verão. Vai ficar nos mesmos 90 hectares da última safra.

Outro produtor que já anda pensando em negociar as suas notas promissórias é o seu Albino Krause, proprietário de 440 hectares em Sítio Prates, Coronel Bicaco. Não concorda com as mudanças feitas pelo governo e acha que o produtor foi ludibriado. Se soubesse que o governo ia parcelar dessa forma o pagamento do trigo, garante que não teria ido atrás dos apelos do Ministro da Agricultura e plantando 280 hectares com recursos próprios. "Quero ver da onde o agricultor vai tirar recursos para fazer as lavouras de verão", diz.

Descrente de toda a situação, seu Albino não acredita que o governo possa voltar atrás e acha que de pouco adianta fazer protestos. O agricultor vai ter, na sua opinião, que se sujeitar mais uma vez às mudanças do governo. E por não acreditar que alguma coisa possa mudar, o seu Albino já anda pensando em negociar suas promissórias para poder comprar um equipamento de irrigação para a lavoura de milho. Diz que não tem muitas dúvidas pela frente e, agora, só espera concluir a construção de um graneliro. De qualquer forma ele acredita que a situação do agricultor, principalmente daquele que vem plantando por conta há muito tempo, vai ficar crítica. "Esse produtor não vai ter dinheiro para fazer a próxima safra, pois o governo, agora decidiu limitar também a lavoura de soja".

Prove que você é um agricultor técnico. Use Fusilade.

Fusilade é o mais eficiente herbicida de pós-emergência para o controle das gramíneas anuais e perenes que tanto prejudicam a sua soja.

Sua aplicação correta e planejada vem trazendo excelentes resultados para milhares de sojicultores brasileiros.

Seja você também um produtor técnico; não utilize os herbicidas em "operações de salvamento" de última hora. Planeje Fusilade para sua próxima safra e controle o mato com eficiência.

Com ele, você soma todas as vantagens da qualidade comprovada, mais a experiência da ICI no combate às ervas da soja.

Consulte seu agrônomo ou técnico agrícola e garanta sua produtividade.

Para o controle das ervas de folhas largas, use Flex.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
São Paulo - SP.



O mato merece.



O balancete do mês de agosto

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS COTRIJUI – AGOSTO/86

EM Cz\$ 1.000

Dando continuidade às publicações das demonstrações contábeis do grupo Cotrijuí, estamos publicando o balancete referente ao mês de agosto de 1986. Os critérios utilizados na preparação dos demonstrativos, continuam uniformes, em relação aos meses anteriores. O associado que necessitar de qualquer esclarecimento sobre os números do balancete, deve procurar a gerência de sua Unidade. O gerente vai tomar todas as providências para que todos os esclarecimentos sejam feitos.

RUBRICAS	COTRIJUI		REG. PIONEIRA		REG. RIO GRANDE		REG. DOMPEDRITO		REG. MATO GROSSO		STAFF	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
ATIVO												
CIRCULANTE	746.895	27,4	212.137	23,0	14.487	2,8	143.523	46,3	364.445	40,3	12.303	2,9
DEPARTAMENTAIS	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	348.471	82,6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	67.789	2,5	14.445	1,6	3.687	0,7	2.571	0,8	9.494	1,1	37.592	8,9
PERMANENTE	1.915.383	70,1	695.671	75,4	502.331	96,5	164.307	52,9	529.571	58,6	23.503	5,6
TOTAL ATIVO	2.730.067	100,0	922.253	100,0	520.505	100,0	310.401	100,0	903.510	100,0	421.869	100,0
PASSIVO												
CIRCULANTE	841.704	30,8	282.488	30,7	9.382	1,8	139.108	44,8	317.600	35,2	93.126	22,1
DEPARTAMENTAIS	1.337	0,1	180.725	19,6	21.035	4,0	57.031	18,4	91.017	10,1	-	-
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	230.357	8,4	3.100	0,3	18	-	4.890	1,6	4.500	0,5	217.849	51,6
RECEITAS DO EXERC. SEGUINTE	37.582	1,4	-	-	-	-	-	-	-	-	37.582	8,9
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.619.087	59,3	455.940	49,4	490.070	94,2	109.372	35,2	490.393	54,2	73.312	17,4
TOTAL PASSIVO	2.730.067	100,0	922.253	100,0	520.505	100,0	310.401	100,0	903.510	100,0	421.869	100,0
DEMONSTRATIVO DE RESULTADO												
REC. VENDAS/SERV. TERMINAL	1.600.409	100,0	661.013	100,0	42.941	100,0	189.096	100,0	706.851	100,0	508	100,0
(-) CUSTO VENDAS/SERV.	1.346.989	84,2	568.686	86,0	34.193	79,6	144.903	76,6	598.784	84,7	423	83,3
RESULTADO BRUTO	253.420	15,8	92.327	14,0	8.748	20,4	44.193	23,4	108.067	15,3	85	16,7
(+) OUTRAS RECEITAS	47.083	2,9	19.887	3,0	628	1,5	5.546	2,9	20.884	2,9	138	27,2
(-) DESPESAS GERAIS	265.997	16,6	113.224	17,1	1.038	2,4	44.697	23,6	100.432	14,2	6.606	1.300,4
(-) ENC. FINANC. LIQ.	17.265	1,0	30.524	4,7	3.567	8,3	3.948	2,1	2.252	0,3	(23.026)	(4.532,6)
RESULTADO OPERACIONAL	17.241	1,1	(31.534)	4,8	4.771	11,2	1.094	0,6	26.267	3,7	16.643	(3.276,1)

INFORMAÇÕES CONTÁBEIS EMPRESAS SUBSIDIÁRIAS – AGOSTO/86

EM Cz\$/US\$ 1.000

RUBRICAS	COTRICIA		IRFA		COTRIDATA		BOM PASTOR		TRANSCOOPER		COTRISEGURO		COTRICAYMAN	
	Cz \$	%	Cz \$	%	Cz \$	%	Cz \$	%	Cz \$	%	Cz \$	%	Us \$	%
ATIVO														
CIRCULANTE	32.220	42,8	18.888	41,4	4.763	62,7	2.713	38,5	2.512	51,1	577	82,9	2.198	53,6
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	21.531	28,6	8.681	19,0	-	-	-	-	20	0,4	-	-	1.901	46,4
PERMANENTE	21.454	28,6	18.037	39,6	2.827	37,3	4.325	61,5	2.379	48,5	119	17,1	-	-
TOTAL ATIVO	75.205	100,0	45.606	100,0	7.590	100,0	7.038	100,0	4.911	100,0	696	100,0	4.099	100,0
PASSIVO														
CIRCULANTE	34.139	45,4	4.023	8,8	2.130	28,0	743	10,6	969	19,7	63	9,0	6.822	166,4
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO	50.344	66,9	19.891	43,6	17	0,2	296	4,2	58	1,2	-	-	-	-
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(9.278)	(12,3)	21.692	47,6	5.443	71,8	5.999	85,2	3.884	79,1	633	91,0	(2.723)	(66,4)
TOTAL PASSIVO	75.205	100,0	45.606	100,0	7.590	100,0	7.038	100,0	4.911	100,0	696	100,0	4.099	100,0
DEMONSTR. DE RESULTADO														
REC. VENDAS / SERVIÇOS	37.736	100,0	14.714	100,0	11.368	100,0	4.514	100,0	29.151	100,0	1.045	100,0	2.024	100,0
(-) CUSTO VENDAS / SERVIÇOS	34.470	91,4	7.093	48,2	8.477	74,6	4.101	90,8	25.881	88,7	597	57,1	2.016	99,6
RESULTADO BRUTO	3.266	8,6	7.621	51,8	2.891	25,4	413	9,2	3.270	11,3	448	42,9	8	0,4
(+) OUTRAS RECEITAS	481	1,3	1.624	11,0	601	5,3	237	5,2	234	0,8	44	4,2	11	0,5
(-) DESPESAS GERAIS	4.647	12,3	5.736	38,9	1.439	12,6	305	6,8	2.136	7,4	4	0,4	2	0,1
(-) ENC. FINANC. LIQ.	+ 2.234	5,9	4.461	30,3	51	0,5	9	0,2	138	0,5	1	0,1	397	19,6
RESULTADO OPERAC.	1.334	3,5	(952)	(6,4)	2.002	17,6	336	7,4	1.230	4,2	487	46,6	(380)	(18,8)
(-) PROV. IMP. DE RENDA	-	-	-	-	526	4,7	-	-	-	-	15	1,4	-	-
CORREÇÃO MONETÁRIA	2.972	7,8	1.426	9,6	499	4,4	-	-	657	2,2	-	-	-	-
RÉDITO	(1.638)	(4,3)	(2.378)	(16,0)	977	8,5	336	7,4	573	2,0	472	45,2	(380)	(18,8)

Com Flex, as ervas vão e a soja fica.

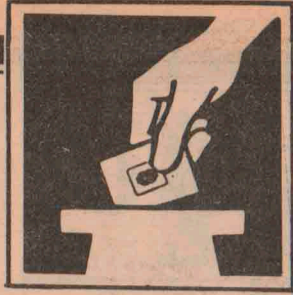
Flex controla maior número de ervas.*
Flex é o mais seguro para soja.

* Ervas: Amendoim-bravo, Picão-preto, Caruru, Corda-de-viola, Carrapicho-rasteiro, Quinquilho, Beldroega, Nabo, Picão-branco, Trapoeraba, Serralha, Erva quente, João-de-capote, Poaia-branca, Maria-pretinha, João, Carrapicho-de-carneiro.



ICI Brasil S.A.

Rua Verbo Divino, 1356 - CEP 04719
São Paulo - SP.



A disputa pelo voto

A eleição para representante da Cotrijuí, deste ano, foi marcada por uma nova característica: a campanha dos candidatos em busca dos votos



A campanha eleitoral ajudou na renovação em 70 por cento do Conselho



Delmar Barriquello



Eumídio Jappe

A eleição dos representantes da Cotrijuí, deste ano, trouxe uma novidade: a campanha dos candidatos na busca de uma das 154 vagas para o Conselho de Representantes. Pela primeira vez, desde que a escolha de representantes passou a fazer parte da vida da Cotrijuí, os associados que aspiravam uma vaga, não se fizeram de rogados e, de mangas arregaçadas, saíram a caça de votos. Nessa disputa não faltou reunião ou conversas ao pé-de-ouvido com vizinhos ou conhecidos, ou a confecção dos famosos "santinhos" para serem distribuídos no dia da eleição. Alguns candidatos, sem se preocupar com gastos, chegaram a colocar, à disposição dos eleitores, carros para que eles pudessem se deslocar até a uma de votação. E, para mostrar que a disputa era para valer, muitos candidatos passaram o dia conferindo os votos na boca da urna.

Esse novo ritmo empregado durante a eleição, que na verdade não deixa de ser mais um exercício de democracia, pegou de surpresa muitos associados acostumados a serem indicados pelo seu núcleo e eleito pela vizinhança, sem qualquer tipo de campanha eleitoral. A renovação de 70 por cento do Conselho de Representantes é mais um indício de que, daqui para frente, quem não entrar nesse ritmo, vai ficar de fora, a exemplo do que aconteceu nessa eleição. Muitos associados, despreparados para enfrentar uma disputa acirrada, tiveram que desocupar as suas cadeiras e ceder a vaga aos candidatos dos novos tempos.

O associado que quiser fazer parte do novo Conselho de Representantes da Cotrijuí, a ser renovado em 1989, vai ter que se mexer e entrar na corrida do voto. Se não fizer isso, será, mais uma vez, atropelado pela disputa do voto.

NA BOCA DA URNA

Mas se essa nova característica da última eleição fez com que muita gente perdesse o trem na disputa dos votos, esse não é o caso do associado Delmar Barriquello. Indicado, junto com mais dois produtores, para disputar pelo Sindicato Rural de Ijuí a uma das 154 vagas para representante e sem tempo para tirar uma conversa com amigos, ele montou sua estratégia eleitoral no dia da votação. "Segurei a eleição na boca da urna", admite Delmar Barriquello que além de produtor é também advogado.

A vantagem da campanha no dia da eleição, segundo Barriquello, está no fato de que a maioria dos associados chega para votar sem um nome definido, "facilitando o trabalho de boca de urna". E como todos os associados são candidatos, mas poucos realmente se lançam em cam-

panha, fica aberto um espaço para quem entra prá valer na disputa dos votos. Dessa forma, além de muita conversa ao pé-de-ouvido com associados sem candidatos e a entrega de um papel com seu nome batido a máquina, Barriquello decidiu a sua eleição. "A votação que recebi, com campanha na boca da urna, superou as minhas expectativas. E além disso, o único gasto que tive foi com as duas folhas de ofício onde escrevi meu nome", conta ainda.

Proprietário de 170 hectares na localidade de Alto da União, em Ijuí, Barriquello foi eleito representante pela segunda vez. A primeira eleição aconteceu em 1979, "quando a Estrutura do Poder estava recém sendo implantada na Cotrijuí e o próprio quadro social não dava muita importância à figura do representante".

Muito longe de 1979, o representante tem hoje um papel muito importante dentro da Cotrijuí "e isso, assegura, o quadro social já começa a sentir. Por outro lado, ele acha que a própria expansão da Cotrijuí vem favorecendo esse crescimento da figura do representante. "Ele é hoje a ponte que liga o quadro social à diretoria da Cooperativa", garante. Mas Barriquello vai mais longe e diz ainda que o cargo de representante passou a ser cobijado por uma fatia maior de associados, pelo fato de que são, justamente os repre-

sentantes os responsáveis pela indicação de nomes e formação de chapas para a eleição da diretoria.

UMA SUPLÊNCIA

Eleito representante em 1980 e reeleito em 1983, por indicação do núcleo de Mauá, Eumídio Jappe, esperava, depois de 22 de agosto, continuar fazendo parte do Conselho de Representantes da Cotrijuí. Mas como não conseguiu acompanhar o novo ritmo da campanha eleitoral empregado na última eleição, o máximo que conseguiu foi uma suplência. Jappe é arrendatário de dois hectares de terra localizado às margens da BR-285, na safada de Ijuí para Cruz Alta, onde se dedica ao cultivo de hortaliças.

Nos dois dias que antecederam a eleição, Jappe também saiu em campanha, fazendo visitas e distribuindo "santinhos", mas garante que nem de longe o seu trabalho de arranjar alguns votos, pode ser comparado ao de outros candidatos que fizeram um trabalho bem estruturado e caro. Embora nessa eleição não tenha contado com o apoio de Mauá, até porque está morando em Ijuí, ele lembra que em eleições anteriores a simples indicação, pelo núcleo, do nome do candidato, já era garantia de vitória. "Ninguém saía em campanha eleitoral e nem colocava carros à disposição dos eleitores. O que somava era o trabalho do associado junto ao núcleo e o apoio dos vizinhos".

Falsa expectativa



Dair Fischer

"A única coisa que realmente me preocupa é a questão dos núcleos estarem perdendo a sua força", diz seu Dair Fischer ao comentar o andamento da última eleição para representante. Ele acha que alguns candidatos, que inclusive chegaram a ser eleitos, não estão representando os interesses dos núcleos. "Alguns deles se lançaram por conta própria e, para serem eleitos, tiveram de sair em campanha".

Seu Dair é proprietário de 44 hectares em Planchada, Ajuricaba. Nessa eleição ele conseguiu ficar na primeira suplência, embora tenha sido eleito representante em 79 e 83. Ele se orgulha de nunca ter feito campanha. "Sempre me elegi com os votos dos núcleos". Nas três eleições - a de 79, 83 e 86 -, foi

indicado pelos núcleos de Planchada, Pinhal e Madeireira. Dessa vez, conta ele, teve de disputar os votos com um outro candidato do núcleo de Pinhal, que no final das contas foi o eleito. "Mas por pouco, diz, quase que esses núcleos ficaram sem representante".

FALSA EXPECTATIVA

O normal numa eleição para representante, segundo o seu Dair, é o núcleo indicar o candidato a concorrer à eleição. Os votos saem dos próprios núcleos. Mas nessa eleição as coisas correram um pouco diferente e acha que tudo tem muito a ver com uma espécie de "falsa expectativa" que se criou em torno da figura do representante. "Eu até acredito que alguns desses representantes ainda vão se dar conta da situação e até desistir da função".

ORGANIZADOS

De qualquer forma, Jappe ainda acredita que os núcleos, mesmo que as eleições estejam tomando outras características, vão continuar elegendo os seus candidatos, desde que continuem trabalhando de forma organizada. Assim como acha importante a participação dos núcleos na indicação dos candidatos, Jappe defende candidaturas de representantes de Conselhos de produtores e lamenta o aparecimento de candidatos "paraquedistas". Esses candidatos, na sua opinião, não representam as aspirações dos núcleos, mas apenas de algumas entidades.

O crescimento da figura do representante, segundo Jappe é um fato notório. Mas ele lembra que o crescimento da Cotrijuí não é apenas consequência do trabalho dos representantes, mas, principalmente, da participação do quadro na entrega da produção, do trabalho da direção e do quadro funcional. "A função específica do representante é de continuar sendo a ponte entre a direção e o quadro social da Cooperativa", diz por fim.

O seu Delarmando Portolan, de São Pedro, Tenente Portela, não perdeu a vaga nessa última eleição apenas porque não saiu em campanha. Depois de três legislaturas consecutivas como representante, ele achou que estava mais do que na hora de dar o lugar para algum outro associado que também estivesse disposto a trabalhar pela Cotrijuí. Como não era candidato, deu o seu apoio a um outro associado.

Ele garante que não sabe de nenhum candidato que tenha feito campanha eleitoral lá pelos lados de Portela, embora admita que não tem qualquer restrição ao fato de um associado sair pedindo votos. "Acho até elogiável que um candidato que queira se eleger, saia em campanha eleitoral."



Delarmando Portolan

É um procedimento que faz parte do processo democrático de escolha dos representantes na Cotrijuí". Diz que nunca fez campanha porque sempre foi indicado e eleito pelo núcleo de São Pedro. Só acha que nessa última eleição faltou organização nos núcleos para eleger um maior número de representantes. "Núcleos, diz ele, como o de São Pedro, Linha São Luiz e Lajeado Machado, não poderiam ter ficado sem representante nessa eleição."



CONFISCO DO BOI



Moacir Hetzel

Quem estava pensando que as ameaças do governo de confiscar os bois gordos que insistem em permanecer pastando nos campos não ia dar em nada, deve agora andar trocando orelhas. Depois de vários meses de escaramuças

com os pecuaristas e de muitas medidas, procurando, sem nenhum resultado prático, restabelecer o abastecimento da carne bovina no país, o governo não deixou por menos e decidiu confiscar os animais. Só no primeiro dia de confisco, ele conseguiu dois mil bois prontos para o abate em fazendas do Mato Grosso do Sul, São Paulo e Paraná.

O governo começou suas escaramuças com os pecuaristas dando mostras de boa vontade e acenando com medidas no sentido de procurar, sem chegar ao confisco, restabelecer o abastecimento da carne bovina. Ao lançar o "pacote do boi" em 18 de setembro, reduziu o ICM do boi de 12 para 1 por cento para aqueles pecuaristas que, por conta própria tomassem a iniciativa de abater seus animais nos frigoríficos. Além disso a medida, liberou, até 31 de dezembro, as importações de carne bovina, suína e de peixes e suspendeu as exportações de qualquer carne bovina, inclusive a industrializada e as operações de boi gordo e garotes na Bolsa de Mercadorias de São Paulo.

Nem mesmo a elevação do preço da arroba de Cz\$ 215,00 para Cz\$ 230,00, negociado dias mais tarde com os pecuaristas, serviu de incentivo para recomençar o abate. O preço foi considerado razoável pelos pecuaristas, embora eles viessem reivindicando Cz\$ 360,00. De qualquer forma, o boi não apareceu para o abate. Mas os pecuaristas não deixam de dar explicações. Garantem que nessa época do ano ainda não existe animais prontos para o abate. E vão ainda mais longe em suas argumentações: dizem que parte do rebanho que poderia estar "maduro" nessa primavera, foi abatido no verão, por causa da seca que prejudicou as pastagens. Segundo os pecuaristas, tudo não passa de uma medida "eleitoreira". O governo rebate os pecuaristas dizendo que tem dados em mãos que mostram existir, em apenas três estados do país, mais de um milhão de cabeças de bois gordos, à espera do abate.

MEDIDA EXEMPLAR

Mas foi justamente a insistência de um grupo de pecuaristas em continuar mantendo o boicote da carne que levou o governo a "estourar a boiada". Ele acredita que a aplicação da lei delegada de nº 4 vai funcionar como uma medida exemplar e, levar aqueles pecuaristas, ainda resistentes ao Plano Cruzado, a entregar seus animais para o abate. Para que isso realmente venha acontecer, o governo estipulou dois tipos de preços. Ao boi entregue livremente para abate, será pago o preço de Cz\$ 280,00 pela arroba, como havia sido acertado durante a negociação. Mas aquele pecuarista que tiver seu gado confiscado na propriedade, vai receber apenas



Jorge Viecili: não existe boi gordo nessa época do ano

O estouro da boiada

Governo desiste de esperar pela decisão dos pecuaristas e decide tomar os bois à força

Cz\$ 215,00 pela arroba, preço negociado em março.

A lei delegada nº 4 foi aplicada uma única vez no país. Isso aconteceu em 1967, durante o governo do marechal Castello Branco. Foram desapropriadas, na ocasião, 86 mil cabeças de gado. Mas a medida fez com que aparecesse mais de 30 mil cabeças. Essa também é a esperança do governo: que a medida faça com que o gado comece a aparecer ao natural, sem necessidade de mais confiscos.

BOI: UM INVESTIMENTO

Por que faltou carne na mesa do consumidor, se existe tanto boi nos campos? Tudo o que aconteceu e está acontecendo no mercado do boi e da carne, tem muito a ver com o Plano Cruzado, o responsável pelo fim da inflação. Quem faz esta afirmação é o Moacir Hetzel, técnico de pesquisa e extensão da Criaec, Unijuí. Com o fim das especulações financeiras, que porporcionavam grandes lucros sem muitos esforços, o boi se tornou, da noite

para o dia, um grande investimento. Até um ano atrás, por exemplo, o abate de matrizes andava ao redor dos 40 por cento em relação ao total dos animais abatidos no país. "Esse percentual, explica, caiu esse ano para 5 por cento, simplesmente porque o pecuarista decidiu investir mais na propriedade, inclusive retendo matrizes".

O excessivo abate de matrizes, por volta de 82/83, pode ser considerado, segundo Moacir Hetzel, como responsável pela redução do rebanho nesse ano. As matrizes abatidas naquela época, poderiam ter gerado animais que, agora, estariam prontos para serem ofertados. "Realmente, diz ainda, o rebanho atual de gado bovino é um pouco menor que o do ano passado, mas de forma alguma justifica as alegações dos pecuaristas".

A própria Reforma Agrária tem contribuído para a retenção dos animais no campo e também tem servido como fator responsável pelo desaparecimento da carne na mesa do brasileiro. "O pecua-

rista, alerta, tem todo o interesse em reter seus rebanhos na propriedade para criar uma imagem de latifúndio produtivo e, neste caso, não correr o risco de ter sua área desapropriada pelo governo".

SAI O CONFISCO

O Moacir acredita no confisco do boi, como o governo vem ameaçando, caso os pecuaristas não atendam aos apelos do governo. "Tenho certeza de que o governo vai fazer aparecer carne no mercado de qualquer jeito e, para isto, ele conta com um instrumento muito forte que é a importação de carne da Comunidade Europeia", embora admita ainda, que essa medida, até por falta de estrutura do governo, não apresentou os resultados esperados. Ele acha que o confisco do boi deve sair porque o governo está apostando tudo no sucesso do seu Plano de Estabilização Econômica. Se furar as medidas para regulamentar o abastecimento da carne, o plano corre sérios riscos e o governo não está apostando para perder.

Também soma-se a situação, como fator positivo, o fim do período de entressafra, embora ele não signifique grande oferta de animais no mercado. Sabe-se que economicamente é muito mais vantajoso para o pecuarista abater seus animais no ponto, explica, só que é preciso ficar alerta para um outro fator: o raciocínio do pecuarista está sendo político e não econômico. Ele também não está disposto a perder.

AS TENDÊNCIAS

Qualquer perspectiva a respeito do que pode acontecer efetivamente com o mercado da carne daqui para frente é difícil de ser feita. Para Moacir Hetzel a tendência, a curto prazo, é de que ocorra uma estabilização nos preços do boi em função da entrada da safra no sul do país e a chegada de novas levas de carne importada. Mas a médio prazo, a tendência indica que pode haver uma redução no preço real do boi. Além da entrada da safra do Brasil Central, existe, para o período, a previsão de existir no país grandes estoques de "passagem" de carne bovina. Esse estoque de "passagem de carne é o resultado do atraso nas importações".

Um novo reaquecimento no preço poderá ocorrer, caso o governo não forme um bom estoque regulador de carne para enfrentar a próxima entressafra. "A perspectiva de preço para a próxima entressafra está condicionada ao estoque regulador do governo, insiste.

Abatido na primavera

No entender de João Clóvis Gonçalves Maia — popularmente chamado Jango Maia — a seca foi o principal fator da falta de gado que se faz sentir atualmente. Para ele, não vão resolver as medidas adotadas agora, pois só a partir talvez do começo de novembro é que voltaremos a dispor de gado em boas condições de abate.

O medo de uma estiagem ainda mais prolongada motivou os pecuaristas a abater todo o gado disponível, na época, pois era melhor garantir algum retorno financeiro mesmo com os animais em condições não ideais, do que arriscar a perder todo ele no campo.

Dessa forma, ressalta Jango Maia, antecipamos a safra de corte em cerca de oito meses. Gados que deveriam estar em condições boas de abate a partir de meados de setembro, uma vez que o inverno não foi rigoroso, foi sacrificado no pior período da seca do verão passado. Em seu entender, daí resultou toda a problemática que enfrentamos agora e que tanta preocupação causa ao governo, classes produtoras e ao povo em ge-

ral, que não encontra ofertas suficientes de carne para a sua mesa.

Sem dúvida, foi imprevidente o governo ao não providenciar o estoque regulador, medida que teria evitado, ou pelo menos, minimizado a situação que vivemos agora, agravada mais ainda pela implantação do Plano Cruzado, que ampliou a faixa de consumo da população. Jango Maia espera que no futuro os governos sejam mais previdentes, para evitar que não aconteçam problemas como o do abastecimento.

NOVE CRUZADOS É BOM PREÇO

Para os pecuaristas Noely Pereira da Moita, criador em Upamaroty, e Gentil Rafael Pozzebon, com estância no Ponche Verde, o preço de Cz\$ 9,00 o quilo é bom, dando bem para trabalhar. Mas o problema, insistem, é a pequena disponibilidade de gado em ponto de corte. Conforme declararam à reportagem do Cotrijornal, o pequeno lote de terneiros que possuíam em condição, entregaram no último dia 25, ao frigorífico da Cotrijuí.



CONFISCO DO BOI

O governo errou no tabelamento

O tamanho do rebanho

Segundo dados estimados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - o IBGE -, o Brasil deve possuir atualmente um rebanho bovino de 130 milhões de cabeças. O IBGE considerou, ao fazer a sua projeção, dados revelados pelos censos de 82, 83 e 84. Em 82 o rebanho era de 123.488 milhões de cabeças; em 83 de 124.186 e em 84 de 127.654 milhões de cabeças. Mas o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos - o USDA - discorda dessa projeção feita pelo IBGE. Segundo o USDA, o rebanho de gado bovino do Brasil deve andar por volta de 90 milhões de cabeças.

A produção de carne tem oscilado nos últimos anos entre 2,1 a 2,4 milhões de toneladas. Essa variação tem muito a ver com o comportamento do ciclo pecuário, com as influências da política econômica e com o clima. O consumo "per capita" possível, considerando a oferta de carne passou de 12,7 quilos em 85 para 13,2 em 86. No mercado internacional o Brasil ocupa o 3º lugar, sendo superado apenas pela Austrália e pela Comunidade Econômica Europeia.

Para o pecuarista Darcy Maciel, são bastante comuns as decisões governamentais "que nós aqui na zona de produção ficamos até mesmo perplexos com tais determinações". Ardoroso crítico, o empresário passou a fazer uma série de considerações para situar o problema em sua exata dimensão.

Diz: "é sabido que nossa produção de carnes se acentua com maior ou menor intensidade, em determinados períodos do ano. Quanto à importação - ressaltou - muitas vezes a gente sente que é necessária. Justamente nos períodos de inverno a nossa produção é bastante reduzida, e isso não é nenhuma novidade.

Mas neste ano, além do inverno, temos a lamentar o descuido do governo que não providenciou no estoque regulador. Todos os problemas que enfrentamos, inclusive com a necessidade de importar, à última hora, milhares de toneladas de carne da Europa e dos Estados Unidos, revelam inequivocamente que houve imprevidência dos poderes responsáveis pela política de abastecimento.

E a carne importada começou a chegar precisamente na época em que já se vislumbrava a normalização do abastecimento com recursos internos, devido à proximidade do verão. Ainda há poucos dias ouvi um pronunciamento do dr. Cirne Lima lembrando o exemplo da formiga, que guarda no verão, ou na época da fartura, para consumir no inverno. O Rio Grande do Sul tem o seu índice de

fartura sempre no verão e outono, passando a sentir os problemas de escassez no inverno e maior parte da primavera. Como neste ano não houve estoque, o problema se manifestou, agravado ainda pelo Plano Cruzado, pois o consumo foi ampliado, em muito.

DECISÃO TOMADA É MELHOR PARA BRASIL CENTRAL

Quanto a reunião realizada no Ministério da Agricultura e que fixou o preço do boi em pé ao nível de Cz\$ 280 a arroba, Darcy Maciel acha razoável para o Rio Grande do Sul. Pelo menos soluciona o problema quanto a expectativa, eliminando a intranquilidade gerada e que persistiu por muito tempo, entervando o setor.

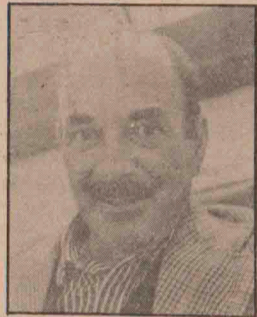
Maciel acha que a medida é melhor para o Brasil Central, uma vez que naquela região a safra é constante, pela inexistência de inverno. Pensa que a situação deve ser olhada por esse prisma. A solução é boa para o Brasil Central e talvez para parte do Nordeste. Mas ressalta que o nosso problema continua, porque as condições, como disse, são completamente divergentes.

O preço estabelecido no centro do país de Cz\$ 280 a arroba do boi gordo equivale a Cz\$ 9,00 o quilo no Rio Grande do Sul. Isso é menos do que o produtor precisaria.

O BOI MAGRO DEVEIA SER TABELADO

Ele diz que o governo errou ao ta-

belar o boi gordo, deixando o boi magro sujeito às oscilações de mercado. Esse fato originou uma situação no mínimo curiosa. O que se vê atualmente é o bovino pronto para ser abatido, valendo menos que os animais que só estarão prontos nos próximos meses. Foi essa falha do governo, que ele qualifica de "cochilo", que deve ter causado toda a confusão no mercado. E exemplifica: "se o governo tivesse tabelado o novilho magro, nós iríamos ter um lucro certo. A intervenção do governo no mercado, da maneira como se processou, impediu a livre manifestação da lei da oferta e da procura.



Darcy Maciel

Boi não pode ser "estocado" no campo, aqui no Estado, pois o inverno quase sempre consome os pastos e, por extensão, a gordura dos animais. E todos estão lembrados que no início deste ano tivemos a grande seca, que se prolongou de novembro a março. A estigagem fez com que as matanças se prolongassem. Muito gado que deveria ser abatido ao longo dos meses que se seguiram, foram sacrificados antecipadamente, pelo temor que morressem no campo por falta de pasto e de água.

Campanha contra os pecuaristas

"O governo se deu conta de que vinha esgrimando demais o pecuarista", diz o seu Edgar de Moura Gutierrez ao analisar a redução, por parte do governo, do ICM e o aumento do preço do boi vivo. Ele acredita que ao tomar essas medidas, o governo reconheceu os prejuízos que o pecuarista vinha tendo, a ponto de preferir reter seus animais no campo.

Seu Edgar, 69 anos, é proprietário de 193 hectares de terra localizados em Esquina Aparecida, município de Coronel Bicaco, onde mantém um plantel, entre matrizes e gado de corte, de 80 animais charolês cruzado com Zebu. Nem toda a propriedade é destinada a pecuária. Parte dela, em torno de 70 hectares, são ocupados por lavouras, aos cuidados dos dois filhos, o Edgar e o Elbio.

Seu Edgar lida com gado desde guri e, aos poucos, começou a introduzir pastagens em seus campos, que hoje ocupam 70 por cento da área destinada a pecuária. Como cria gado desde o nascimento até a terminação, sempre procura deixar os animais até os dois anos de idade pastando na pensacola. Até a terminação, os animais ficam na aveia. "O essencial para dar lucro, diz, é abater os animais com três anos de idade".

PERDEU DINHEIRO

Há cerca de um mês atrás, seu Ed-

gar vendeu um lote de animais por Cz\$ 8,50 o quilo. Reconheceu que se precipitou e até perdeu algum dinheiro na transação, mas não tinha outra saída porque o pasto estava ficando pouco. Também foi atrás do conselho de um conhecido que o convenceu de que o preço do boi vivo ia cair ainda mais. Apesar do prejuízo ainda considera o preço de Cz\$ 280,00 a arroba abaixo dos custos de produção. Para esse ano seu Edgar não tem mais gado gordo para vender. "O que tinha de animal gordo já vendi. Só vou ter outro lote no próximo inverno", garante. Ele também não acredita que o governo vá colocar em prática suas ameaças. "O governo não pode confiscar animais. É uma medida severa demais e que mexe com o direito a propriedade".

CULPA DO GOVERNO

"A culpa de toda essa situação é do próprio governo que na época da safra não fez estoque regulador", critica Jorge Viécili ao comentar as ameaças do governo em confiscar animais para abastecer o mercado e cortar o crédito aos produtores. Ele acha que a situação ganhou contornos mais sérios por causa da campanha que hoje se faz, em todo o país, contra os pecuaristas. "Os jornais e a televisão só falam na crise da carne e o consumidor se aproveita da falta de produto no mercado para reclamar". Afora a campanha de desmoralização

do pecuarista ele ainda vê o dedo dos comunistas querendo tomar conta do país

Jorge trabalha junto com o pai, seu Eldevir, que é proprietário de 1.200 hectares em Medianeira, município de Ajuricaba. O plantel é de mais ou menos 800 cabeças de gado misto, predominando a raça Charolês. Além do gado, eles ainda plantaram trigo e pastagens. No verão pretendem plantar 300 hectares de soja, 80 de sorgo e 180 de milho.

Não concorda com o preço de Cz\$ 280,00 a arroba estipulado pelo governo, embora tenha vendido, há um mês atrás, um lote de 80 animais ao preço de Cz\$ 8,50 o quilo. Diz que de momento não tem animais prontos para serem abatidos e mesmo que tivesse, garante que não venderia. O custo de terminação do animal é muito alta e com o dinheiro da venda de um boi gordo não consegue comprar um boi magro. "Do jeito que o governo congelou o preço do boi vivo, não compensa engordar por causa do custo", reclama.

SITUAÇÃO CONSTANGEDORA

Para o Jorge, o pecuarista vive atualmente uma situação constangedora



Edgar Gutierrez: sem gado para vender

ra. De um lado o governo pressiona e quer que o pecuarista abata seus animais por um preço que considera muito baixo e de outro, consumidor reclama da falta da carne na mesa. A sugestão do Jorge é de que o governo continue importando carne e, antes de tomar qualquer medida "repressiva" contra o pecuarista, precisa dar um jeito nas multinacionais que, após o congelamento dos preços, trataram de adulterar as embalagens de seus produtos para poder aumentar os preços. "Só depois que o governo der um jeito nas indústrias é que ele pode arrumar a casa".

Ele até acredita que o governo possa concretizar as ameaças que vem fazendo, como cortar o crédito para os pecuaristas. Só não acredita que ele vá confiscar bois. "Não é uma medida legal. Agora, se decidir cortar o crédito, tem que ser para todo o mundo e não só para alguns". De qualquer forma, o Jorge não acredita que o governo vá meter a mão nos pecuaristas.



CONFISCO DO BOI

Proprietário da Cabanha Santa Albina, associado e conselheiro da Cotrijuf, Lídio Bastos é outro que reclama da política do governo para a pecuária. Da mesma maneira que seu colega Darcy Maciel, ele lamenta a estiagem ocorrida no começo do ano, o que acabou agravando a economia do boi. Houve excesso de abates no verão, motivando, por consequência, a escassez que se verificou, e que na realidade ainda se verifica, de gado em condições ideais para abate.

Ele entende que em São Paulo, Minas e Goiás, ocorreu o mesmo fenômeno. Daí a razão, em grande parte, das dificuldades que existem hoje para o normal abastecimento de carne à população, o que obrigou o governo a partir para importações maciças do produto. Tanto os gaúchos, como os paulistas, mineiros e goianos, abateram elevado número de animais que não estavam prontos. E mesmo assim, particularmente em relação a São Paulo, não foi possível evitar a perda de elevado número de animais que morreram por absoluta falta de alimento e água.

Lembra Lídio Bastos "que na época da safra, que coincidiu com a estiagem,

Faltou estoque

frigoríficos para conseguir inscrever gado chegamos a ficar até 45 dias na fila dos para abate. Naquela época o governo devia ter feito estoque regulador. Existia o produto em quantidade, mas ele foi exportado. O produtor foi prejudicado de duas maneiras. Primeiro porque o preço era baixo, e ele tinha que vender assim mesmo, para evitar que os animais morressem no campo. Em segundo lugar devido ao estado dos animais, não suficientemente gordos para dar um rendimento ideal. A evidência dos fatos, pelo prolongamento da seca, indicava que a hora era de vender o gado enquanto ele oferecia algum peso, para evitar o prejuízo total.

Ele acredita que o Plano Cruzado influiu bastante para que a carne faltasse nos açougues. Diz que os assalariados, que só comiam carne nos primeiros dias de cada mês, quando recebiam o pagamento, passaram a comer mais. Entende que o Plano Cruzado deu maior poder aquisitivo ao povo, devido à estabilidade dos salários e a manutenção dos preços dos gêneros de primeira necessidade.

Mas ele não concorda com a reação e descontentamento popular pela falta do produto, e principalmente pelas acusações que foram feitas aos pecuaristas. Assegura que em termos de Rio Grande do Sul, sempre tivemos esse problema. Portanto,

para nós gaúchos, não é novidade a falta de carne no inverno, "pois temos abundância de gado em boas condições de abate a partir de novembro de cada ano. O fato, em si, veio demonstrar mais uma vez que o governo precisa fazer sempre o estoque regulador. Essa prática, além de vir ao encontro do produtor, também beneficia o consumidor".



Lídio Bastos

PRODUTOR RURAL NÃO É NENHUM "BANDIDÃO"
Ele lamenta que o pecuarista esteja sendo apresentado hoje, como uma espécie de "bandidão", que esconde boi gordo no pasto, como se isso fosse possível. Quanto à fixação do preço do boi, ele pensa que dá para vender, mas chama a atenção para o fato de que esse preço deve ser mantido inclusive durante a safra e não somente agora. A razão de Cz\$ 280,00 a arroba, equivale a Cz\$ 9,00 por quilo de gado no Rio Grande do Sul. Ele acha que a esse preço dá para trabalhar.

Culpa da especulação financeira



Otacílio Pereira

Otacílio Pereira Severo, antigo associado e membro do conselho de representantes da Cotrijuf Regional Dom Pedrito, concorda com a reivindicação feita pelos criadores de São Paulo, que pediram o valor de Cz\$ 360,00 pela arroba do boi. É que para ter gado gordo nesta época do ano, e em condições de ser abatido, tem que se fazer enormes investimentos em pastagens cultivadas. Diz que não é fácil estabelecer um preço justo para o produtor, até mesmo porque, "nós, criadores gaúchos, não conhecemos custos de produção. Agora, em se falando de preço remunerador, e para traçar um paralelo com São Paulo, o básico deve ser mesmo esses Cz\$ 360,00 a arroba, que equivale mais ou menos Cz\$ 9,00 o quilo no Rio Grande do Sul".

Otacílio Severo entende que as empresas estabelecidas e sérias, como as cooperativas, sempre tiveram desvantagens frente aos abatedouros. É que a firma que compra para abater em baixo de árvores, acaba sonogando imposto. Disse que quanto a essa realidade, o Instituto Sul-riograndense de Carnes tem amplos demonstrativos de firmas que compram os melhores gados do Estado, mas acabam sonogando peso de carcaça e ICM. Por isso, acredita que uma redução no valor do imposto daria às cooperativas, uma maior margem para competirem com tais firmas fantasmas.

Falando sobre o confisco de gado, conforme tem sido ameaçado pelo governo, o pecuarista diz não ver meios jurídicos legais e nem os meios práticos para o desempenho dessa tarefa. Para ele, o que deve ser feito para aparecer carne são medidas práticas e econômicas, dentro da lei da oferta e procura, que esta sim — infantizou — funciona como um relógio suíço de boa qualidade.

CORREÇÃO MONETÁRIA

O estímulo à especulação, impulsionado até através de publicidade feita por órgãos públicos, também acabou gerando a falta do produto. Pessoalmente, diz nunca ter especulado no mercado financeiro. Sempre foi apenas produtor. Mas não deixa de reconhecer que o produtor vinha sendo desestimulado de produzir. A correção monetária, como forma especulativa, era a maneira mais segura de ganhar dinheiro, mesmo que, fosse um ganho até irreal.

Considera que investir na pecuária, naquela fase, era até uma poesia. Acha que o quadro mudou. Há, realmente, um reaquecimento das atividades produtivas, em grande parte, estimulado pelo Plano Cruzado. Ocorre que o reaquecimento no consumo da carne, em torno de 40 por cento, segundo algumas fontes, fez com que a pecuária vivesse esse momento de escassez. Mas isso lhe parece natural.

Custo elevado

Antônio Cândido da Silva Neto se propôs a analisar, o que classificou de "problemática do boi", por diversos aspectos. Disse que a grande discussão tem girado em torno do preço, mas que há outras questões que precisam ser devidamente analisadas.

"Por exemplo: o governo manteve o preço do boi tabelado num índice realmente baixo, não condizente com nossa realidade de produção. Os produtores, com toda a razão, e na sua generalidade, procuraram sempre colocar o seu problema. Felizmente, a solução encontrada, e a esta altura, já de conhecimento geral, satisfaz os criadores, pelo menos em parte. Mas o problema, na realidade, não reside somente no preço pedido para a remuneração do boi gordo. Me parece que ele está mais é na reposição do boi na inverno."

É que o boi magro está com preço inflacionado. Tive oportunidade de realizar alguns negócios e verifiquei, com surpresa, que o valor do boi magro era bem próximo do boi gordo. Então fiquei a imaginar que o processo produtivo da pecuária, notadamente a gaúcha, que conheço bem, é realmente caro", afirmou Silva Neto.

PRECISAMOS AUMENTAR A NATALIDADE DO REBANHO

Para ele, é fundamental que seja aumentado o índice de nascimentos nos campos. E faz o seguinte comparativo, em termos de natalidade bovina: "Se considerarmos que de cada 100 vacas, no ano de 1985, nasceram apenas 39 terneiros, então, realmente, o desfrute é muito pequeno, e sendo pequeno o desfrute, a lucratividade é mínima. Mas agora vamos imaginar que de 100 vacas nos conseguíssemos o nascimento de 80 a 88 terneiros, então as coisas se modificavam por inteiro, devido a maior rentabilidade e consequente produtividade do rebanho. É que no mesmo espaço de campo teríamos um volume sensivelmente maior de cabeças e de ofertas futuras. Sem dúvida, diz Silva Neto, isso reduziria os preços de custo e nos proporcionaria vender o gado a preços

inferiores aos que necessitamos agora.

O empresário fez questão de ressaltar que pode até parecer estranho, que neste momento em que todos reclamam de preço, ele se posiciona assim. E completa o raciocínio afirmando que esse posicionamento é fruto de trabalho de muitos anos, não só de estudos mas principalmente de aplicação prática em seus campos.



Silva Neto

ÍNDICES DE 84% NOS NASCIMENTOS

Afirma que neste momento, graças a um trabalho que não é só dele mas também de seu filho, o agrônomo Flávio Silva, está atingindo índices de nascimento de terneiros que chegam a 84 por cento. Concorda que foi feita uma verdadeira revolução na estância e que a mesma está proporcionando lucros a esses mesmos níveis. E confessa que ainda não está satisfeito, continuando a trabalhar para alcançar ainda melhores resultados em produção, com redução de custos.

E para garantir comida suficiente a uma maior população no mesmo espaço de campo, Silva Neto diz ter melhorado as pastagens com o capim elefante (tawan 156), que vai proporcionar neste ano, a garantia de 100 toneladas de massa verde por hectare. Equivale dizer, ressalta o pecuarista, que com essa disponibilidade de pasto dá para manter a população de 20 cabeças por hectare, ao contrário de apenas uma cabeça/hectare, como é comum nos campos de pastos naturais do Rio Grande do Sul.

Silva Neto finalizou a entrevista ao Cotrijornal conclamando todos a trabalharem ao lado do governo para que seja encontrado um denominador que satisfaça a todos, pois que de nada vai valer o Plano Cruzado se não consolidar a vida do país. "O que todos nós desejamos é a estabilidade social e econômica de todo o povo brasileiro".

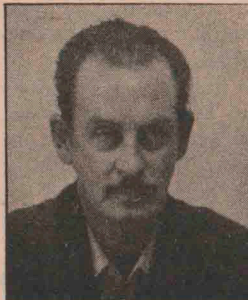
Objetivos políticos

Para o criador Abu Souto Bicca, a falta de carne na entressafra, não é nenhuma novidade. Só não falta carne quando o governo providencia, com o devido tempo, o estoque regulador. Neste ano ele não fez, e para piorar ainda mais a situação, tivemos a grande seca do final do ano passado e início deste, período em que a maioria dos criadores abateu mais gado do que devia, no verão, temendo que o gado morresse de fome e sede.

Considera o inverno o grande inimigo, especialmente no nosso Estado. Tecnicamente, existe o recurso das pastagens cultivadas, mas nem sempre o preço do boi gordo compensa o investimento, exatamente conforme veio a acontecer neste ano.

Com relação ao ágio cobrado, Abu Bicca diz não ter tido conhecimento concreto. Se realmente houve ágio — diz — foi com os frigoríficos, que são empresas fechadas. As cooperativas, empresas de pessoas e abertas tanto à fiscalização de seus sócios como de órgãos do governo, foram as mais prejudicadas com a paralisação dos abates. Elas não podem entrar no "jogo" do pagamento por fora.

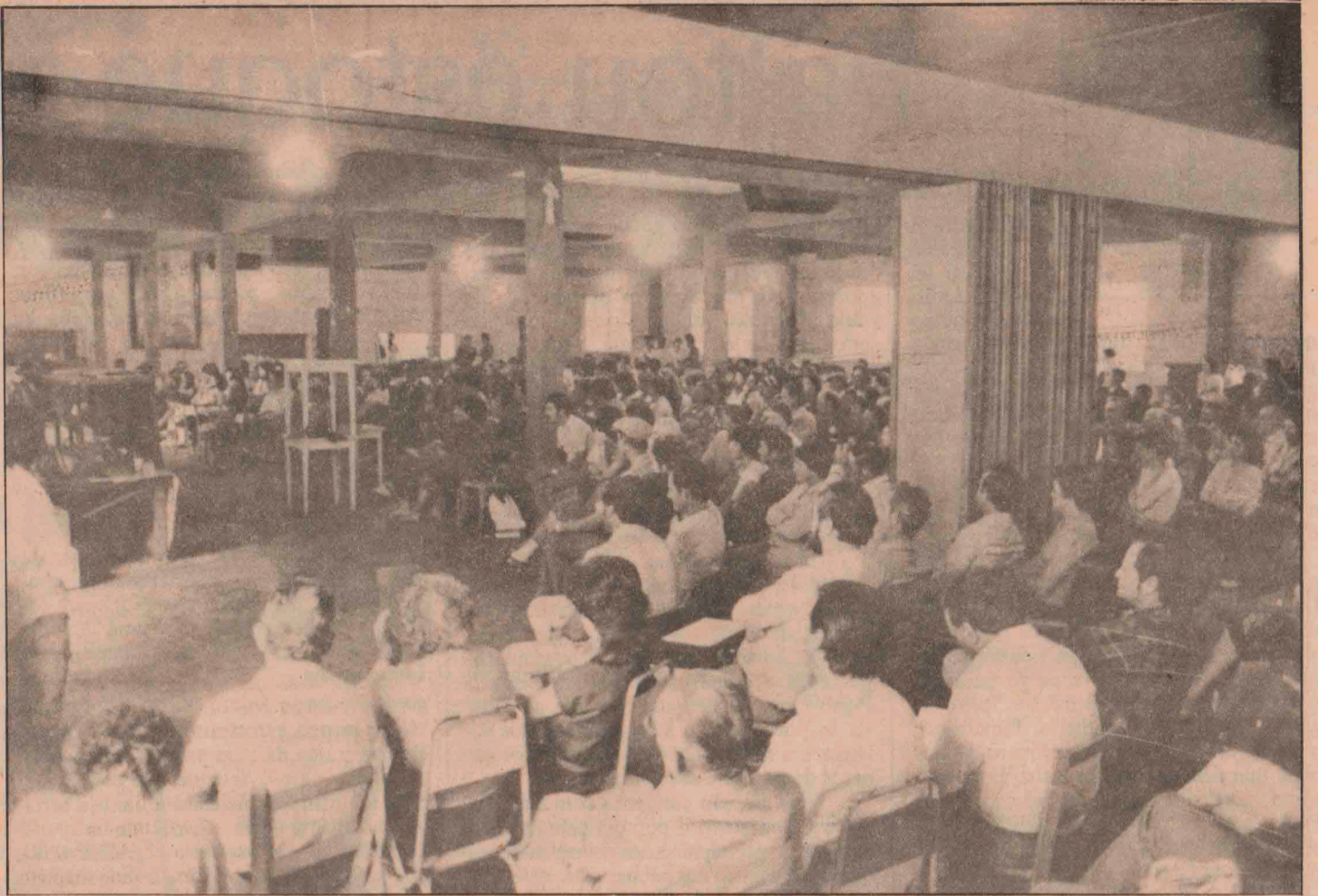
As ameaças do governo em investir no campo e confiscar bois, segundo Abu Bicca, tem mais é objetivos políticos do que efeitos práticos. Acha, até, que o governo deveria saber que não há gado em condições de abate. Abundância de gado só a partir de novembro próximo. Gado gordo hoje só nas cabanhas, onde estão os reprodutores e as matrizes de elevado pedigree. No campo, só terneirada nova e vacas magras. "O governo está fazendo sensacionalismo em cima da situação"



Abu Souto Bicca

"O caráter associativo exige que as pessoas se encontrem para trocar idéias. É justamente por esse motivo que hoje estamos nos reunindo", disse o vice-presidente da Cotrijuí na Região Pioneira, Celso Bolívar Sperotto, ao fazer a abertura do V Encontro de Integração das famílias de associados da Cotrijuí.

O V Encontro Integração aconteceu no dia 8 de outubro, nas dependências da Cripta da Igreja Matriz Nossa Senhora Aparecida de Tenente Portela. O sucesso do encontro não pode ser medido apenas pelo fato de conseguir reunir, num só dia, mais de 400 associados e seus familiares oriundos das unidades de Jóia, Augusto Pestana, Ijuí, Ajuricaba, Chiapetta, Santo Augusto, Coronel Bicaco e Tenente Portela, mas também pelo nível de participação durante os debates. O Encontro de Integração foi promovido pela Assessoria de Desenvolvimento em Recursos Humanos da Cotrijuí e organizado pela unidade de Tenente Portela, sob a responsabilidade do gerente Antoninho Rossoni e dos educadores Regina Ribeiro e Aristeu Pedro Trevisol. A coordenação ficou a cargo da educadora Noemi Huth. Durante o encontro o professor Argemiro Brum, da Unijuí, falou sobre a "Economia Brasileira" e o Walter Frantz, assessor de Desenvolvimento em Recursos Humanos da Cotrijuí em conjunto com Maria Alice Dornelles de Souza, jornalista e educadora da Cotrisal de São Borja, falou sobre cooperativismo no atual contexto econômico e político. À tarde, depois do show musical do associado Pedro Darci de Oliveira e de Carlos Alberto Konzen, o presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti fez uma análise da situação da Cooperativa diante do atual contexto econômico e político. Mas as mulheres não perderam a vez nem a voz durante o Encontro. A dona Ivone Hartmann, do núcleo de Saltinho, em Ijuí, foi uma das participantes mais ativas durante os debates. Outra líder, a dona Gertrudes Commandeur, do núcleo de Piratini, também em Ijuí, pediu à direção da Cotrijuí apoio e colaboração no sentido de levar adiante o reconhecimento da mulher como trabalhadora tendo, inclusive, o direito de representar o marido associado durante as eleições. "Queríamos que a direção nos ajudasse a ter mais acesso dentro da cooperativa", disse ainda dona Commandeur, com o apoio do marido, seu Guilherme. Para tocar as discussões adiante, ficou decidido a formação de uma comissão com representantes de mulheres trabalhadoras de todas as Unidades da Cotrijuí.



Mais de 400 associados e seus familiares se reuniram em Tenente Portela para debater a economia e o cooperativismo brasileiro

O desafio é sério

Numa análise da economia brasileira, o professor Argemiro Brum diz que o problema mais sério é o da dívida externa

A economia brasileira nos últimos 22 anos foi o assunto abordado por Argemiro Jacob Brum, professor da Unijuí, durante o encontro que reuniu mais de 400 pessoas. Ao analisar o modelo econômico pós 64, Argemiro Brum disse que primeiro tem que se saber onde o governo da época pretendia chegar. "O objetivo do regime militar, reforça, era de promover um crescimento acelerado na economia brasileira, transformando o Brasil numa potência capitalista". Para promover esse crescimento, o governo recorreu a duas fontes: a de empréstimos do exterior e da expropriação salarial. Para atingir suas metas, diz, o governo não exitou em promover a injustiça social como filosofia de desenvolvimento".

A situação permanece crítica por um período que se estende até por volta de 1967, quando a taxa anual de crescimento da economia permanece em 3,5 por cento. Mas a partir desse período até 1974, acontece o famoso "milagre econômico brasileiro". O crescimento da economia sobe a 11 por cento. Logo aparecem os primeiros sinais de cansaço e esgotamento na economia, até porque ela vinha crescendo graças ao dinheiro tomado emprestado no exterior. A primeira grande alta nos preços do petróleo fez com que o crescimento anual baixasse para 7,4 por cento. "É o início da crise e do esgotamento desse projeto baseado em financiamentos do exterior", diz Argemiro Brum.

O período é marcado por uma profunda recessão e uma queda violenta na produção brasileira. É o período de empobrecimento do país e do povo brasileiro. O Brasil vai buscar saídas no Fundo Monetário Internacional que passa a administrar "com uma canga", a economia do país. O governo recorre ainda, a mais duas fontes: a da inflação e a da dívida interna. O Brasil passa a pedir empréstimos internamente, através das poupanças captadas pelos bancos.

PRIORIDADE ECONÔMICA

A implantação de um parque industrial moderno e sofisticado era a grande prioridade econômica dos governos militares. "A indústria, explica o professor, passou a ser a carro-chefe da economia". A agricultura, por sua vez, sem qualquer incentivo era vista como uma atividade secundária e subordinada às indústrias e aos bancos. Enquanto a indústria, prossegue o professor, tinha a incumbência de gerar dólares para pagar a dívida externa, a agricultura era o pretexto para se expandir o mercado das máquinas, dos insumos modernos e dos bens de consumo. Ela tinha como função específica produzir alimentos, matéria-prima para as indústrias e transferir recursos para o setor urbano industrial.

Esse modelo econômico resultou numa grande concentração de capital, favorecendo apenas as grandes empresas. Nessa época aparece a "teoria do bolo", quando se dizia que primeiro tinha que fazê-lo crescer para depois dividi-lo. Outra consequência: internacionalização e desnacionalização da economia brasileira. É a concretização da "teoria do nó". Quanto mais atrelada a economia brasileira à economia mundial, melhor para o país.

O período também foi marcado pela injusta distribuição de renda. Na década de 60, por exemplo, apenas 10 por cento dos mais ricos detinham 39,6 por cento da riqueza do país. Na década de 70, esse percentual subiu para 46,7 por cento e na de 80, esses mesmos 10 por cento já detinham mais da metade da riqueza do país. O processo de concentração na zona rural, no entanto, segundo o professor Argemiro, foi ainda mais grave do que no meio urbano.

Outra consequência do modelo econômico implantado pelos militares: endividamento muito rápido do país. Em 60 o país devia 3,1 bilhões de dólares aos bancos estrangeiros, mas 10 anos depois, ele já devia 5,3 bilhões. Em 80, a dívida externa do país era de 53,8 bilhões de dólares; em 84 de 102 e em 85 de 402,7 bilhões de dólares. "Nesse ano, explica Argemiro Brum, o governo precisava nove



Argemiro Brum

vezes mais o dinheiro em circulação para pagar a sua dívida externa".

O MAIS SÉRIO

O problema da dívida externa, segundo o professor é, realmente, o mais sério de todos. Ele representa uma sangria violenta em termos de juros para o país. Aliás, o problema da dívida externa, foi o primeiro de uma série de quatro, levantado pelo governo da Nova República. Os outros três se resumem na necessidade de fazer a economia do país voltar a crescer; no combate a inflação e em proporcionar uma redução no déficit público e controle da dívida interna.

Mas como promover um crescimento sustentado na economia brasileira, procurando ao mesmo tempo melhorar as condições de vida do povo brasileiro? pergunta o professor. De onde tirar o dinheiro para promover esse crescimento?

Depois de ter tomado pé da situação da economia brasileira, o governo da Nova República toma as suas medidas no sentido de implantar um crescimento na economia brasileira. Começa proporcionando um aumento progressivo dos salários; instala o Programa de Estabilização econômica — o Plano Cruzado —; o Plano de Metas; o Pacote Agrícola e a Reforma Agrária. O governo reconhece que tem pouco dinheiro, mas também reconhece que seus empreendimentos terão que ser tocados para frente com recursos próprios. O desafio é muito sério, diz por fim.

A saúde da Cooperativa

Recuperando-se de um endividamento que chegou, num certo momento, a balançar suas estruturas, a Cotrijuí já começa a respirar mais aliviada

"A Cotrijuí também esteve e está inserida dentro da economia nacional, sofrendo todos os reflexos dos poderes e das decisões emanadas pelo governo. Passamos praticamente 20 anos trabalhando em cima do trigo e da soja", disse o diretor presidente da Cotrijuí, Oswaldo Meotti ao fazer uma análise do comportamento e dos reflexos do modelo econômico brasileiro sobre a Cotrijuí.

O estouro da soja a partir de 1964 levou a Cooperativa a realizar altos investimentos na construção de armazéns, moegas, máquinas, entre outros. Essa situação, segundo o diretor presidente, levou a Cotrijuí a um endividamento perigoso, de chegar, num certo momento, a balançar suas estruturas e colocar em xeque sua existência. Quando o dinheiro a juros subsidiados começou a escassear, a Cotrijuí foi obrigada a buscar recursos no mercado a custos elevadíssimos, fazendo com que seu endividamento crescesse ainda mais. "Em 1980, por exemplo, diz, de seu patrimônio total, a Cooperativa dispunha apenas de 17,6 por cento de patrimônio líquido. Tínhamos um comprometimento com financiamentos de 56 por cento do patrimônio da Cooperativa". Em outras palavras, a dívida atingia a 158 milhões de dólares para um patrimônio líquido de 33 milhões de dólares.

MEDIDAS DE AUSTERIDADES

Para enfrentar a situação de endividamento a diretoria adotou medidas severas. "Passamos a agir com certa austeridade. Deixamos de pegar dinheiro emprestado e, na medida do possível, procuramos viver apenas com recursos próprios. De outro lado, a Cooperativa também passou a dividir seus problemas com o quadro social.



Oswaldo Meotti

Quatro anos mais tarde, segundo o diretor presidente da Cotrijuí, o endividamento baixou para 26,6 por cento e, já mais da metade do patrimônio da Cooperativa estava livre. A dívida de 158 milhões de dólares baixou para 81 e o patrimônio, que era de 33 milhões de dólares passou para 98 milhões de dólares, "muito embora a Cotrijuí continuasse com um giro negativo bastante alto". De 84 para 85, o endividamento baixou de 81 para 55 milhões de dólares e o patrimônio líquido ficou em 95 milhões de dólares, pois a partir da adoção de medidas enérgicas para conter o endividamento, não houve mais investimentos dentro da Cooperativa.

A mesma atitude de austeridade foi tomada não apenas para a Cotrijuí, mas também para todas as empresas que compõem o grupo. "Implantamos uma política de enxugamento, de competência, de redução de custos, explica. Nenhum setor dentro da Cooperativa poderia apresentar resultados negativos". Mais adiante disse que estava apresentando todos esses números porque sabia que a preocupação com a saúde da cooperativa não era uma coisa só da cabeça do casal. "Sabemos que toda a família do associado discute, à mesa, os números da Cooperativa".

A DEPENDÊNCIA DA SOJA

O que a soja representa ainda hoje na vida da Cooperativa e na lavoura do produtor? A dependência ainda continua muito grande, embora o mercado permaneça desfavorável e as dificuldades para obtenção de recursos para financiamento da lavoura tenha se transformado num pesadelo tanto para o governo como para os produtores. A situação de dependência pode ser comprovada pelos números de recebimento do produto dentro da Cooperativa. Em 1980, do total da produção recebida e comercializada pela Cooperativa, quase a metade era soja. Apenas 15,5 por cento era trigo e 48,39 por cento era soja. O setor de insumos e mercadorias representava 23,38 por cento. Os produtos pecuários como a lã, o leite e a carne somavam apenas 2,74 por cento. Em 84 a situação quase não se alterou. A dependência da soja baixou meio por cento, a do trigo dois por cento e os insumos em quatro por cento. Os produtos de diversificação aumentaram para 3,98 por cento.

Mas se a dependência da soja já começa a cair, embora em moldes muito baixo e até porque ela está deixando de ser um produto rentável, a dependência do trigo começa a crescer. Incentivados pelo governo através dos VBCs e preços mínimos, ele passou, de repente, a ser novamente um bom negócio.

Se hoje a Cotrijuí não enfrenta nenhum problema para receber e armazenar 10 ou 15 milhões de sacos de soja, até porque durante 20 anos ela se estruturou para isso, não se pode dizer o mesmo em relação ao recebimento de outros produtos. "Como receber e armazenar 100 mil sacos de milho ou 10 mil sacos de arroz? Nós, responde Oswaldo Meotti, não estamos estruturados para receber produtos de diversificação. O que podemos fazer então? Vamos nos endividar mais uma vez e correr o risco de montar toda uma infraestrutura voltada agora para o consumo interno? perguntou, dizendo que deixava a indagação para reflexão dos associados e seus familiares.



Maria Alice Souza

Uma nova estratégia de competição

"Não podemos abrir mão da estrutura criada pelas Cooperativas em cima do trigo e da soja, mesmo que ela seja totalmente dependente, disse Maria Alice Dornelles de Souza ao fazer uma análise econômica da situação das cooperativas. Essas estruturas ocuparam um espaço muito grande, assumindo parte da produção nacional de grãos e, por outro lado, assegurando condições para que os produtores permanecessem na terra.

Por muito tempo, segundo Maria Alice, se teve a ilusão de que através do cooperativismo seria possível acabar com o capitalismo, o que não se comprovou com o novo modelo agrícola implantado em cima do trigo e da soja. "O que se pensa hoje, disse a educadora da Cotrisal, é romper a relação de dependência tentando abranger o mercado interno, até porque, daqui para frente não se sabe se vai continuar existindo crédito de incentivo para a agricultura". A saída é partir para a instrumentalização em cima dessa estrutura existente, para que as Cooperativas tenham condições de entrar no modelo de diversificação.

ORGANIZADOS

Maria Alice acredita que é hora de se repensar no que produzir e, quem sabe até voltar a algumas práticas do passado, mas com muito cuidado e pés firme no chão. Mais adiante diz que através da diversificação é preciso avançar na comercialização e passar para a industrialização. "Não vamos retroceder na estrutura organizacional. Bem pelo contrário. Temos que permanecer juntos e organizados.

Ela acredita que a estrutura montada dentro do sistema capitalista servirá como estratégia de sobrevivência da agricultura. "Temos que assumir novas estratégias de cooperação e competição. Só assim poderemos continuar existindo". Mas qualquer desafio vai depender da participação do associado. "O produtor destes novos tempos, alerta, terá de ser eficiente e produtivo. E mesmo que tenha 100 por cento de eficiência, isso não significa que seus problemas estejam resolvidos, mas apenas que estão habilitados para continuar trabalhando e administrando os problemas".

De agora em diante, na opinião de Maria Alice, a base democrática é quem vai diferenciar uma empresa cooperativista de uma empresa capitalista. Assim como no passado a eficiência empresarial serviu para equipará-las, agora a participação do associado vai servir para diferenciá-las. Acredita que sem essa participação do associado, será quase impossível sobreviver. "Os tempos de vacas gordas, como estávamos acostumados, acabaram. A Cooperativa, de agora em diante, vai ser o que o associado determinar".

Modelo de administração

O grande desafio para a cooperativa é o de encontrar um novo modelo de administração, capaz de ajudar os associados a resolverem seus problemas.

A cooperação na produção de alimentos é muito antiga e sempre foi praticada de diferentes formas. Mas a organização cooperativa, como uma casa especialmente organizada para negócios comuns de um determinado grupo de pessoas, existe a bem menos tempo. Começou no século passado e desenvolveu-se pelas décadas de 30, 40 e 50. A afirmação é de Walter Frantz, assessor de Desenvolvimento e Recursos Humanos da Cotrijuí na Região Pioneira, ao falar, durante o encontro, sobre um pouco da história do cooperativismo.

Foi justamente nesta época, segundo Walter Frantz, que se implantou no país uma nova base econômica: a da industrialização. Muita gente saiu do campo e foi morar na cidade para trabalhar nas indústrias. E uma das formas encontradas para enfrentar os problemas era a de organizar-se em cooperativas. Os pró-

prios agricultores passaram a organizar-se em cooperativas para tentar diminuir as dificuldades de comercialização e até de abastecimento. "As cooperativas, explica, passaram a representar uma força, na medida em que tentavam resolver seus problemas. Elas passaram a ser tudo ou nada na vida dos agricultores". E quando deixaram de resolver seus problemas, a situação ficou crítica". Muitas dessas cooperativas foram a falência porque foram superadas e seus dirigentes não conseguiram se rearticular para fazer frente às novas situações.

ESPAÇO DE PODER

Como ficou esse espaço de poder dentro do cooperativismo? De um lado, segundo o Walter, os encarregados de sua administração se tornaram meio "donos" desse espaço. Não havia, na época, um modelo de administração a ser copiado. Por outro lado, a participação do associado na cooperativa era muito pequena e, como os meios de comunicação eram insuficientes para repassar as informações, passou-se a praticar um cooperativismo cheio de vícios, de cima para baixo. "Os associados, observa, se filiavam na cooperativa. Eles não se associavam.

Esse modelo "autoritário", de cima



Walter Frantz

para baixo não resolveu os problemas dos agricultores e hoje, um dos grandes desafios é o de encontrar um novo modelo administrativo para as cooperativas.

MAIOR ENCONTRO

Esse novo modelo de administração das cooperativas precisa promover um maior encontro e organização entre os associados. Ele tem que permitir que a Cooperativa passe a ser um instrumento eficiente para que o associado possa resolver os seus problemas. "É claro que até lá reforça o Walter Frantz, é preciso chegar a um processo de aprendizagem muito longo. Precisamos definir o espaço do associado, dos dirigentes e dos funcionários". Diz ainda que a cooperativa só será um instrumento eficiente quando muito bem administrado. "É neste sentido que caminha esse V Encontro entre associados e seus familiares. Ele quer ser um caminho nessa direção".

Momentos de tensão



Os colonos acampados na Fazenda Annoni querem ocupar o resto da área e iniciar o plantio

As famílias dos colonos sem-terra — ao redor de 1.500 — que há 11 meses permanecem acampados na Fazenda Annoni, localizada a 25 quilômetros de Sarandi, passaram por maus momentos nestas últimas semanas. Tudo começou quando os colonos, cansados de tanto esperar pelos reassentamentos e vendo passar mais um ano agrícola, comunicaram, numa audiência com o governador Jair Soares, realizada no dia 25 de setembro, a intenção de sair em caminhada em direção as demais áreas desapropriadas em todo o Estado. Essas áreas, 11 ao todo, estão localizadas nos municípios de Cruz Alta, Santiago, Tupanciretã e Júlio de Castilhos e, embora tenham sido desapropriadas pelo Governo Federal, ainda não foram legalizadas para efeito de assentamento dos colonos.

O governador Jair Soares não fez por menos. Já no domingo, um dia antes da caminhada, mandou reforçar a Guarda da Brigada Militar na Fazenda. Os colonos, por sua vez, continuaram organizando e planejando a caminhada nos mínimos detalhes. Na segunda-feira, bem cedinho, um grupo de 300 colonos, tendo a frente mulheres e crianças, saíram em direção a barreira dos militares, onde estavam os caminhões detidos e que haviam sido contratados para carregar as mudanças.

SOLDADOS E MOSQUETÕES

Aos gritos de "o latifúndio quer a guerra e nós a paz", os colonos encontraram pela frente soldados armados de mosquetões com baionetas na ponta. A confusão não demorou e estava formada. De um lado, cerca de 600 soldados tentavam, a qualquer custo, conter os colonos e estes, insistiam em continuar a caminhada. Resultado: numa luta de corpo a corpo saíram 50 colonos feridos, 24 eram crianças, 16 eram mulheres e 10 homens. Um deles, Ari Boeira de Oliveira, de 34 anos, foi hospitalizado em Passo Fundo. Boeira teve as costas, próxima a coluna vertebral, perfurada por uma baioneta do mosquetão de um soldado. Do lado dos militares houve dois feridos, mas sem gravidade. Os colonos ficaram revoltados com a situação, pois tiveram de enfrentar policiais armados, enquanto que eles "seguiam de corpo limpo, numa caminhada de paz e justiça".

Egon Schwaab, um dos líderes dos colonos, garante que a luta continua e que a idéia de seguir em direção a novas áreas desapropriadas ainda não está descartada. Acredita que mais cedo ou mais tarde, os colonos vão conse-

guir suas terras, "pois o país precisa de gente para trabalhar na agricultura".

CAMINHADA

Na terça-feira, dia 30, decidiram em assembleia, ocupar meia pista da estrada que passa em frente ao acampamento, como forma de protesto pela situação de "prisioneiros". Na sexta-feira, eles tentaram fazer um protesto

até a Encruzilhada Natalino, distante três quilômetros e meio do acampamento. Impedidos pela Brigada Militar a meio caminho, os colonos decidiram, então, realizar um ato público e, deixar no local, a pesada cruz que trouxeram há 11 meses para o acampamento.

MANIFESTAÇÕES DE APOIO

As famílias dos colonos sem-terra têm recebido, nesses momentos difíceis, várias manifestações de apoio. Uma delas partiu dos políticos. Uma comissão de políticos esteve no acampamento levando a notícia aos colonos de que as visitas aos acampados estavam totalmente liberadas, mas não conseguiram, no entanto, em contato com o governador Jair Soares a autorização para a caminhada até as áreas desapropriadas. Os políticos, antes de deixarem os colonos, inauguraram uma placa, na entrada do acampamento com a frase: "Presídio Brossard-Soares".

Na quarta-feira, dia 8 de outubro, mais de uma semana depois do primeiro incidente com a Brigada Militar, 150 colonos sem-terra, acampados na Fazenda Annoni, conseguiram furar o cerco da vigilância e iniciar a caminhada em direção às áreas desapropriadas para reforma agrária localizadas no município de Cruz Alta, distante 200 quilômetros de Sarandi. O coordenador da caminhada, Francisco Bracher, não quis informar como os 150 colonos — 100 homens, 35 mulheres e 15 crianças — conseguiram

enganar os policiais. Disse apenas que a fuga fez parte de "uma estratégia nossa". No Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Sarandi, os colonos concederam uma entrevista coletiva e, às 13 horas pegaram a estrada rumo a Palmeira das Missões. Caminhando em grupos, eles levavam à frente faixas "queremos plantar em paz" e "acampados da Fazenda Annoni rumo à terra prometida".

Mas enquanto os 150 colonos iniciavam sua caminhada, um grupo de 250 famílias de sem-terra acampados na Fazenda Annoni tentavam iniciar o plantio da safra de verão. Munidos de juntas de bois, sacos de semente de milho, arroz, feijão e batatinha inglesa os colonos tentaram ocupar a área para plantio, mas foram barrados por cerca de 300 policiais.

A VOLTA AO ACAMPAMENTO

Nem tudo correu bem para o lado dos 150 colonos que se dirigiam a Cruz Alta. Sempre seguidos por uma viatura da polícia e um helicóptero da BM, os colonos conseguiram fazer no máximo oito quilômetros de caminhada. Próximo a Barreiro foram impedidos de prosseguir por uma barreira de brigadistas, armados de cassetetes e revólveres. Depois de muitos empurrões e já noite a dentro, os colonos foram removidos de volta para a Fazenda Annoni. A mediação e assinatura de um acordo sobre a volta dos sem-terra para a Annoni foi feita pelo padre de Barreiro, Paulo Cerioli.

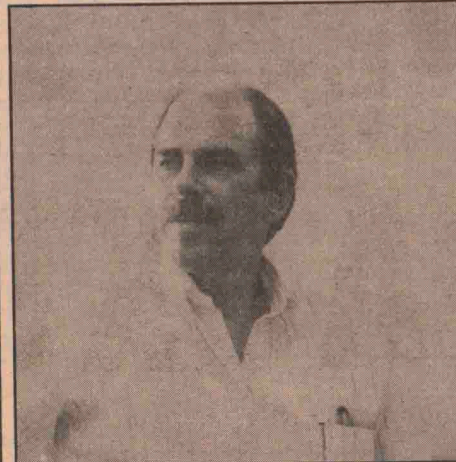
Nas mãos da justiça

"Entendemos claramente a posição dos trabalhadores, que estão angustiados e precisam de solução para seus problemas, mas todos os caminhos passam pela decisão da Justiça", explica o presidente do Incra, Ruben Ilgenfritz da Silva, ao comentar a decisão dos colonos sem-terra acampados na Fazenda Annoni de invadir áreas em processo de desapropriação no Estado como forma de protesto pela demora nos assentamentos e desapropriações de áreas. Tem certeza de que o avanço no processo de reforma agrária vai acontecer na medida em que o Judiciário começar a julgar cada caso.

O não entendimento dessa postura, segundo Ilgenfritz, pode até trazer consequências negativas em relação a própria reforma. "Nós não podemos utilizar qualquer instrumento que não seja dentro da lei. Medidas como a invasão de terras, por exemplo, são medidas que não se coadunam com o próprio processo de reforma e trazem em seu bojo muito mais um atraso do que o apressamento da necessidade de reforma". Dentro desta postura, o Incra tem procurado cumprir com todas as suas fases, inclusive com algumas dificuldades operacionais do próprio organismo, procurando, de qualquer forma, estabelecer uma maior rapidez no andamento dos processos.

MAIORES DIFICULDADES

O presidente do Incra garante, no entanto, que a reforma agrária só será feita quando houver emissões de posse. "Antes disso, alerta, nós não podemos fazer nenhum assentamento". Diz que a reforma agrária vem sendo feita dentro de características absolutamente democráticas, embora reconheça as dificuldades encontradas em regiões mais desenvolvidas no país,



Ruben Ilgenfritz da Silva

como São Paulo, Paraná e o Rio Grande do Sul. "Mas como o Incra está desapropriando áreas que são latifúndios e não empresas rurais, só nos resta aguardar as decisões da justiça."

Ilgenfritz garante que todas as áreas desapropriadas no Rio Grande do Sul só foram declaradas de utilidade para fim social depois de uma vistoria prévia, condição "sine qua non" e norma vigente para que se permita que o processo tenha andamento e evite qualquer tipo de constrangimento. "Não podemos e temos convicção dessa situação, reforça, que estaríamos cometendo atos que não combinam com o processo e os princípios de reforma agrária, se estivéssemos desapropriando empresas rurais. Na medida em que o Incra não desapropria empre-

sas rurais, não está cometendo nenhum dolo". Reconhece que é um direito de cada proprietário entrar na justiça com liminares ou qualquer outra medida, embora elas sirvam também para retardarem a própria avaliação do processo em si.

Diz que o Incra tem desapropriado áreas usando a própria declaração do proprietário, com as correções ocorridas no período da declaração até o ato desapropriatório. O mais é uma avaliação que normalmente passa pela justiça e isso não implica que não possa ser feita a emissão de posse dessas áreas.

RAPIDEZ

"Estamos rigorosamente dentro do que determina o programa de reforma agrária, diz Ilgenfritz, reconhecendo no entanto que a reivindicação do Incra é que aconteça uma maior rapidez da justiça. Disse que já existe, inclusive, um projeto de lei encaminhado pelo Mirad, dentro do Congresso Nacional, para a criação das varas agrárias. "Isto daria, evidentemente uma velocidade muito maior ao processo."

No Rio Grande do Sul — um dos Estados em que as demandas judiciais quase que tomaram a totalidade das áreas desapropriadas —, o Incra já conta com algumas áreas: a da Fazenda Annoni, cuja retirada do gado chegou ao seu final; a de São Pedro, localizada em Guaíba e onde a emissão de posse está em andamento, e a Fazenda Bela Vista, em Tupanciretã. Esta última, depois de negociações com o proprietário, a desapropriação se transformou em doação. As três áreas somariam, juntas, em torno de 4.500 hectares, com a possibilidade, segundo o presidente do Incra, de assentamento de 350 a 380 famílias.

Dual® no plantio tardio da soja. Solução a jato, sem perda de tempo.



DUAL 720 EC - Produto registrado na DIPROF/SDSV/MA sob o nº 010482.

CIBA-GEIGY
DIVISÃO AGRÍCOLA

DOM PEDRITO

A 53ª Exposição Agropecuária

Dom Pedrito realiza de 24 a 29 de outubro uma Exposição Agropecuária promovida pelo Sindicato Rural

Neste mês o município de Dom Pedrito vive sua festa mais expressiva, ao promover a 53ª. Exposição Agropecuária, de 24 a 29 do corrente. Por essa razão todas as atenções estarão concentradas no parque de exposições do Sindicato Rural, órgão promotor do acontecimento. Essa exposição tem grande importância na vida econômica de Dom Pedrito.

Praticamente, todo este mês gira em torno da grande mostra, que revela os progressos alcançados pelos criadores e agricultores do município.

Dentro da programação do evento, a Cabanha Santa Albina, de propriedade do empresário Lúcio Bastos, realizou seu leilão anual no dia três, vendendo todas as ofertas de gados das raças charolese e nelore.

A programação da 53ª. Expo-Feira pedritense está assim organizada: dia 21, remate de terneiros e terneiras. Dia 24,

entrada dos animais e julgamento de admissão. Dia 25, julgamentos de classificação das raças holandesa (leiteira); ovinos, bovinos de corte e cavalares.

No dia 26, continuação dos julgamentos. Às 9h, bovinos hereford e polled hereford. 15h, inauguração oficial da 53ª. amostra, com a presença de autoridades, classes sociais do município e da região e forças da produção.

Às 18h, remate de ventres e reprodutores crioulos. Dia 27, remate das raças bovinas de corte, 14h, raças hereford, zebuínas, shorthorn, santa gertrudes e outras. Às 18h, remate de charolês.

Dia 28, às 14h, remate de raças bovinas leiteiras. 17h, remate de ovinos. Dia 29, às 14h, grande remate das estâncias Guatambú e Alvorada, com ofertas de gado polled hereford de excepcional estampa e qualidade, ao bater do martelo do Escritório Farrapo.



O concurso vai avaliar o rendimento da carcaça

A Estância Guatambú, propriedade de Walter Germano Potter & Filhos, de Dom Pedrito, que vem há tempos desenvolvendo programa de melhoramento de raças de corte por cruzamentos sucessivos, já passou para a fase de abates comparativos.

O julgamento, por tipificação de carcaça, cujo resultado divulgaremos em nossa próxima edição, foi desenvolvido tendo por base a raça Polled Hereford, em cruzamento com Aberdeen Angus, Nelore e Tabapuan.

Cruzamento em bovinos de corte

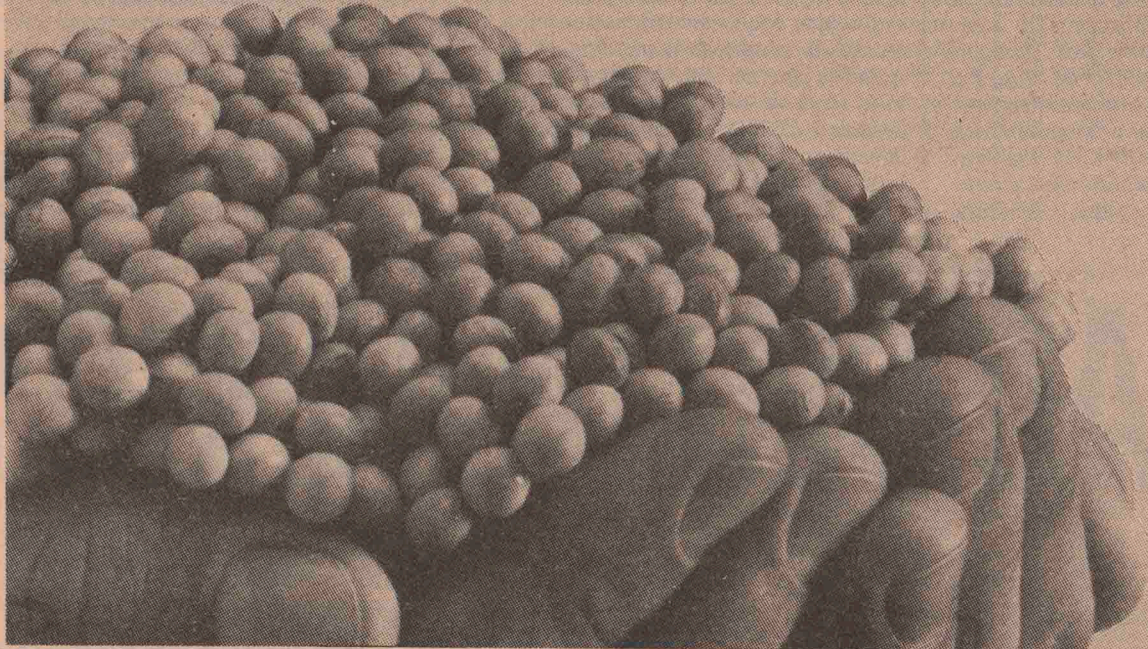
A Guatambú procura fixar o animal ideal às nossas condições de ambiente e que responda com maior peso em menor tempo e com maior conversão de pasto em carne. Este, segundo o veterinário Walter José Potter, um dos diretores da empresa e orientador do programa, poderá se constituir no bovino de maior criatório do Rio Grande do Sul e de outras regiões de clima semelhante ao nosso.

A Cotrijuí colabora no programa através do veterinário Vanderlei Garcia, gerente técnico veterinário. Mas a cooperativa pretende prosseguir e ampliar esse trabalho com a participação de outros criadores e com outras raças, visando obter um consenso mais amplo sobre qual o melhor cruzamento dentro das condições ideais, através da divisa: rusticidade, fertilidade, precocidade.

Segundo o veterinário Vanderlei Garcia, o que se busca ainda nesta fase de pesquisa, é o máximo de informações para poder orientar os criadores interessados com total segurança de sucesso.

DEU COBRA NA ÚLTIMA EXTRAÇÃO DE SOJA.

Na última safra, milhares de agricultores de todo o país ganharam em cheio com Cobra, um avançado herbicida seletivo que controla sozinho as principais invasoras de folhas largas da soja. Cobra mostrou, na prática, o seu largo espectro de ação. E provou que, mesmo em condições climáticas adversas, não afeta a cultura. O resultado disso tudo não poderia ser outro: muita produtividade, com a soja crescendo forte e bonita. Quem usou Cobra também fez bastante economia, pois controlou diversas folhas largas com o custo de um só produto, sem misturas. E evitou desperdícios, pois sendo pós-emergente Cobra permite aplicações em manchas somente nas áreas infestadas. Quem usou Cobra ficou com um produto altamente eficaz, que aplicado até uma hora antes da chuva não perde o efeito. Faça como muitos agricultores. Aplique Cobra. Dá soja na cabeça e lucro no seu bolso.



COBRA
HERBICIDA

O mais avançado pós-emergente da agricultura moderna.



Com a segurança

Hoechst



Saldiva

Chiapetta: maior poder político

Candidato a uma vaga na Assembléia Legislativa, Erasmo Chiapetta quer ruralista com poder político e reforma agrária organizada

Empresário rural bem sucedido, cooperativista convicto, e antigo associado da Cotrijuí, Erasmo Chiapetta é também um político atuante e de idéias definidas na defesa das propostas da sua agremiação, o Partido Democrático Trabalhista, PDT. Já foi prefeito municipal de São Gabriel e deputado estadual, pela legenda do antigo MDB.

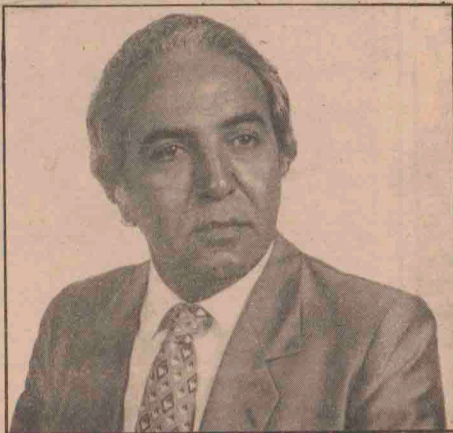
Ele está retornando a política, disputando a renovação de uma cadeira na Assembléia Legislativa, agora pela Aliança Popular formada pelo PDT e PDS. Em entrevista exclusiva concedida ao Cotrijornal, em Porto Alegre, ele começou culpando o PMDB "pela verdadeira onda de terror que está criando no meio rural com essa mal formulada proposta de reforma agrária".

Dizendo-se favorável a uma reforma agrária "sensata e organizada de modo a não desestruturar a produção", entende que a maneira como o assunto está sendo tratado pelo governo não vai levar a lugar algum, o que considera uma pena, pois reforma agrária é coisa séria demais para ser conduzida com irresponsabilidade. Para Erasmo Chiapetta, a reforma agrária é uma necessidade. Porém, não é menos necessário que ela seja conduzida racionalmente, sem os atropelos das invasões de terras produtivas. Acha que o pessoal do Inca, precisa tomar mais cuidado para que não sejam arrolados com fins desapropriatórios estabelecimentos empresariais, conforme tem ocorrido.

LATIFÚNDIO URBANO

Ele disse estranhar que a visão que se tem de latifúndio neste país refere-se tão somente ao proprietário rural e nunca ao urbano. Acha conveniente que se passe a observar os verdadeiros latifúndios que existem nas cidades brasileiras, que são mantidos com a única finalidade da exploração imobiliária. Ele pergunta: por que ninguém faz qualquer comentário a respeito dos latifúndios urbanos? Em seguida afirma que existem dezenas, centenas de pessoas com um mil, dois mil imóveis nas grandes cidades.

Pessoalmente, declara-se um grande proprietário. Mas suas terras são altamente produtivas e estão todas ocupadas com culturas dentro da concepção da melhor tecnologia agrícola e pecuária, ressalta Erasmo Chiapetta. Diz não se conformar que os "alagados" do Passo Real - agricultores que foram desalojados de suas



Chiapetta: reforma sensata

terras não por incompetência ou preguiça, mas por consequência de obras do interesse do Estado - ainda estejam andando por aí Deus - dará, sem uma colônia de terras para cultivar.

Com relação ao proposto mercado comum latino-americano, que resultou da visita do presidente José Sarney à República Argentina, ele acha que quem vai perder é o Rio Grande do Sul. Qualifica de mercado argentino-uruguaio-paulista, enquanto o Rio Grande do Sul será o consumidor. Chiapetta acha que "eles (argentinos e uruguaio) vão querer nos vender vinho, uva, queijo, leite, carne, frutas para a região de Pelotas, maçã para a região de Veranópolis, enquanto os produtos gaúchos irão apodrecer no campo e nas lavouras".

Fez questão de ressaltar que há dias houve uma reunião para debater o assunto em Brasília, onde havia nove empresários de São Paulo e nenhum do Rio Grande do Sul. Qualificou de um absurdo e uma vergonha não estar presente o governador do Estado.

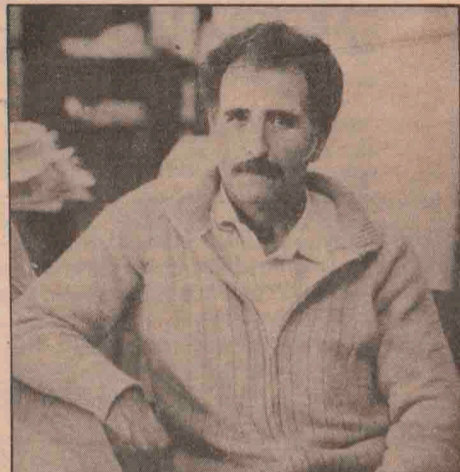
PODER POLÍTICO

Ressaltou que é preciso dar poder ao homem do campo. Segundo ele, esse poder deve estar no Congresso Nacional, nas assembleias legislativas, nos governos estaduais, numa real reversão de situações, pois hoje pode se contar nos dedos os homens públicos brasileiros que tenham uma origem verdadeiramente do campo. Culpou os governantes pela destruição de nossa suinocultura, na chamada peste suína africana, quando milhares de porcos foram sacrificados no Sul do país, ocasionando milhões de cruzeiros de prejuízos à época, para os criadores. Diz que a "peste" beneficiou as empresas multinacionais.

Recorda que esses fatos aconteceram durante o governo de Sinval Guazzelli. Desde aquela época, diz o candidato do PDT, somente as multinacionais estão abatendo suínos em nosso país. Assegura que com o "futuro governo de Aldo Pinto, que é agrônomo, ex-professor universitário, empresário rural e cooperativista, como sócio da cooperativa de Palmeira das Missões, essas coisas não vão acontecer mais", finalizou Erasmo Chiapetta. (Por Raul Quevedo)

Rocha: terra para o pequeno produtor

Candidato a Constituinte, Israel Rocha defende a distribuição de terras ao pequeno produtor e aos sem-terra



Rocha: melhores condições

"O nosso partido tem por princípio a questão da representatividade em todas as classes". Quem faz esta afirmação é o agricultor Israel Rocha, proprietário de 13,5 hectares de terra localizados na Linha 2 Oeste, em Ijuí, ao defender a necessidade de uma maior representação da classe operária brasileira no Congresso Nacional. Ele é candidato a deputado federal pelo Partido Comunista do Brasil.

Israel Rocha tem 54 anos, é natural de Timbozal, no município de Ajuricaba e pai de 9 filhos. Se considera um candidato do partido e faz questão de contar, que a princípio, ficou meio assustado com o convite para disputar uma vaga no Congresso Nacional. Depois de discutir o assunto com a família e procurar encontrar formas para viabilizar a sua candidatura, já que o PC do B é um partido pequeno e sem dinheiro para investir na campanha de seus candidatos, Israel Rocha se decidiu e, com a cara e a coragem, saiu em campanha eleitoral.

Sem nunca ter se afastado da terra, ele se orgulha de jamais ter sido patrão. Sempre trabalhou como pequeno agricultor. Atua no sindicato e no cooperativismo desde 1958, "sempre como colaborador". Foi presidente, durante um ano da Cooperativa Mista de Formigueiro, mais tarde extinta e incorporada a Cotrijuí. No sindicalismo, colaborou na organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, atuando, também junto a Frente Agrária. Participou da diretoria do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Ajuricaba e foi candidato a presidente em 1973 mas não chegou ao final da campanha porque sua chapa foi cassada antes das eleições.

PROPOSTA: REFORMA AGRÁRIA

Como um candidato que representa a classe dos pequenos produtores rurais, Israel Rocha tem uma proposta muito clara para levar à Constituinte: a Reforma Agrária. Vê a questão como um dos mais sérios problemas que hoje atinge o pequeno produtor e o sem-terra. "O que queremos propor à nova Constituinte, diz o candidato, é que se defina, por lei, a extensão da propriedade máxima no país". Acredita que no Rio Grande do Sul, o limite ideal de uma propriedade é de 500 hectares. O restante destas propriedades deverá ser distribuído a quem não tem terra, mas quer trabalhar na terra.

Defende uma revisão de todas as demarcações de terras no Estado. Como

acredita que exista muita sobra de terra no Rio Grande do Sul, Israel Rocha vai sugerir que essas terras sejam repassadas ao Estado, para, oportunamente, serem distribuídas aos pequenos produtores e aos sem-terra. É totalmente contra a indenização de terras. "A nossa proposta, afirma, é de que o governo não indenize terras para ninguém". O pagamento dessas terras distribuídas deverá ser feito num prazo de 25 a 30 anos. O título definitivo da propriedade somente deverá ser entregue ao novo proprietário no final de cinco anos de trabalho na terra. "Antes de receber o título de proprietário daquela terra, o agricultor terá de provar que realmente pretende trabalhar na terra.

Mas a proposta de Israel Rocha não fica por aí. Ele ainda quer levantar, na Constituinte outros problemas que continuam afligindo os produtores rurais, como a falta de uma política agrícola definida e viável para que o pequeno produtor continue trabalhando na terra. Diz que o governo não vai conseguir resolver o problema distribuindo terras para os filhos dos pequenos produtores, enquanto estes, por falta de apoio e de incentivos, continuam vendendo suas terras e trocando o meio rural pelas cidades. "O governo tem que criar condições para segurar o homem da terra na terra", diz.

UM PLEBISCITO

A suspensão do pagamento da dívida externa do Brasil e os problemas habitacionais, são assuntos que também estão na pauta das questões a serem levantadas por Israel Rocha no Congresso Nacional. No que diz respeito a dívida, acha que antes de pagá-la, o governo deveria explicar ao povo como contraiu-a. Essa é uma questão que o povo precisa saber e discutir", diz ainda. A sugestão é que depois das explicações, se faça um plebiscito. O povo é quem vai dizer se o Brasil deve ou não pagar a sua dívida. Na sua opinião, esse dinheiro que o governo está usando para pagar a dívida, deveria ser aplicado, imediatamente, pelo menos até a realização do plebiscito, na geração de novos empregos, no reassentamento de colonos sem-terra, e no melhoramento de moradias para o povo brasileiro.

DÊ VALOR AO SEU DINHEIRO.

APLIQUE EM QUEM TEM SEMPRE A MELHOR
OPÇÃO. NO MERIDIONAL VOCÊ GANHA EM
RENTABILIDADE E SEGURANÇA.

MERIDIONAL
O BANCO COM A FORÇA DA UNIÃO

Um candidato de casa

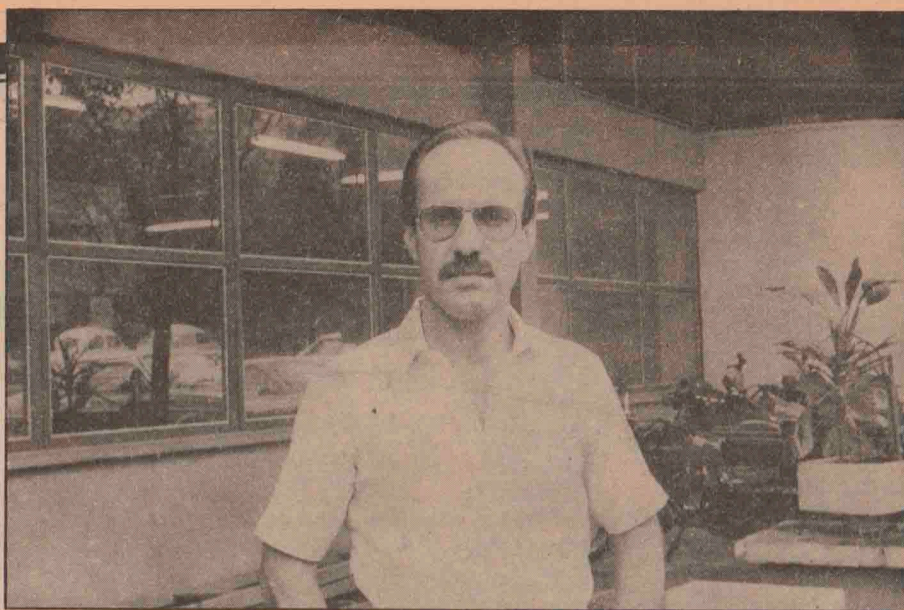
Valmir Beck da Rosa, radialista, comerciante e professor, tem 39 anos, é casado e pai de três filhos. Na Cotrijuí há 10 anos, integrou o quadro de redatores do Cotrijornal e, atualmente, produz e apresenta o programa de rádio Informativo Cotrijuí. Vereador, elegeram-se em 1976 pelo MDB e foi reeleito pelo PMDB. Concorrerá a deputado estadual por este partido.

Como poucos, Beck da Rosa conhece a estrutura de poder e dinâmica de funcionamento do sistema cooperativo. Além de acompanhar o dia-a-dia da Cotrijuí e sua expansão física para as regiões de Dom Pedrito e MS, ele participou como jornalista e repórter de Cooperativa dos atos de fundação das cooperativas centrais de leite (CCGL) e de telefonia rural (CCGTel). A afirmação dessas em torno de seus objetivos, afirma o candidato, originou a organização dos cooperados envolvidos na produção de hortigranjeiros (CCGH) e de carne (CCGC).

Na visão do candidato à Assembleia Legislativa pelo PMDB, a penetração social e econômica do segmento cooperativista no Rio Grande do Sul só não tem sido maior e mais eficaz por dois motivos: a falta de apoio efetivo do Governo ao setor durante muitos anos, o que só agora começa a ser corrigido, e a distorção e difamação dos reais postulados do cooperativismo, pelo que foram responsáveis lideranças do próprio setor de um lado, e de outro interesses estritamente capitalistas. Há que se levar em conta, também,

que o cooperativismo foi usado pelos governantes, de forma até consentida, para exercer funções que seriam de iniciativa estatal, como fomento à produção, armazenagem, etc.

Valmir acredita que a correção dessas distorções vem sendo assumida pela comunidade cooperativa e ainda que a futura Constituição deverá definir, sem falsos privilégios, a importância do cooperativismo para a sociedade gaúcha e brasileira. O candidato já iniciou gestões junto às lideranças políticas do seu partido que concorrem à Assembleia Nacional Constituinte, para que discutam a tese que ele particularmente defende: a de que os funcionários de organizações cooperativas possam integrar seus quadros sociais. Isto aumentaria a força e o poder de barganha do sistema, além de dar segurança aos funcionários que, em maioria absoluta, têm convicção da justiça social e dos benefícios que o cooperativismo presta e poderá ainda repassar à sociedade, como arrecadador de tributos, gerador de empregos e qualificação de mão-de-obra. Enfim, tomando o funcionário um associado



Valmir Beck da Rosa

em potencial das cooperativas, somando-se aos que já são parte dela.

Na sua campanha buscando uma vaga na Assembleia Legislativa, Beck da Rosa tem dado preferência ao contato direto com os produtores primários, lideranças empresariais em todos os níveis, professores e, de forma potencial, com os comerciantes. Mesmo com formação universitária (Unijuí), ele não renega sua origem humilde e reforça sua atuação participando do sindicato da categoria.

Pelos procedimentos até agora da Nova República com a sociedade, Valmir pensa que se pode pensar numa Constituinte de cunho ideológico de centro-esquerda, fortalecendo os encaminhamentos que o governo Sarney vem dispensando a assuntos da agricultura, mercado interno e principalmente Reforma Agrária. É claro, frisa o candidato, que grande parcela de responsabilidade está com o eleitor. Este, de maneira inteligente, dará seu voto a candidatos de partidos comprometidos com tais reformas e que efetivamente as apoiem. Se o Rio Grande do Sul

acompanhar o Governo Federal na sua intenção dos planos Cruzado e de Metas, através de um governador identificado com a realidade econômica e social do resto do país, Beck da Rosa acredita que em pouco tempo resgataremos nossa condição de Estado celeiro.

Valmir Beck da Rosa repudia atitudes extremistas e que distorcem a verdade dos fatos. Referindo-se ao caso dos agricultores sem-terra, atribui à falta de proposta consequente e exequível de parte de certos partidos ou aglomerados que, antevidos insucessos eleitorais, jogam cartadas ilusionistas. Mais do que a eleição, o candidato peemedebista a Deputado Estadual acredita que a própria execução da Reforma Agrária, de forma gradual e sem derramamento de sangue, servirá para desmistificar esses mercadores de sonhos. O candidato aproveitou para agradecer, através do Cotrijornal, as manifestações de apoio à sua candidatura e a foma cortês como vem sendo recebido por produtores e funcionários de cooperativas.

Novas normas de recebimento

Os produtores de trigo, cevada e aveia indústria, precisam ficar alertas, pois nesta safra as normas de recebimento e comercialização destes produtos, estão sofrendo algumas alterações. Elas são um pouco mais rigorosas e, vão exigir que o produtor tome mais cuidado ao fazer a colheita de suas lavouras. É bom ressaltar, embora não seja nenhuma novidade, que um produto colhido bem seco e sem terra e inço misturado, sempre sofrerá menos descontos.

No caso do trigo, por exemplo, a principal alteração fica por conta da nova tabela de descontos de umidade. Até a safra anterior, a Cooperativa vinha trabalhando com um desconto inicial de umidade a partir de 13,5. Mas a partir dessa safra, o controle de umidade do grão vai ficar mais rigoroso e, os descontos começam a ser feitos já a partir de 13,1 (ver tabela ao lado). A cobrança de tarifas de serviço também foi modificada. De agora em diante elas serão baseadas nas taxas estipuladas pela Cibrazem. Essa decisão de procurar unificar as cobranças de tarifas e seguir as taxas da Cibrazem foi tomada por todas as Cooperativas do Estado numa reunião organizada pela Fecotri-go. "Os critérios de cobranças das taxas de serviços, explica o diretor de Operações e Comercialização da Cotrijuí na Regional Pioneira, o Clóvis Rorato de Jesus, serão de agora em diante, semelhantes entre as Cooperativas". Outra novidade diz respeito ao triguielho. Ele não mais será devolvido ao produtor, que, receberá pela sua produção, um preço estipulado pela Cotrijuí.

CEVADA: POR VARIEDADE

As normas de recebimento e comer-

cialização da cevada também estão apresentando novidades. Como toda a produção é absorvida por apenas duas indústrias, a Antártica e a Brahma, a Cotrijuí só vai receber produtos das variedades aceitas pelas duas fábricas de cerveja. Essa alteração, segundo o Clóvis de Jesus, não é uma decisão da Cotrijuí, "mas uma exigência das próprias indústrias". A produção que não for das variedades exigidas, não será aceita. Os produtores que tiverem alguma dúvida a respeito da entrega da cevada, poderão entrar em contato com a Cotrijuí para receberem maiores informações. Do mesmo modo vai acontecer com os resíduos ou refugos. Eles não serão devolvidos ao produtor.

Além dessa exigência, a Cotrijuí só vai receber produto com umidade máxima até 18 graus centígrados. A produção será comercializada na modalidade preço médio. O preço do dia, para o caso da cevada, não mais será praticado pela Cotrijuí, pelo menos nessa safra.

AVEIA E ALHO

A aveia indústria sofreu alterações no pH. O mínimo exigido para recebimento do produto é de 41. Abaixo desse índice o produto será desclassificado, mas não devolvido ao produtor. O alho, por sua vez, será comercializado nas modalidades preço do dia e preço médio. O desconto de quebra técnica, que antes era fixo em 7 por cento, passa a ser móvel, variando de 5 a 9 por cento. Essa escala só será válida para os alhos curados. Maiores informações sobre a cura do alho na página 23. As normas de recebimento da colza e da linhaça não sofreram qualquer alteração.

TRIGO SAFRA/86 REGIÃO PIONEIRA E DOM PEDRITO TABELA DE DESCONTO DE UMIDADE

UF - 12,2

DÉCIMOS UMIDADE	DÉCIMOS									
	0,1	0,2	0,3	0,4	0,5	0,6	0,7	0,8	0,9	0,0
13,1 a 14,0	1,0	1,1	1,3	1,4	1,5	1,6	1,7	1,8	1,9	2,1
14,1 a 15,0	2,2	2,3	2,4	2,5	2,6	2,7	2,8	3,0	3,1	3,2
15,1 a 16,0	3,3	3,4	3,5	3,6	3,8	3,9	4,0	4,1	4,2	4,3
16,1 a 17,0	4,4	4,6	4,7	4,8	4,9	5,0	5,1	5,2	5,4	5,5
17,1 a 18,0	5,6	5,7	5,8	5,9	6,0	6,2	6,3	6,4	6,5	6,6
18,1 a 19,0	6,7	6,8	6,9	7,1	7,2	7,3	7,4	7,5	7,6	7,7
19,1 a 20,0	7,9	8,0	8,1	8,2	8,3	8,4	8,5	8,7	8,8	8,9
20,1 a 21,0	9,0	9,1	9,2	9,3	9,5	9,6	9,7	9,8	9,9	10,0
21,1 a 22,0	10,1	10,3	10,4	10,5	10,6	10,7	10,8	10,9	11,0	11,2
22,1 a 23,0	11,3	11,4	11,5	11,6	11,7	11,8	12,0	12,1	12,2	12,3
23,1 a 24,0	12,4	12,5	12,6	12,8	12,9	13,0	13,1	13,2	13,3	13,4
24,1 a 25,0	13,6	13,7	13,8	13,9	14,0	14,1	14,2	14,4	14,5	14,6
25,1 a 26,0	14,7	14,8	14,9	15,0	15,1	15,3	15,4	15,5	15,6	15,7
26,1 a 27,0	15,8	15,9	16,0	16,2	16,3	16,4	16,5	16,6	16,7	16,9
27,1 a 28,0	17,0	17,1	17,2	17,3	17,4	17,5	17,7	17,8	17,9	18,0
28,1 a 29,0	18,1	18,2	18,3	18,5	18,6	18,7	18,8	18,9	19,0	19,1
29,1 a 30,0	19,2	19,4	19,5	19,6	19,7	19,8	19,9	20,0	20,2	20,3
30,1 a 31,0	20,4	20,5	20,6	20,7	20,8	21,0	21,1	21,2	21,3	21,4
31,1 a 32,0	21,5	21,6	21,8	21,9	22,0	22,1	22,2	22,3	22,4	22,6
32,1 a 33,0	22,7	22,8	22,9	23,0	23,1	23,2	23,3	23,5	23,6	23,7
33,1 a 34,0	23,8	23,9	24,0	24,1	24,3	24,4	24,5	24,6	24,7	24,8
34,1 a 35,0	24,9	25,1	25,2	25,3	25,4	25,5	25,6	25,7	25,9	26,0
35,1 a 36,0	26,1	26,2	26,3	26,4	26,5	26,7	26,8	26,9	27,0	27,1
36,1 a 37,0	27,2	27,3	27,4	27,6	27,7	27,8	27,9	28,0	28,1	28,2
37,1 a 38,0	28,4	28,5	28,6	28,7	28,8	28,9	29,0	29,2	29,3	29,4
38,1 a 39,0	29,5	29,6	29,7	29,8	30,0	30,1	30,2	30,3	30,4	30,5
39,1 a 40,0	30,6	30,8	30,9	31,0	31,1	31,2	31,3	31,4	31,5	31,7
40,1 a 41,0	31,8	31,9	32,0	32,1	32,2	32,3	32,5	32,6	32,7	32,8
41,1 a 42,0	32,9	33,0	33,1	33,3	33,4	33,5	33,6	33,7	33,8	33,9
42,1 a 43,0	34,1	34,2	34,3	34,4	34,5	34,6	34,7	34,9	35,0	35,1

MERCADO EXTERNO

Não é nenhuma novidade a crise existente no mercado da carne bovina e do leite dos grandes produtores mundiais. É uma crise moldada pela superprodução e pelos grandes estoques.



A produção de leite continua alta na Europa, apesar das cotas

Tecnologia x Economia

Argemiro Luís Brum — Montpellier — França

Aqui na CEE (Comunidade Econômica Européia) a situação está piorando e as soluções encontradas atingem os produtores e parecem não resolver o problema. Por outro lado, os fenômenos de produção de leite e da carne estão ligados, já que uma das saídas para quem produz leite em excesso é produzir o bezerro para fazer carne, diminuindo a produção de leite entregue ao mercado mas aumentando a de carne.

Assim, estamos em meados de setembro de 1986, exatamente 2 anos e 5 meses após a implantação das quotas leiteiras na CEE (uma tentativa posta em prática para frear os altos estoques e a queda de preços) e o quadro geral parece ter se agravado.

Paralelamente a esta realidade econômica, duas formidáveis experiências genéticas para bovinos (uma nos Estados Unidos e outra aqui na França) foram anunciadas recentemente. O choque entre a evolução genética e a crise econômica do setor torna-se assim mais evidente.

LEITE: PRODUÇÃO NÃO BAIXA

Os estoques de leite em pó na CEE atingem hoje um milhão de toneladas. Por sua vez, os estoques de manteiga estão a 1,5 milhão de toneladas e os de queijo a 119 mil toneladas. Isto significa respectivamente 135 por cento; 36 por cento e 600 por cento acima do que havia em fins de julho de 1985.

Entretanto as quotas leiteiras foram postas em prática em 1º de abril de 1984. O que estaria acontecendo?

Simplesmente que os produtores de leite da CEE decidiram abater as vacas menos produtivas e por outro lado muitos não respeitaram as quotas, ultrapassando os limites de produção impostos. Assim, no total, foram 544 mil toneladas de leite produzidas a mais, representando, 0,5 por cento acima do previsto, no conjunto da CEE. Alguns países abusaram para este ano 1985/86, como foi o caso da Holanda (+ 2,5 por cento) e da Bélgica (+ 2,4 por cento). E o abuso continua já que no primeiro semestre de 1986 a Holanda chegou a produzir 2,8 por cento acima das quotas estabelecidas, a Bélgica 5,7 por cento, a Alemanha Ocidental 3,1 por cento e a França 2,2 por cento.

Agora estes produtores deverão ser penalizados. Os reflexos poderão ser novamente o aumento nos abates de vacas

leiteiras e um crescimento nos estoques de carne bovina.

CARNE: SUPERPRODUÇÃO

As quotas leiteiras obrigaram os produtores a um abate importante de vacas leiteiras, as vacas de reforma como são aqui chamadas. Em 1985 nada menos que 7 milhões de vacas foram abatidas na CEE dentro deste quatro. As atuais previsões dão conta que somente na França 70 por cento do rebanho de vacas leiteiras é composto por estas vacas de reforma. Em outras palavras, elas continuam determinantes sobre o mercado da carne. O fato é que um grande número de produtores na França têm interesse em aumentar rapidamente seu rendimento em leite substituindo as vacas velhas por vaquilhaças altamente produtivas, originárias dos melhores touros, criados na própria propriedade. Este processo acaba levando a uma redução do rebanho. Apenas na França, em função disto, espera-se uma redução no rebanho leiteiro de 200 a 250 mil cabeças em 1986.

Por outro lado, existe na França 128 mil produtores de leite com idade superior a 55 anos e que possuem 1,9 milhão de vacas leiteiras, isto é, quase 30 por cento do rebanho leiteiro francês. Estes produtores, com o novo processo de aposentadoria antecipada e não tendo a quem substituí-los, serão convidados a parar a produção de leite. Assim, prevê-se que ainda 3 milhões de vacas serão abatidas em 1986 na França em função dos dispositivos postos em prática para segurar a produção de leite. Estes abates serão neste segundo semestre 2 por cento acima do que o foram em igual período de 1985.

Uma outra alternativa encontrada pelos produtores de leite foi o aumento na produção de novilhos. Isto segura a oferta de leite mas aumenta a oferta de carne.

Na França a produção de novilhos passou de 750 mil cabeças em 1980 para 900 mil em 1985, ou seja um aumento de 20 por cento. Graças a um aumento no peso das carcaças (os novilhos estão sendo abatidos neste ano com uma média de peso de 361,2 quilos por carcaça) o volume ofertado cresceu de 25 por cento, passando de 250 mil toneladas em 1980 a 326 mil toneladas em 1985. Assim, dos 1,556

milhão de toneladas de carne produzidas pela França em 1985 (1,502 milhão em 1980), 21 por cento são de novilhos contra 17 por cento apenas de bois.

Este forte aumento na produção de novilhos em função das quotas leiteiras não encontra saída no mercado. Ao nível de animais vivos as exportações francesas caíram de 45 por cento entre a média de 1979-81 e a de 1983-85. Assim os abates internos aumentam. Nos três últimos anos os estoques públicos chegam a 80 mil toneladas por ano somente na França para este tipo de carne.

A consequência sobre os preços recebidos pelos criadores é imediata. Do início de 1985 até junho de 1986 os preços em geral dos novilhos, com exceção dos de qualidade excepcional, caíram de 6 por cento a 7 por cento (lembrando que a inflação anual na França — agosto/85 a agosto/86 — está em 2 por cento) chegando em média de 1,60 francos o quilo da carcaça (aproximadamente 3,20 cruzados pelo câmbio oficial).

Dentro de todo este contexto, os estoques da CEE em carne bovina em ge-

ral estavam em 737.642 toneladas equivalente carcaça em fins de maio passado, isto que depois de 1984 a CEE se tornou o maior exportador mundial de carne bovina (800 mil toneladas exportadas em média anual).

Este fato, e mais a forte concorrência das carnes de porco e de aves, fez com que o mercado mundial de carne bovina baixasse a níveis de consumo e de preço. Isto acontece depois de 1980 progressivamente e atinge tanto o mercado Atlântico onde são negociadas as carnes sul-americanas e as carnes européias como o mercado do Pacífico onde se vendem as carnes australianas e neozelandesas.

O fato é que a Europa está submersa num mar de leite e derivados, e de carne bovina.

AUMENTO DA PRODUTIVIDADE

Ao mesmo tempo que do lado econômico a realidade é esta, do lado da tecnologia e da ciência os fatos avançam a passos largos.

Assim, os Estados Unidos vêm de anunciar (Cf. Agra-europe, 21.06.86, n° 219), a descoberta de um hormônio — a somatotropina do bovino, conhecido como BST, que aumenta de 20 por cento a 40 por cento a produção de leite por animal segundo experiências feitas durante dois anos pela Escola Veterinária da Universidade da Pensilvânia. Segundo os pesquisadores, a qualidade do leite não sofre nenhuma alteração. O produto deverá começar a ser comercializado a partir de 1989/90.

Por sua vez a França anuncia (Cf. Le Monde, 12.09.86, pg. 26), pela primeira vez no mundo, um teste genético para determinar o sexo dos embriões bovinos. De agora em diante poderão ser vendidos embriões sexualizados. Isto permitirá aos criadores aumentarem a qualidade do rebanho, sua produção (em peso e volume) dependendo da escolha das raças e do sexo, feitas antes do nascimento obviamente. (Veja os detalhes científicos no quadro abaixo).

O tempo das supervacas leiteiras e do superbovinos parece ter chegado. Resta saber como a economia ocidental vai organizar tal avanço tecnológico com a crise de superprodução existente.

Nos Estados Unidos a resposta parece já ter sido dada. O aumento da produção de leite motivado pelo BST se traduzirá por uma queda violenta nos preços do leite ao produtor e o desaparecimento de 25 por cento a 30 por cento dos produtores mais pequenos, segundo pesquisas realizadas (Agroeurope, 21.06.86, n° 219).

A determinação do sexo

"O fato de poder determinar o sexo do embrião bovino (e com isso vender embriões sexualizados) vem completar integralmente o quebra-cabeças dos métodos de fecundação artificial (...). Na raça bovina, com efeito, a fecundação realizada fora das vias genitais da fêmea é muito difícil de se obter. É feita a coleta de embriões bovinos fecundados naturalmente após inseminação artificial das vacas portadoras selecionadas. Após congelamento, estes embriões podem ser estocados e depois implantados em outras fêmeas em função de critérios genéticos, das exigências do mercado e do desejo dos criadores. Estas operações não são mais reservadas aos laboratórios de pesquisa e a proporção de embriões bovinos congelados antes do transplante aumenta regularmente.

"Mas até hoje os implantes eram feitos cegamente, pois a inseminação artificial não permite a seleção do sexo dos animais. Assim, nada podia indicar

no momento do congelamento ou do transplante se os embriões manipulados eram de futuras vacas ou de futuros touros. A determinação do sexo é a partir de agora possível.

"No fundo o processo é o seguinte:

"Com a ajuda de uma sonda molecular específica do cromossoma Y, e através da colocação de células no embrião e mais um processo de hibridização das células, os pesquisadores, na prática, utilizaram a amostra de uma dezena de células e as colocaram sobre o embrião de seis ou sete dias, idade na qual ele é transplantado. Este processo deve ser efetuado em uma região bem particular do embrião, de maneira que sua viabilidade não seja de forma alguma alterada. Em seguida, graças a sonda, é feita a identificação da presença ou da ausência do cromossoma Y (encontrado somente nas células dos machos)".

Fonte: Le Monde, 12.09.86, pg. 26

O plano de simplificação Cotrijuí

Depois de ter causado uma série de controvérsias e dado margem às mais variadas interpretações no âmbito da cooperativa, suas subsidiárias e coligadas, foi tornada pública a identidade do PSC. Numa primeira fase, não foi fácil explicar ao pessoal da Casa que não se tratava de sigla de nenhum novo partido político e nem representava qualquer "ameaça" à vida funcional de ninguém. Mas ao contrário, o tal PSC trazia como missão, facilitar as coisas para o funcionário e reproduzir os entraves na cooperativa.

PSC quer dizer: Programa de Simplificação Cotrijuí. É um convite e pretende ser um estímulo a cada funcionário para que simplifique seu cotidiano e faça mais prático e agradável seu dia-a-dia de trabalho.

Paralelamente à revelação do Programa foram afixados cartazes com dizeres como "Simplifique sua vida. Participe do PSC" "Questionemos nossas tarefas. Podemos simplificá-las?" "Controle-se antes de criar novos controles", "Participar é sugerir alternativas. Coopere com idéias". E esta, de significado bem cooperativista: "A união faz a força e a simplificação reforça", entre outras.

Tudo está ainda no começo, mas as perspectivas são ótimas e o apoio da direção é total, pois sabe que onde se simplificam as coisas, os custos também

são reduzidos. A simplicidade é filha da economia.

O lançamento do Programa começou por Porto Alegre, na manhã do dia 22 de setembro, no salão de reuniões da Ocergs - Organização Central das Cooperativas do RGS. À noite do mesmo dia foi lançado em Rio Grande, e no dia seguinte em Dom Pedrito, tendo por local a sede da Afucotri - Associação dos Funcionários da Cotrijuí. O lançamento em Ijuí aconteceu no dia 25, e no Mato Grosso do Sul no dia 6 do corrente mês de outubro.

Em Porto Alegre o ato contou com a presença do presidente Oswaldo Olmiro Meotti, que fez uma explanação dos objetivos da cooperativa em lançar o Programa, que visa, acima de tudo, a simplificação do trabalho e redução de métodos operacionais. Conclamou os funcionários a darem o melhor de sua participação para que se alcance os objetivos visados pelo plano.

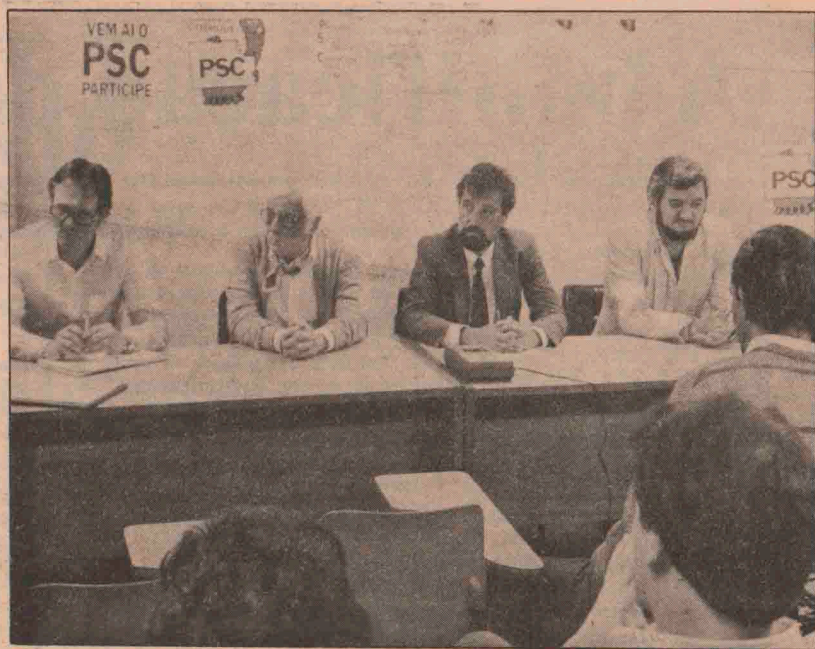
EM RIO GRANDE

Na cidade de Rio Grande o lançamento aconteceu no salão de atos do Hotel Charrua, com a presença de autoridades, classes empresariais, imprensa e todas as chefias funcionais daquela unidade da Cotrijuí, lotadas no Terminal Graneleiro "Luiz Fogliatto". O gerente-geral, Bolívar de Souza Lima, fez amplo comentário sobre os objetivos do plano, que tem a orientação do Inde.

EM DOM PEDRITO

Na Regional Dom Pedrito, com reunião na sede da Afucotri, os trabalhos foram dirigidos pelo vice-presidente Tânio José Bandeira. Também estiveram presentes todos os funcionários que desempenham cargos de chefia. Elevado número de associados e conselheiros da cooperativa também prestigiaram o lançamento do Programa, cujo planejamento e coordenação é do assessor de Organização e Métodos, Asdear Salinas.

Esses três lançamentos



O lançamento do PSC em Porto Alegre

contaram também com a participação do vice-presidente do Inde - Instituto de Desburocratização de Empresas, economista Luiz Visconte, também gerente de projetos especiais da Alcoa Alumínio S.A., de São Paulo. A foto é da instalação do Programa

em Porto Alegre, no salão de reuniões da Ocergs. Da direita para a esquerda, Oswaldo Meotti, o vice-presidente do Inde, Luiz Visconte, Homero Bellini, vice-presidente da Cotriexport e Vergílio Perius, superintendente da Ocergs.

Encontro de comunicadores

Reforçar a proposta de trabalho já em discussão nas cooperativas filiadas à Fecotri, manter um grupo de estudos e promover novos encontros de trabalhos para aprofundar temas já definidos. Estas são as conclusões mais importantes do encontro de Comunicadores realizado em Ijuí, dia 11 de setembro.

O encontro foi coordenado pela Federação das Cooperativas de Trigo, Regional de Ijuí, e teve como palestrantes o professor Telmo Frantz, assessor da Fecotri e Pró-Reitor da Unijuí, o coordenador da Federação, José Rui Tagliapietra e Francisco Pires, assessor gerencial também da Fecotri.

No decorrer de sua exposição, Tagliapietra justificou as razões da implantação dos escritórios regionais de Ijuí, Santa Maria e Passo Fundo, visando dar apoio ao trabalho de educação que se desenvolve nas cooperativas. Destacou igualmente a importância do trabalho da gestão democrática, a nucleação dos associados e o trabalho desenvolvido pelo comunicador nas cooperativas.

Por sua vez, o professor Telmo Frantz, analisou a questão das tendências na agricultura, no cooperativismo e na pequena propriedade. "Quando falamos em nova matriz produtiva, estamos querendo que as coisas mudem, em termos do que produzir, de que forma produzir, para que produzir e com quem ficarão os resultados", disse o professor Telmo. Para ele o cooperativismo precisa modernizar-se e criar estruturas fortes, não só buscando o interesse do capital, mas sobretudo buscando os interesses dos pequenos e médios produtores. Telmo Frantz entende que propor uma nova matriz produtiva é lutar pela sobrevivência dos pequenos e médios agricultores na sua atividade agrícola. Para o professor da Unijuí, Davi Basso, essa "nova matriz" já está acontecendo, "por força de demanda de alimentos".

Francisco Pires, da área de assessoria gerencial da Fecotri, destacou a importância do trabalho de orçamento das cooperativas, que ora começa a ser implantado.

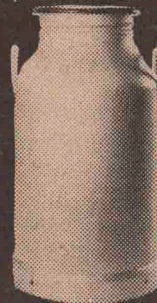
LATÃO DE ALUMÍNIO. DURALEITE

DEPOIS DA VACA, A MELHOR MANEIRA DE TRANSPORTAR A PUREZA DO LEITE.

Duraleite é o latão de leite fabricado com o duralumínio da Alcan, pelo processo de estampagem, resultando em um latão com paredes uniformes, sem soldas internas. É um monobloco, produzido pela Biao, com todo apoio técnico da Alcan.

Duraleite é resistente, não enferruja e nem amassa. Por isso dura até cinco vezes mais que os latões comuns. Como não tem soldas nem pontos de ferrugem, Duraleite não acumula microorganismos.

é muito mais higiênico, minimizando as perdas de leite por contaminação. Duraleite pesa a metade dos outros latões, e no final de suas contas pesa muito menos em seu orçamento. Faça como as grandes Companhias de Laticínios do Brasil e do mundo: opte pelo Latão de Alumínio Duraleite, por sua resistência, economia, durabilidade e por ser o meio mais higiênico de se transportar o leite. Depois da vaca, é claro.



INDÚSTRIAS ANUNCIATO DE BIAO IRMÃOS S.A.

Alcan Alumínio do Brasil S.A.



INFORMAÇÕES E VENDAS

São Paulo: Rua Robert Bosch, 116 - 01141 - SP - Fone: (011) 826-1188
Lambari: (035) 271-1222
Belém: (091) 225-4666
Belo Horizonte: (031) 442-7577

Campinas: (0192) 8-6113
Campo Grande: (067) 328-9238
Curitiba: (041) 278-8244
Florianópolis: (0482) 46-0311
Fortaleza: (085) 243-1144
Goânia: (062) 224-9498
Porto Alegre: (0512) 42-5455

Recife: (081) 339-3411
Ribeirão Preto: (016) 626-4036
Rio de Janeiro: (021) 280-5244
Salvador: (071) 246-8011
S. José Rio Preto: (0172) 32-3499
Uberlândia: (034) 236-7014
Vitória: (027) 227-9588

A bonificação das culturas de inverno

Todos os produtores, associados da Cotrijuf na Regional Pioneira, e que na safra 85 produziram sementes de trigo, aveia preta, colza, avevém, lentilha, ervilhaca, tremoço, cevada e sincho, estão dividindo um total de Cz\$ 5.729.039,00 como bonificação pela produção de sementes. Os retornos para cada um dos produtos foram discutidos e aprovados pelo Conselho Geral dos Produtores de Sementes da Cotrijuf na Regional Pioneira, em reunião realizada no dia 20 de agosto, em Ijuí. Participaram da discussão representantes de todas as Unidades de beneficiamento de Sementes da Cooperativa — Ijuí, Jóia, Santo Augusto, Coronel Bicaco e Tenente Portela.

Os 443 produtores de semente de trigo estão recebendo e dividindo o maior volume de recursos: Cz\$ 4.963.698,00. Esse dinheiro é o resultado da comercialização de 171.162 sacos de sementes de trigo produzido por produtores da região. Cada produtor está recebendo uma bonificação de Cz\$ 29,00 por cada saco de 50 quilos. Por ocasião da entrega do produto, em novembro, os produtores já haviam recebido um adiantamento no valor de Cr\$ 5.000,00 para o trigo entregue ensacado e Cr\$ 2.500,00 pelo produto entregue a granel. Aplicado a correção nesses Cr\$ 5.000,00, pago pelo produto ensacado, o adiantamento chegou em fevereiro, época em que o governo mexeu na economia e acabou com a inflação, a um valor de Cz\$ 8.370,00. Somando-se o adiantamento corrigido com a bonificação que está recebendo, terá um retorno final de Cz\$ 37,37 pelo saco de semente de trigo.

Essa bonificação que o produtor recebeu pela semente de trigo, segundo Jorge Milton B. Denardi, técnico agrícola responsável pelo controle de sementes na Cotrijuf, representa 32 por cento do valor pago pelo produto indústria em novembro do ano passado, que era de Cr\$ 115.000,00.

A colza também rendeu bons resultados aos seus produtores. O total arrecadado com a comercialização do produto chega a Cz\$ 99.719,70. Pelo produto atestado, o produtor está recebendo um retorno de Cz\$ 3,73 por quilo. Na entrega do produto o produtor já havia recebido um adiantamento no valor de Cr\$ 100,00 por quilo pela colza ensacada. Pelo produto entregue a granel, ele recebeu um adiantamento de Cr\$ 50,00.

Os produtores de semente de cevada, estão recebendo Cz\$ 9,50 por saco de 50 quilos de bonificação. O volume de dinheiro obtido com a comercialização da cevada chega a Cz\$ 37.088,70. Em novembro, os produtores já haviam recebido, de adiantamento, Cr\$ 5.000,00, pelo produto entregue ensacado e Cr\$ 2.500,00 pelo produto a granel. Os 1.002 quilos de lentilha estão rendendo aos seus produtores um total de Cz\$ 1.082,16. Cada produtor está recebendo Cz\$ 1,08 por cada quilo de semente produzida. O valor de adiantamento foi por quilo para 100,00 o produto bruto ensacado.

AS DEMAIS CULTURAS

Esse ano, o produtor que entregou semente de sincho, também está recebendo algum retorno. Os 1.000 quilos de sementes entregues na Cooperativa estão proporcionando um retorno total de Cz\$ 1.810,00. O retorno por quilo de semente é de Cz\$ 1,81. O valor de liquidação, pago ao produtor, pela ocasião da entrega do produto, foi de Cz\$ 3,50. Quem produziu semente de tremoço está recebendo uma bonificação de Cz\$ 0,54 por quilo. Foram entregues um total de 419 quilos de semente, que, comercializados, estão pro-

porcionando um retorno de Cz\$ 226,26. O produtor recebeu, como liquidação, Cz\$ 3,00 por quilo.

Os 66.515 quilos de semente de avevém produzidos na região e entregues na Cooperativa estão oferecendo aos seus produtores um retorno de Cz\$ 273.939,00. O produtor está recebendo de bonificação, pelo produto atestado, um valor de Cz\$ 4,00 pelo quilo. O valor de liquidação foi de Cz\$ 1,62. Os produtores de semente de ervilhaca, por sua vez,

estão dividindo entre si, um valor total de Cz\$ 83.410,74, resultado da comercialização dos 66.199 quilos de sementes. A bonificação, por quilo de semente é de Cz\$ 1,26. O valor de liquidação foi de Cz\$ 4,00.

Os 25 produtores de aveia preta que produziram sementes na safra 85/86 estão recebendo, de bonificação, um total de Cz\$ 98.457,60, resultado da comercialização dos 205.120 quilos de semente. A bonificação por quilo, que cada

produtor está recebendo, é de Cz\$ 0,48. A liquidação, paga em fevereiro, foi de Cz\$ 2,00. Aqueles produtores que entregaram sementes de aveia preta, produzida na safra 84/85, recém agora estão recebendo o valor da bonificação. Essa semente só foi comercializada no início deste ano, por esse motivo, o retorno só está saindo agora. São 45 produtores que entregaram 547.650 quilos de sementes. A comercialização desse volume gerou um retorno total de Cz\$ 164.285,00. Cada produtor está

recebendo Cz\$ 0,30 por cada quilo de semente, de bonificação

Os produtores de semente das aveias branca e amarela não estão recebendo bonificações nesse ano. A semente teve uma quebra de classificação muito grande e, por essa razão, não está oferecendo retorno aos seus produtores. A linhaça também é outra cultura que não está proporcionando retorno, já que em função do crescimento da lavoura de trigo nesse inverno, sua semente não teve saída.

Títulos de Renda Fixa Itaú. Os melhores negócios da terra.

Itaú. **E**ta lugarzinho fértil.

Tudo o que você aplica, dá. Você procura o gerente e diz: eu quero investir. E ele ajuda você a escolher o melhor investimento para o seu caso. De acordo com a quantia e o prazo em que você vai aplicar. Curto, médio ou longo prazo. Mas seja qual for o investimento — Letra, RDB ou Renda Mensal Itaú, nominativo ou ao portador — você conta com a eficiência eletrônica do Itaú. Um banco que, além de tudo isso, oferece a você um número enorme de serviços. De financiamentos a seguros. Passe em qualquer uma de nossas agências e converse com o gerente. Ele sabe qual o melhor negócio para o seu dinheiro.



O controle das ervas daninhas

Um levantamento das despesas com a capina manual, capina mecânica e com a aplicação de herbicidas na lavoura de soja para o controle dos inços

Como controlar as ervas daninhas na lavoura? Usar herbicidas, fazer a capina manual ou a capina mecânica? Qual destas operações é a mais viável economicamente para o produtor? Estas questões parecem simples de serem respondidas, mas na verdade, elas têm tirado o sono de muito produtor, que nestes tempos difíceis não quer saber de muito gasto na lavoura. A decisão é do produtor e antes de tomá-la, ele precisa considerar vários fatores, importantes para o sucesso da operação: incidência de inços na lavoura; tamanho da lavoura; tipo de solo e custo e disponibilidade da mão-de-obra da propriedade. Se a lavoura não é grande e existe mão-de-obra na propriedade, por que gastar com herbicidas ou capina mecânica, se o assunto pode ser resolvido num passar de enxadas? A reforma econômica do governo Sarney aliviou um pouco os gastos do produtor, mas nem por isso, é tempo de esbanjamento. Quanto mais ele aprender a controlar os gastos, mais economia.

O Departamento Agrotécnico da Cotrijuí na Regional Pioneira elaborou, como tem feito todos os anos nessa mesma época, um estudo completo, mostrando o quanto o produtor pode gastar com qualquer uma das operações em apenas um hectare de lavoura de soja. O trabalho, elaborado pelo Luís Juliani, assistente agrotécnico do Departamento Agrotécnico da Cotrijuí, traz uma novidade este ano: a capina com tração animal. Em vez do produtor utilizar o trator e gastar com combustível, ele pode muito bem usar um animal para puxar a capinadeira.

COEFICIENTES TÉCNICOS

Nos cálculos de custos da capina mecânica e aplicação de herbicidas, foram considerados coeficientes técnicos coletados no Centro de Treinamento da Cotrijuí em Augusto Pestana. Na elaboração dos custos da hora/máquina, foram somados gastos com combustíveis, troca de filtros, lubrificantes, reparos e conservação e ainda depreciação. O Luís Juliani teve o cuidado de considerar o uso de máquinas e equipamentos novos na realização de cada operação.

A remuneração da mão-de-obra foi levantado de acordo com informações prestadas pela Cooperativa dos Trabalhadores Rurais de Ijuí, a Cotrail. O preço base ficou em Cz\$ 40,00 por dia. Ainda considerou, para efeito de cálculo de custo, o trabalho realizado por quatro homens/dia na capina de um hectare.

A CAPINA MANUAL

Não é a operação de menor custo, mas pode se dizer, com certa garantia, que é a mais simples de todas. É uma operação que vai envolver a mão-de-obra familiar disponível na propriedade. Neste caso foram considerados o uso da enxada e o trabalho do capinador.

Para que o cálculo de custo se tornasse mais real, o Juliani considerou o trabalho de quatro capinadores por dia, para a realização da operação em um hectare de lavoura. Em um dia de capina, contando também o desgaste da enxada, o custo, considerando, no caso, o trabalho de apenas um homem, fica em Cz\$ 40,00. Mas se o produtor empregar quatro homens, o trabalho de capina de um hectare poderá ser concluído em apenas um dia de trabalho, com um custo total de Cz\$ 163,50. A decisão de contratar um ou mais homens para realizar a operação é do produtor. O tempo gasto para a realização da capina manual, a exemplo do que ocorre com as demais operações de controle das ervas daninhas, vai depender da infestação do mato e do estágio de desenvolvimento

dos inços na lavoura.

Embora o produtor venha trabalhando, desde março, com o preço de seus produtos congelados, o custo da capina manual sofreu, de setembro de 85 a setembro de 86, um acréscimo de 120 por cento. No ano passado, o produtor que optou pela capina manual gastou, em apenas um hectare de lavoura, Cz\$ 74,238, enquanto que neste ano, gastará Cz\$ 163,50.

CAPINA MECÂNICA

Esta é uma operação em que o produtor terá de utilizar um trator, uma capinadeira mecânica e o trabalho de dois homens. Para se chegar ao custo total dessa operação, o Luís Juliani considerou também, todas as despesas com trator, combustível, lubrificantes, reparos, entre outros. No item mão-de-obra foi considerado o trabalho de dois homens, um operando no trator e outro na capinadeira.

Todo o trabalho de controle dos inços em um hectare de lavoura, no caso da capina mecânica, pode ser realizado em apenas 48 minutos, apresentando um custo total de Cz\$ 103,46. O aumento, em relação ao custo do ano passado, foi de 148 por cento.

O item de maior peso, no caso da capina mecânica, é o uso do trator, apresentando um custo de Cz\$ 76,24 por hora, representando 73,69 por cento do total dos custos. Em seguida aparece a mão-de-obra, com um custo de Cz\$ 16,12 e por último, a capinadeira com Cz\$ 11,10, representando apenas 10,73 por cento do total dos custos.

O produtor que não dispõe de um trator na propriedade, mas tem um animal, poderá utilizá-lo para puxar a capinadeira. No caso do uso da tração animal para a capina, foram computados, para efeito de cálculos, os gastos com um cavalo, uma capinadeira e mão-de-obra de um homem. O tempo gasto para a capina de um hectare de lavoura deverá ficar ao redor dos 416 minutos (6,93 horas) e a um custo total de Cz\$ 99,03.

Para determinar os custos da capina com tração animal, foi considerado a amortização do cavalo, com vida útil de oito anos e mais a alimentação. No caso da alimentação do animal, tomou-se por base o consumo de quatro quilos de milho por cada seis horas de trabalho, acrescidos de mais 12 quilos de pastagem por dia, a um custo zero (potreiro). Alguns fatores como condições ambientais, alimentação, velocidade, forma de atrelamento e constituição física do animal têm influência direta no rendimento do trabalho do cavalo.

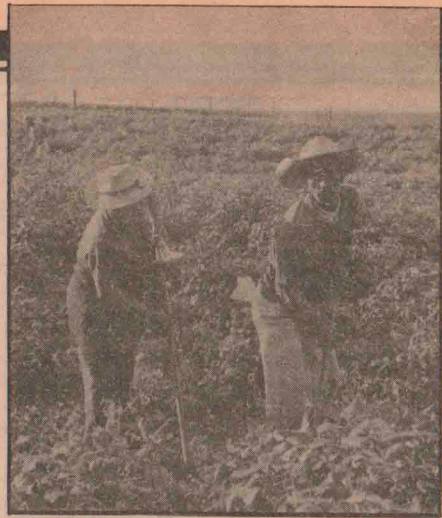
APLICAÇÃO DE HERBICIDAS

O tempo médio gasto para a aplicação de herbicida em um hectare de lavoura é de 37 minu-

tos. A competência do tratorista, o desempenho da máquina e o tipo de solo são fatores importantes na hora da aplicação do herbicida e vão determinar, tranquilamente, uma maior eficiência no trabalho.

Na determinação dos custos de aplicação de herbicidas foram considerados despesas com o trator, pulverizador, com os dois produtos empregado no controle às ervas daninhas e com a mão-de-obra. Os produtos utilizados foram a Trifluralina - na base de 1,5 litro por hectare - e o Metribuzin, na base de 0,7 litros por hectare, para o controle das ervas daninhas de folha estreita e de folha larga, respectivamente.

O produtor vai gastar, com a aplicação de herbicidas em um hectare de lavoura, um total de Cz\$ 495,98. No ano passado ele gastou, com essa mesma ope-



Capina manual: mais simples

ração, Cz\$ 222,020. Apenas o uso dos dois produtos totalizam Cz\$ 371,55, representando 74,91 por cento do total dos custos. Em setembro de 85, o produtor gastou, com os produtos Trifluralina e Metribuzin, Cz\$ 166.965,00, representando, na ocasião, 76,55 por cento do total dos custos.

Com esse trabalho - ver tabelas abaixo - o produtor tem em mãos quatro tipos diferentes de operações para controlar a incidência de ervas daninhas na sua lavoura. A decisão fica por conta de cada produtor.

TRAÇÃO ANIMAL

Operação	Horas trabalho p/ha (1)	Cavalo Cz\$		Implemento Cz\$		Total Cz\$	
		P/hora	P/ha	P/hora	P/ha	P/hora	P/ha
Capina (Cavalo)	6,93	5,70	39,50	-	-	5,70	39,50
Capina-Capinadeira	6,93	-	-	3,59	24,88	3,59	24,88
Mão-de-obra	6,93	-	-	-	-	5,00	34,65
Total	-	5,70	39,50	3,59	24,88	14,29	99,03

(1) - Fonte FECOTRIGO

CAPINA MANUAL

Operação	Dias de trabalho p/ha	MÃO-DE-OBRA - Cz\$	
		Por dia (2)	P/ha (1)
Capina Manual	4h/dia	40,00	163,50

(1) - No custo de Mão-de-Obra está incluída a depreciação da enxada
(2) - Fonte Cotrail

CAPINA MECÂNICA

OP	Hs trabalhadas por ha.	Trator - Cz\$		Implemento - Cz\$		Total - Cz\$	
		P/hora	P/ha	P/hora	P/ha	P/hora	P/ha
Capina-trator	0,8056	94,64	76,24	-	-	94,64	76,24
Capina-capinadeira	0,8056	-	-	13,78	11,10	13,78	11,10
Mão-de-Obra (2 pessoas)	0,8056	10,00	8,06	10,00	8,06	20,00	16,12
Total	-	104,64	84,30	23,78	19,16	128,42	103,46

3 - Aplicação de herbicida

APLICAÇÃO DE HERBICIDA

Operação	Horas trabalho/ha	Trator - Cz\$		Implemento - Cz\$		Total - Cz\$	
		P/hora	P/ha	P/hora	P/ha	P/hora	P/ha
Aplicação Herbicida - Trator	0,6112	94,64	57,84	-	-	94,64	57,84
Pulverizador	0,6112	-	-	88,96	54,37	88,96	54,37
Mão-de-Obra (2 pessoas)	0,6112	10,00	6,11	10,00	6,11	20,00	12,22
Herbicida - Trifluralina (1,5 l/ha)	-	-	-	-	-	-	105,55
- Metribuzin	-	-	-	-	-	-	266,00
Total	-	104,64	63,95	98,96	60,48	203,60	495,98



SUPLEMENTO INFANTIL

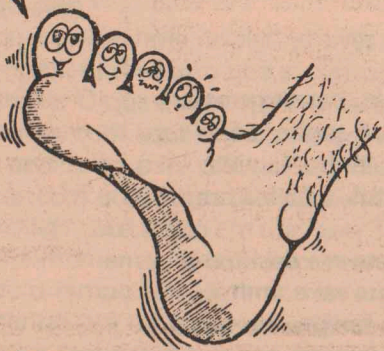
ELABORADO NA ESCOLA DE 1º GRAU FRANCISCO DE ASSIS - FIDENE IJUI

Coordenação Maria Aparecida Pereira Mendes

CAÇA-PALAVRA

Procure e marque no diagrama de letras todos os nomes de relação abaixo. Um deles já foi encontrado e marcado pra você como exemplo.

Com o Pé Você:



- ANDA NADA
- CHUTA PEDALA
- CORRE PISA
- DANÇA PULA
- FREIA SAPATEIA

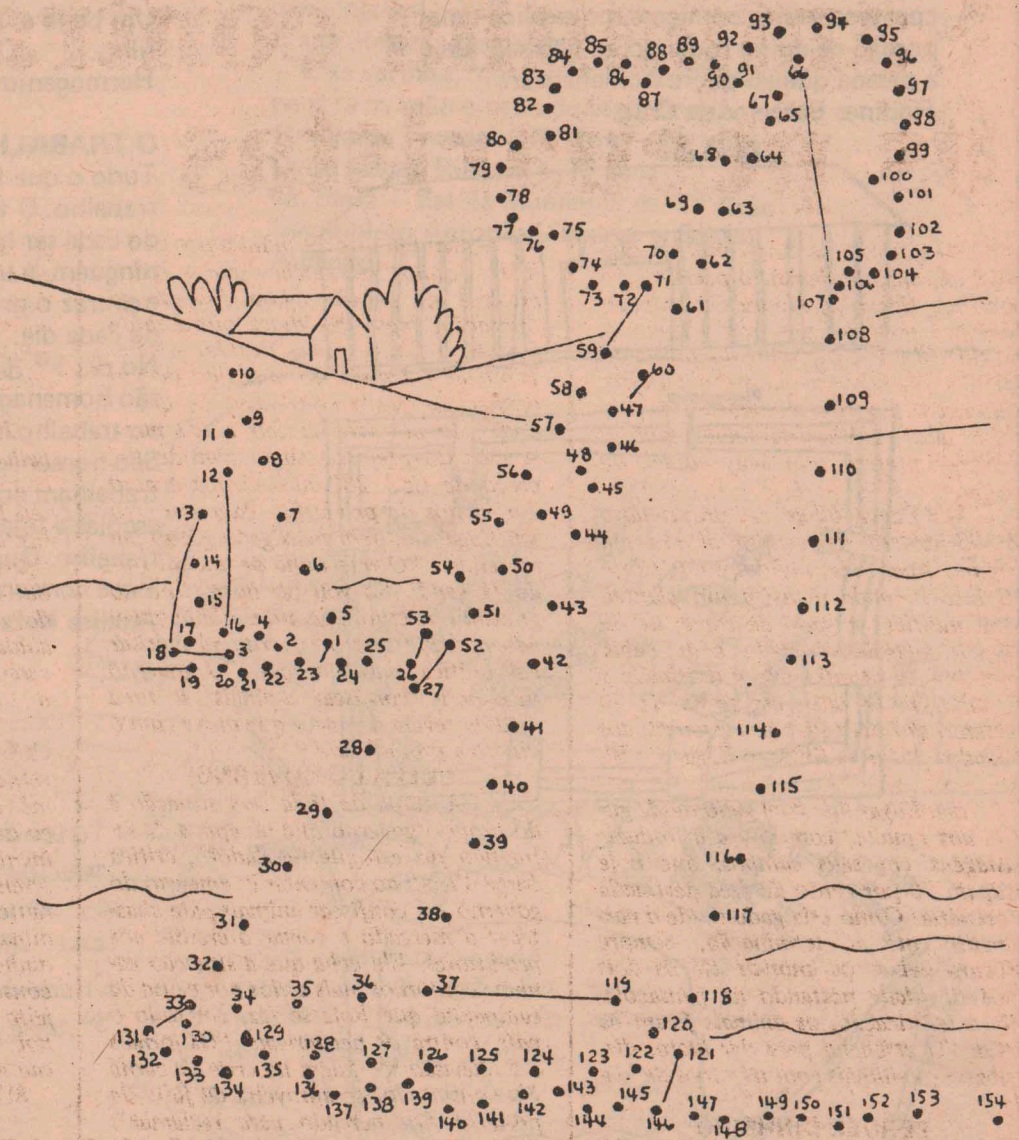
S	O	B	P	A	N	D	A	J	N	R	N
N	T	P	E	D	A	L	A	V	A	D	C
O	U	I	S	A	E	I	R	C	D	O	H
F	N	S	I	N	R	P	U	L	A	R	U
L	I	A	S	Ç	G	J	I	A	V	X	T
O	P	V	S	A	P	A	T	E	I	A	A
P	C	O	R	R	E	T	F	R	E	I	A

Passatempo

LIGA-PONTO

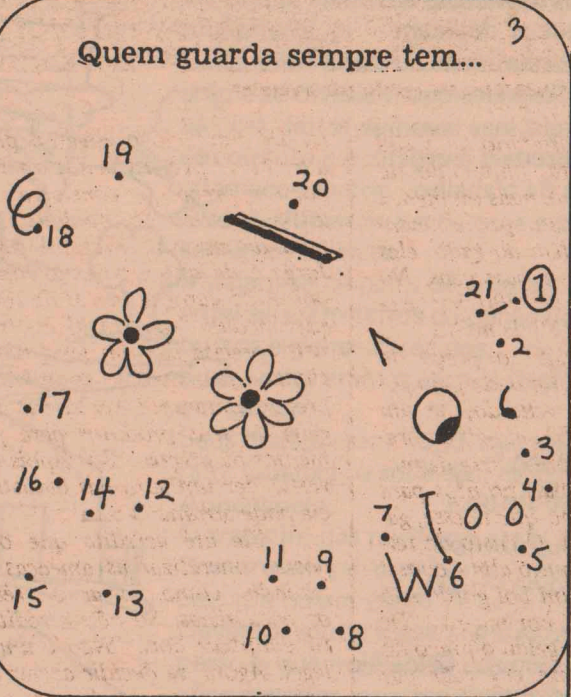
Navegando...

Descubra o que aparecerá no mar, ligando os números de 1 a 154.



LIGA-PONTO

Quem guarda sempre tem...



Ligue os números de 1 a 21 e fique sabendo onde as pessoas gostam de guardar suas moedas.

Os trabalhos de nossa Página do Leitor, neste mês, são dos alunos da Escola Municipal Cristóvão Colombo, da Vila São Pedro, Coronel Bicaco. São todos alunos da 5ª série, da professora Glades Beatriz B. da Cruz. Continuem nos escrevendo. Um abraço. Cida.

Página d

COMO SURTIU O DIA DAS MÃES

O Dia das Mães é comemorada no segundo domingo de maio.

É ela quem nos trata com carinho e amor, zelando pela saúde e educação.

Tudo que somos e tudo que seremos, devemos a nossa mãe.

O primeiro dia das mães foi comemorado por uma professora norte-americana: Ana Jarvis.

Em maio de 1918, pela primeira vez festejou-se o Dia das Mães.

A data continuou sendo comemorada em vários lugares do Brasil. Mais tarde, Getúlio Vargas baixou o decreto-lei determinando a comemoração oficial do Dia das Mães.

A Igreja Católica estabeleceu em 1947 o segundo domingo de maio como Dia das Mães.

Claudete Senhorá Correia

MINHA MÃE

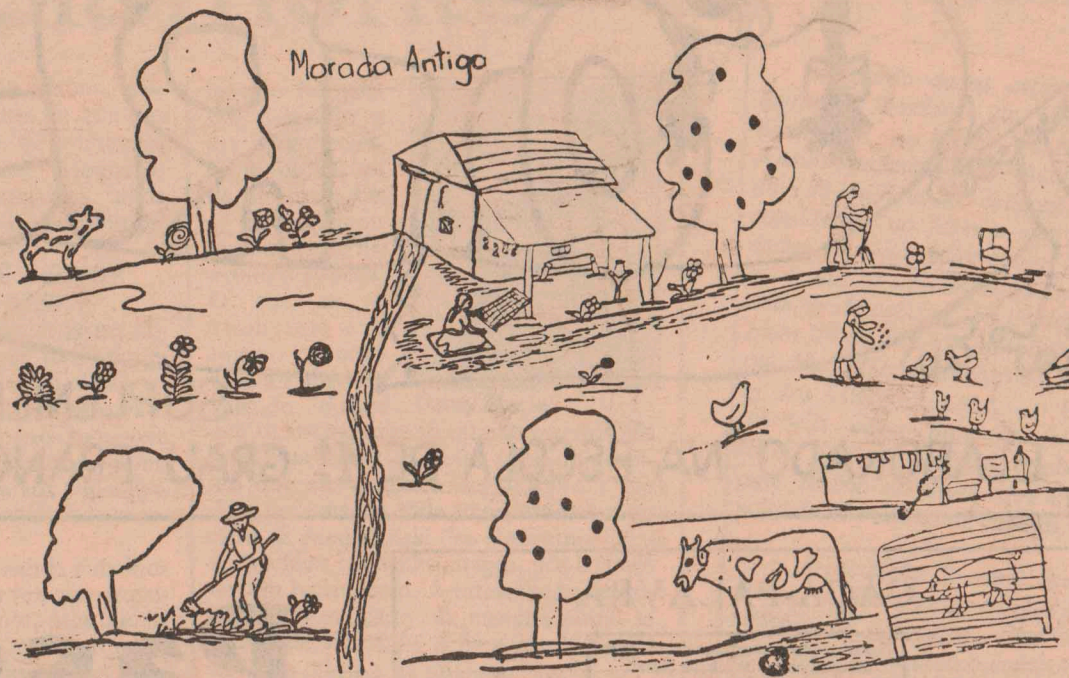
Minha mãe é morena clara, tem olhos azuis e cabelos pretos. Eu acho minha mãe um pouco magra. Ela tem 47 anos. Ela tem seis filhos: dois meninos e quatro meninas. Duas das minhas irmãs são professoras e ainda estudam, o meu irmão mais velho trabalha na lavoura com o pai. Eu sou o filho caçula, estudo na 5ª. série, adoro minha professora e meus coleguinhas.

Mamãe é uma pessoa muito ativa. Além dos serviços de casa, costura e trabalha na lavoura.

Minha mãe se preocupa muito com a saúde e os estudos dos filhos.

Minha mãe é uma pessoa maravilhosa, pois conversa muito comigo e me explica uma porção de coisas, quando eu não sei. Ela é a pessoa que eu quero homenagear.

Rodines Barcelos da Cruz.



Amiguinhos
varam
entre um
e outra
são di

Dulce L
5ª série
Prof. Gl
Esc. Mun.
Cel. Bic

QUERIDA MAMÃE!

Mamãe, eu lhe escrevi hoje, para expressar o que sinto pela senhora. A senhora é a melhor companheira que tenho na vida. Você é baixa, olhos pretos, cabelos pretos e crespos. Quem é você?

Mamãe, a senhora foi quem me ensinou a caminhar, falar, tudo o que sei e tenho, devo a senhora, que tudo faz pra me ver feliz. Mamãe, não tenho palavras para expressar o que sinto pela senhora. Um beijo e um grande abraço de seu filho.

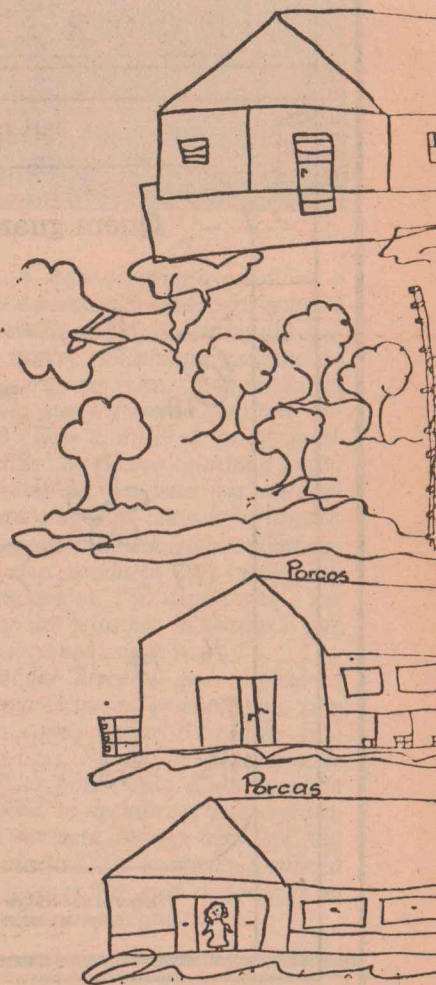
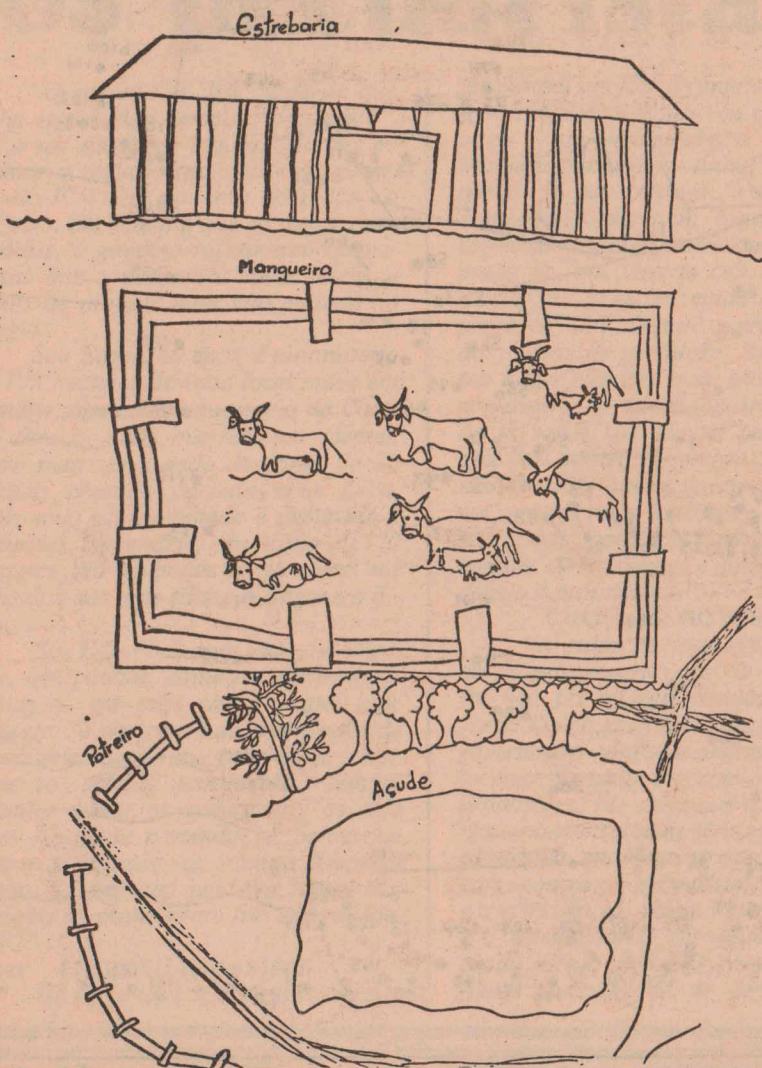
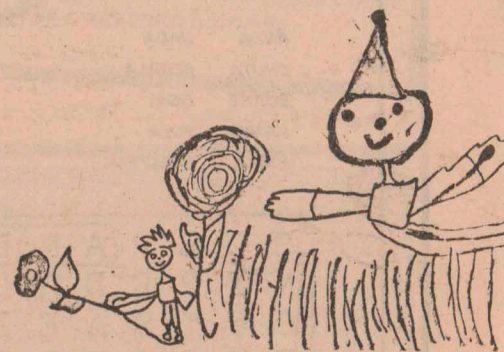
Hermogenio da Cruz

O TRABALHO

Tudo o que fizermos, bem ou mal, é um trabalho. O trabalho é uma necessidade de cada ser humano. Ele não faz mal para ninguém, é uma fonte de sobrevivência e nos traz o progresso, a saúde e o sustento de cada dia.

No dia 1º de maio, em todos os países, são homenageados aqueles que se dedicam ao trabalho humano, útil à comunidade. São homenageados, também, aqueles que trabalham em casa, no comércio, nas lavouras, escolas e lojas. Tudo o que fazemos é um trabalho. Quem trabalha não dá trabalho. Você concorda comigo?

Anelise Ketzner



Fazenda Marriott - local que visitamos para observar os animais - concluímos que observar é aprender.

Elisandra Fátima da Silva
5ª série - Esc. Mun. Cristóvão Colombo
Cel. Bicaco

o leitor

Nossas amiguinhas Andréia Barcelos (7 anos) e Ana Paula Rempel (7 anos), da 1ª série 2, da Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Antonio Liberato, de Santo Augusto, fizeram seus desenhos a partir da canção "Linda Rosa Juvenil". As crianças cantaram, encenaram e por fim, desenharam. Está é a canção:

A linda rosa juvenil, juvenil, juvenil
Vivia alegre num solar, num solar, num solar

Mas uma feiticeira má, muito má, muito má
Adormeceu a rosa assim, bem assim, bem assim,

O tempo passou a correr, a correr, a correr
O mato passou a crescer, a crescer, a crescer.

Mas veio um dia um belo rei, belo rei, belo rei
E acordou a rosa assim, bem assim, bem assim.

E foram alegres a cantar, a cantar, a cantar
E foram alegres a cantar, a cantar, a cantar.

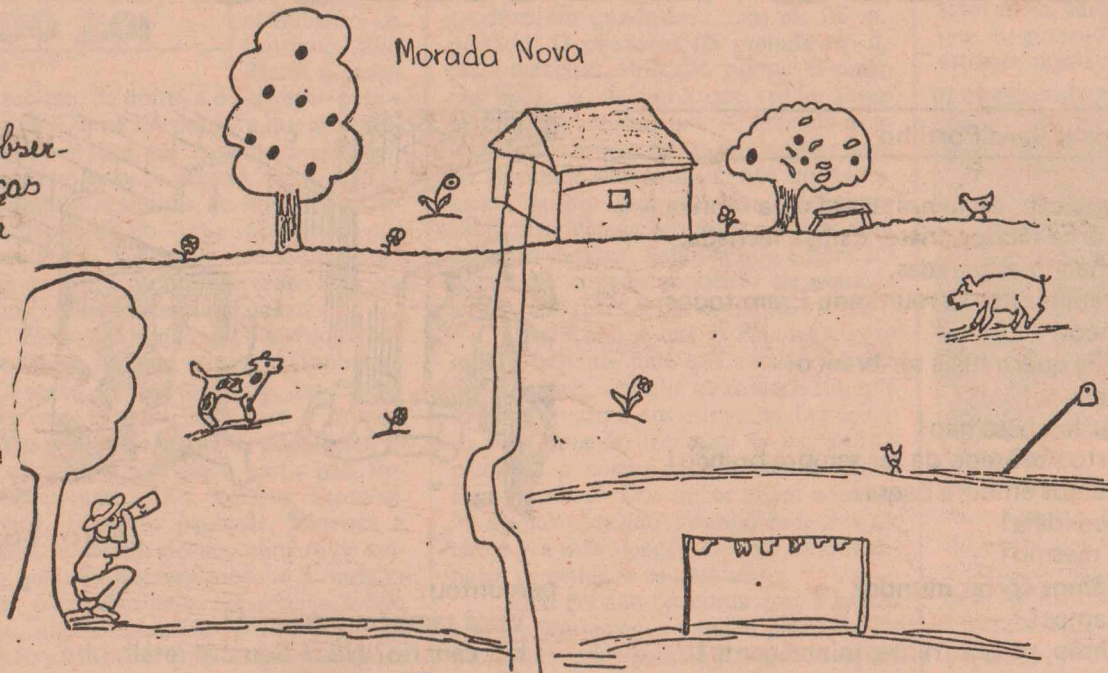
Os, vocês observam diferenças na morada? Por que diferentes?

Leia S. Prates

Leia S. Prates

Leia S. Prates

Leia S. Prates



MINHA MÃE

Oi! Tudo bem, mamãe? Olha, comigo está tudo bem.

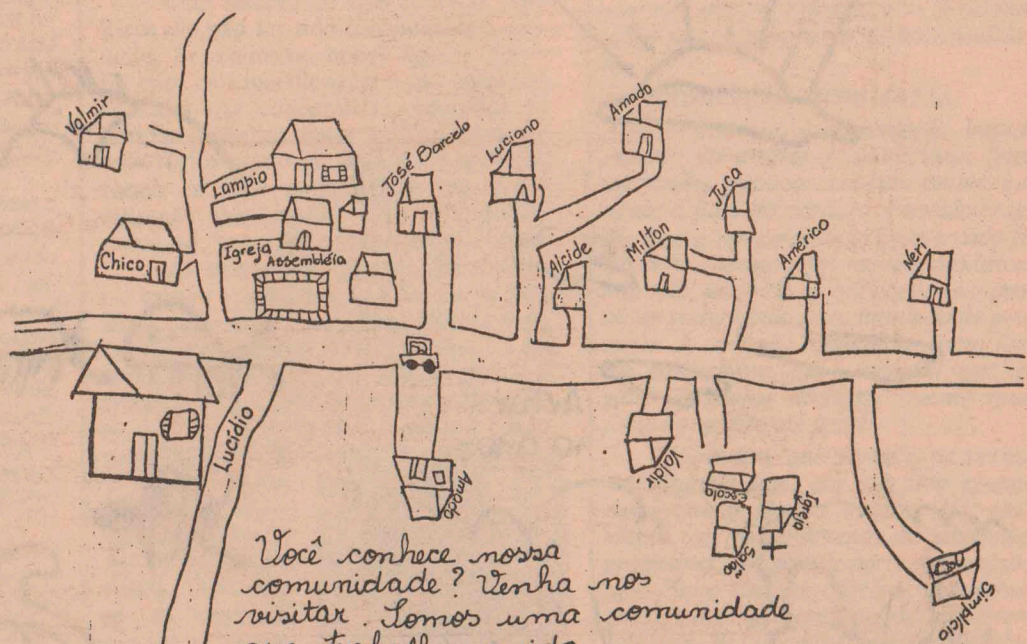
Sabe mamãe, hoje resolvi, através desta cartinha, expressar o que eu sinto pela senhora. O que eu mais gosto na senhora é quando, com aquele jeito meigo, a senhora me aconselha para o meu bem, dizendo, às vezes com ousadia, o que devo fazer e como devo agir, pensando em me fazer feliz. Neste momento, tento me concentrar em todo o tempo que já percorremos juntas. Olhando pra trás, vejo que, apesar de muitas vezes a senhora me ralhar, ainda não posso dizer que existem momentos tristes em minha vida. A senhora é a melhor mãe do mundo. Jamais lhe esquecerei. Obrigada, mãe, pelo que a senhora passou, por mim. Muitas noites sem dormir, muitas horas de aflição, quando eu estava doente. Obrigada! Muito obrigado, mamãe! Desejo que Deus lhe abençoe. Um abraço de sua filha, com carinho Dulce Leia Prates

OS ÍNDIOS

Os índios foram os primeiros habitantes de nossa terra. Cada tribo possuía um curandeiro chamado pajé e se dividiam em nações. Suas casas eram as ocas, feitas de barro e palha, construídas em círculo e protegidas por uma cerca chamada caçara. Eles se alimentavam de caça e pesca, frutas, sementes e raízes. Vestiam-se de peles de animais e seus enfeites eram feitos de penas de aves e outros enfeites coloridos. Suas armas eram o arco, a flecha, a lança e o tacape. Seus deuses eram Tupã, que era o trovão e o raio, Guaraci, o sol e Jaci, a lua. O mal era Anhengüera. O trabalho das mulheres era o artesanato. Construíam jarro de barro, potes, panelas, bacias e outras peças de cerâmica. Devemos muita coisa aos índios. Eles são pessoas que hoje estão cada vez mais abandonados, por isso devemos comemorar o seu dia, que é o dia 19 de abril. E hoje, como vemos a presença do índio em nossa sociedade? Dulce Leia Souza Prates

A VARINHA MÁGICA

Era uma vez uma professora que tinha uma varinha mágica. Um dia um aluno que não prestava atenção, estava incomodando e a professora passou a mão na varinha. . .
— Ai! É hoje. — gritou o aluno. Mas a professora fez uma mágica e esse aluno ficou mais inteligente e prestava muita atenção, sempre. Um dia ele perguntou para a professora porque ela usava a varinha sem fazer nada pra ninguém. E a professora respondeu:
— Essa varinha, menino, é mágica. Basta eu pegá-la na mão e tudo de bom ela faz. Roselaine Teresinha Silveira — 12 anos Deise Magali Richter — 10 anos 4ª. Série — Escola Municipal de 1º Grau Incompleto Antonio Liberato — Santo Augusto.



Você conhece nossa comunidade? Venha nos visitar. Somos uma comunidade que trabalha unida.
Renato Pinheiro da Cruz - 5ª série
Esc. Mun. Cristóvão Colombo - Vila São Pedro
Cel. Bicaco

Retalhinho Branco

Trabalhando com o vestuário

Os alunos das primeiras séries, turmas 11 e 12, da Escola de 1º Grau Francisco de Assis, estão trabalhando e descobrindo coisas novas no Centro de Interesses que tem como tema gerador "Vestuário". Eles fizeram pesquisas sobre a evolução do vestuário desde os homens das cavernas até os dias de hoje, quando as fibras sintéticas são largamente utilizadas na confecção das nossas roupas. As crianças, entre outras atividades, ouviram a história do "Retalhinho Branco". A partir desta história, criaram painéis coletivos utilizando retalhos de tecidos, restos de papéis, folhas e flores secas e outros materiais disponíveis. Estamos enviando a sugestão para outras professoras que também queiram trabalhar com este assunto. O assunto pode ser introduzido a partir da história. Se alguém se interessar, pode nos escrever pedindo sugestões sobre atividades, que mandaremos pelo próprio Cotrisol. Estamos, assim, criando um espaço de troca de experiências entre professores. Se você desenvolveu uma atividade interessante com seus alunos, e além de mandar os trabalhos deles, você quer nos contar como ela aconteceu, a partir de quê, o que deu certo, o que não deu, escreva e nos conte que nós publicaremos. Ficará criado, assim, o Correio do Professor. Bom trabalho. Um abraço. Cida.

Maria Helena Portilho

Aconteceu, certa noite, em uma fábrica. Era uma fábrica triste. Estava fechada. As máquinas paradas. Os retalhinhos se reuniram. Eram todos brancos.

- Não quero mais ser branco!
- Nem eu!
- Eu também não!
- Estou cansado de ser sempre branco!
- Vamos embora daqui?
- Boa idéia!
- É mesmo! . . .
- Vamos correr mundo?
- Vamos!
- Então, pé pra frente, minha gente!

E lá se foram. Só um ficou, dormindo, no cantinho, junto das máquinas paradas, em silêncio. Saíram todos, cada um para seu lado, menos aquele retalhinho dorminhoco.

Logo de saída, na escuridão da noite, um deles pegou um pé-de-vento. E foi levado lá pro alto, bem longe. Passou juntinho das estrelas, chegou bem perto da lua.

Mas depois caiu. Caiu todo escurinho, preto, pretinho, da cor da noite.

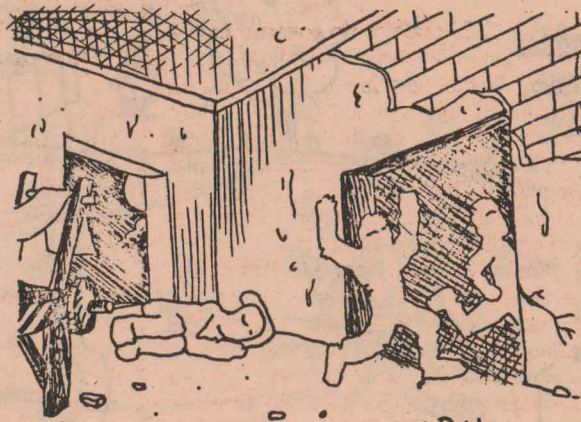
O segundo retalho, para se livrar do vento, estirou-se no chão.

E foi se arrastando, se esfregando na terra, se esfregando, até que, quando viu, estava todo marrom. Marrom mesmo, da cor do chão.

O terceiro retalho esperou passar o vento. Depois, quando o dia começou a nascer, caminhou ao sol.

Que sol gostoso! Quentinho, dourando tudo com a luz dos seus raios!

O retalhinho encontrou um canário, que lhe



Dídio 86

perguntou:

- Você também é canário?
- Eu, canário? Não! Sou um retalhinho branco.

— Branco, você? — insistiu o canário. — Você está igualzinho a mim. Amarelo, bem amarelinho. . .

O retalhinho se olhou e chegou a se assustar. Pulou de contente e logo concordou.

É mesmo! . . . Foi o sol, foi o sol que me tingiu assim, com seus raios de luz.

O quarto retalho, nem sei como, foi parar na beira da praia e se atirou ao mar.

O mar estava azul. . . e ele também ficou azul.

Que azul bonito! E que retalhinho bonito ele ficou! . . .

O quinto retalho foi parar numa floresta muito verde. De folhas verdes, trepadeiras verdes, papagaios verdes, periquitos verdes. E ele também ficou verde, verdinho. . . verdinho! . . .

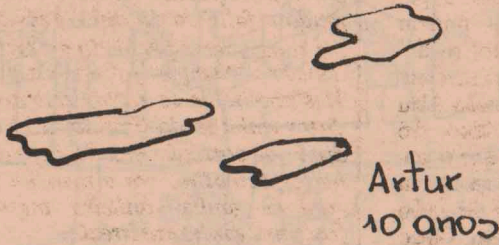
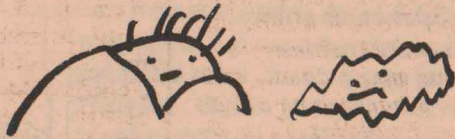
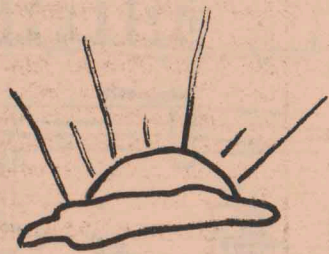
E, assim, todos os retalhos fugitivos passaram por lugares diferentes, de cores diferentes e formas diferentes. Alguns encontraram floresinhas e com elas se enfeitaram.

Outros perseguiram borboletas muito leves e bonitas, que voavam nos campos floridos. Um até se arranhou nos espinhos.

Ficou todo listrado de vermelho. Vermelho de sangue, sangue de verdade!

E um, mais levado, colheu frutinhas gostosas e se respingou do orvalho da manhã. Ficou todo molhado das gotinhas, parecendo salpicado de confetes.

. . . a fábrica, que era uma fábrica triste, passou a ser uma fábrica alegre, colorida, feliz, com retalhos alegres, coloridos e felizes também.



Bernardo
6 anos

